



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Faculdade de Ciências Humanas - FCH
Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI

GUSTAVO PEREIRA RODRIGUES

**MACHOSFERA E A PRODUÇÃO DE MISOGINIA NAS REDES SOCIAIS:
UMA ETNOGRAFIA DO MOVIMENTO RED PILL NO BRASIL A PARTIR DE
TRÊS PLATAFORMAS DIGITAIS**

Dourados - MS

2025

GUSTAVO PEREIRA RODRIGUES

**MACHOSFERA E A PRODUÇÃO DE MISOGINIA NAS REDES SOCIAIS:
UMA ETNOGRAFIA DO MOVIMENTO RED PILL NO BRASIL A PARTIR DE
TRÊS PLATAFORMAS DIGITAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Banca Examinadora da Universidade
Federal da Grande Dourados, para Defesa
como um dos componentes/pré-requisitos
para obtenção do título de Mestre em
Psicologia, na linha de pesquisa Processos
Psicossociais.

Orientação: Prof. Dr. Esmael Alves de
Oliveira

Dourados - MS

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

R696m Rodrigues, Gustavo Pereira

MACHOSFERA E A PRODUÇÃO DE MISOGÍNIA NAS REDES SOCIAIS: UMA
ETNOGRAFIA DO MOVIMENTO RED PILL NO BRASIL A PARTIR DE TRÊS
PLATAFORMAS DIGITAIS [recurso eletrônico] / Gustavo Pereira Rodrigues. -- 2026.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Esmael Alves de Oliveira.

Dissertação (Mestrado em Psicologia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2025.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

I. Machosfera. 2. Masculinidades. 3. Plataformas Digitais. 4. Misoginia. 5. Red Pill. I. Oliveira,
Esmael Alves De. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, por sempre me apoiarem nos estudos e enxergarem com bons olhos o potencial que sempre tive no meio estudantil.

Agradeço a minha irmã, por todas as vezes em que para além de irmãos fomos amigos e soubemos aliviar o fardo um do outro.

Agradeço ao professor Esmael Oliveira, orientador da pesquisa, por todas as partilhas, por sempre ser tão paciente e cuidadoso comigo, por saber respeitar as bagunças da minha vida pessoal e com muito carinho dosar minhas atribuições. Agradeço por todas as orientações e conversas tão norteadoras, me alavancando no percurso acadêmico.

Agradeço a minha melhor amiga e irmã de vida Nathalia, para além de uma amiga Nathalia é uma luz norteadora na minha vida. Com o passar dos anos se tornou tão família quanto minha própria família. Obrigado por sempre me permitir ser eu mesmo na maior totalidade que consigo.

Agradeço às(aos) colegas no percurso do mestrado, seja da turma em que participei como aluno especial, da minha turma e das(os) minhas(meus) calouras(os), por todas as trocas, partilhas, risadas e pensamentos. Vocês foram essenciais para o meu desenvolvimento crítico. Estendo esse agradecimento a todo o corpo docente e técnico do PPGPsi.

Agradeço a minha avaliadora, professora Jennifer Simpson, e ao meu avaliador, professor Tiago Duque, pelas devolutivas e avaliações tão respeitosas e ricas em conhecimento durante o exame de qualificação.

Agradeço de forma geral a todas(os) as(os) minhas(os) amigas(os) e colegas que de alguma forma participaram desses últimos anos de caminhada. Aqui deixo um grande abraço a todas(os) e um muito obrigado que acalente cada uma em busca de não deixar que minha tão vaga memória acabe faltando nomes.

Agradeço a CAPES pelo apoio financeiro que facilitou minha caminhada científico-acadêmica.

Obrigado!

*“Escrevo como se fosse para salvar a vida de alguém.
Provavelmente a minha própria vida”*

Clarice Lispector (1977, A hora da estrela)

RODRIGUES, Gustavo Pereira. **MACHOSFERA E A PRODUÇÃO DE MISOGINIA NAS REDES SOCIAIS: UMA ETNOGRAFIA DO MOVIMENTO RED PILL NO BRASIL A PARTIR DE TRÊS PLATAFORMAS DIGITAIS**. Dourados: [Dissertação de Mestrado] Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD; 2025.

RESUMO

Esta dissertação, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados, vinculada à linha de pesquisa Processos Psicossociais, tem como objetivo compreender os modos pelos quais a machocracia e a misoginia on-line operam nas redes sociais digitais, articulando-se à produção de subjetividades masculinas marcadas pelo ressentimento, pelo desejo de controle e pela reafirmação da desigualdade de gênero. A pesquisa parte da constatação do crescimento de comunidades virtuais - como o movimento *Red Pill* - que difundem discursos antifeministas e de ódio sob o pretexto de restaurar valores tradicionais e a autoridade masculina. Busca-se analisar como tais discursos atualizam a masculinidade hegemônica (Connell e Messerschmidt, 2013), especialmente a partir das dinâmicas algorítmicas que regem as plataformas digitais. Para tanto, adotou-se a etnografia *on-line* (Souza e Duque, 2020) como metodologia, permitindo a observação sistemática e a análise qualitativa de interações, discursos e práticas presentes nesses ambientes virtuais. Esse método possibilitou compreender como sujeitos do sexo masculino constroem sentidos sobre si e sobre os outros por meio de narrativas misóginas, autoritárias e antifeministas, frequentemente orientadas pelo ressentimento diante da perda de privilégios e pelo desejo de reafirmação da hierarquia de gênero. Como locus da pesquisa, foram analisadas páginas e conteúdos compartilhados em três plataformas digitais - Netflix, YouTube e Instagram - com o objetivo de mapear a repercussão do movimento *Red Pill* no Brasil, a partir da atuação do influenciador Thiago Schutz.

Palavras-chave: Machosfera; Masculinidades; Plataformas Digitais; Misoginia; Red Pill.

RODRIGUES, Gustavo Pereira. **LA MANÓSFERA Y LA PRODUCCIÓN DE MISOGINIA EN LAS REDES SOCIALES: UNA ETNOGRAFÍA DEL MOVIMIENTO RED PILL EN BRASIL A PARTIR DE TRES PLATAFORMAS DIGITALES**. Dourados: [Disertación de Maestría] Universidad Federal de Grande Dourados – UFGD; 2025.

RESUMÉN

Esta disertación, desarrollada en el marco del Programa de Posgrado en Psicología de la Universidad Federal da Grande Dourados, vinculada a la línea de investigación "Procesos Psicosociales", tiene como objetivo comprender las formas en que la machocracia y la misoginia en línea operan en las redes sociales digitales, articulándose con la producción de subjetividades masculinas marcadas por el resentimiento, el deseo de control y la reafirmación de la desigualdad de género. La investigación parte de la constatación del crecimiento de comunidades virtuales—como el movimiento Red Pill—que difunden discursos antifeministas y de odio bajo el pretexto de restaurar valores tradicionales y la autoridad masculina. Se busca analizar cómo dichos discursos actualizan la masculinidad hegemónica (Connell y Messerschmidt, 2013), especialmente a partir de las dinámicas algorítmicas que rigen las plataformas digitales. Para ello, se adoptó la etnografía en línea (Souza y Duque, 2020) como metodología, lo que permitió la observación sistemática y el análisis cualitativo de interacciones, discursos y prácticas presentes en estos entornos virtuales. Este método permitió comprender cómo los sujetos masculinos construyen sentidos sobre sí mismos y sobre los demás a través de narrativas misóginas, autoritarias y antifeministas, frecuentemente guiadas por el resentimiento ante la pérdida de privilegios y el deseo de reafirmar la jerarquía de género. Como locus de la investigación, se analizaron páginas y contenidos compartidos en tres plataformas digitales—Netflix, YouTube e Instagram—con el objetivo de mapear la repercusión del movimiento Red Pill en Brasil, a partir de la actuación del influencer Thiago Schutz.

Palabras clave: Manósfera; Masculinidades; Plataformas Digitales; Misoginia; Red Pill.

RODRIGUES, Gustavo Pereira. **THE MANOSPHERE AND THE PRODUCTION OF MISOGYNY ON SOCIAL MEDIA: AN ETHNOGRAPHY OF THE RED PILL MOVEMENT IN BRAZIL THROUGH THREE DIGITAL PLATFORMS.** Dourados: [Master's Dissertation] Federal University of Grande Dourados – UFGD; 2025.

ABSTRACT

This dissertation, developed within the Graduate Program in Psychology at the Federal University of Grande Dourados, linked to the research line "Psychosocial Processes," aims to understand the ways in which machocracy and online misogyny operate on digital social networks. It explores how these phenomena intersect with the production of masculine subjectivities marked by resentment, a desire for control, and the reaffirmation of gender inequality. The research stems from the observation of the growth of virtual communities—such as the Red Pill movement—that disseminate antifeminist and hate-filled discourse under the guise of restoring traditional values and male authority. It seeks to analyze how such discourses update hegemonic masculinity (Connell & Messerschmidt, 2013), particularly through the algorithmic dynamics that govern digital platforms. To this end, online ethnography (Souza & Duque, 2020) was adopted as the methodology, allowing for the systematic observation and qualitative analysis of interactions, discourses, and practices present in these virtual environments. This method made it possible to understand how male subjects construct meanings about themselves and others through misogynistic, authoritarian, and antifeminist narratives, often guided by resentment over the loss of privileges and the desire to reaffirm gender hierarchy. As the research locus, pages and content shared on three digital platforms—Netflix, YouTube, and Instagram—were analyzed with the aim of mapping the influence of the Red Pill movement in Brazil, focusing on the activity of influencer Thiago Schutz.

Keywords: Manosphere; Masculinities; Digital Platforms; Misogyny; Red Pill.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – *Printscreen* da apresentação do reality show “O crush perfeito” na plataforma Netflix.

Imagem 2 – *PrintScreen* do canal “Buteco Podcast [Reserva]” no dia 18/07/2024.

Imagem 3 – *PrintScreen* do canal “Sem Groselha Podcast” no dia 18/07/2024.

Imagem 4 – *PrintScreen* do perfil “@livialagatto” no Instagram no dia 18/07/2024.

Imagem 5 – *PrintScreen* do perfil “@livialagatto” no Instagram no dia 03/11/2024.

Imagem 6 – *PrintScreen* do site de propriedade do interlocutor, antes nomeado e conhecido como “Manual Red Pill”.

Imagem 7 – *PrintScreen* do novo site do interlocutor, tratado aqui como futuro substituto do antigo site.

Imagem 8 – *PrintScreen* do perfil do interlocutor no Instagram .

Imagem 9 – *PrintScreen* do *reels* da conta do Instagram de Livia La Gatto.

Imagem 10 – *PrintScreen* da ameaça de Thiago Schutz com Livia La Gatto, publicado pela mesma.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – (RE)CONSTRUÇÃO TEÓRICA: APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS.....	16
1.1 Masculinidades Contemporâneas: Desatando nós.....	16
1.2 Masculinidades e redes sociais: Um breve balanço	29
1.3 Proposta metodológica	36
CAPÍTULO 2 - MOVIMENTO RED PILL: UMA GENEALOGIA DA “MACHOSFERA”	41
2.1 Uma breve genealogia do movimento The Red Pill no Brasil.....	48
CAPÍTULO 3 – DESCORTINANDO A DISCURSIVIDADE MISÓGINA DE THIAGO SCHUTZ E VICTOR HARTMANN.....	56
3.1 Mapeando redes sociais, diretrizes e permissividades.....	56
3.2 O crush (im)perfeito	61
3.3 Buteco podcast [reserva]	64
3.4 Sem groselha podcast.....	65
3.5 Livia La Gatto	67
3.6 Discursividades normativas e misóginas: Um breve mapeamento	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS	89

INTRODUÇÃO

O termo The Red Pill (TRP) é frequentemente associado a comunidades online nas quais ideias misóginas e antifeministas são disseminadas. Nesses contextos, “tomar a pílula vermelha” representa, com frequência, a adesão a crenças que contestam a equidade de gênero e reforçam discursos misóginos. A metáfora remete ao filme Matrix (1999), no qual a pílula vermelha revela uma verdade dura, um despertar para a realidade “como ela realmente é” – ainda que incômoda –, em contraposição à pílula azul, símbolo da permanência na ignorância confortável. No universo TRP, tomar a pílula vermelha é entendido como a capacidade de se opor a um sistema que, segundo a lógica misógina do grupo, supostamente “beneficia” as mulheres em detrimento dos homens.

No que tange às escolhas metodológicas, esta pesquisa, de caráter qualitativo, adota uma perspectiva descritiva e reflexiva, fundamentando-se no referencial da etnografia on-line (Miskolci, 2007; Leitão e Gomes, 2018; Souza e Duque, 2020; Soares e Stengel, 2021; Duque e Seffner, 2022). O objetivo é realizar um mapeamento de determinadas plataformas digitais de acesso público, com o intuito de compreender, à luz dos estudos de gênero e das masculinidades, de que maneira os chamados “movimentos masculinistas” produzem discursos e normatividades acerca das masculinidades e feminilidades.

A netnografia, conforme agrupamento teórico de Soares e Stengel (2021), constitui um método amplamente empregado na análise de mídias sociais, sendo compreendida como uma etnografia adaptada ao universo digital. Sua flexibilidade e capacidade de adaptação são pontos fortes, permitindo a compreensão de como a internet é apropriada e ressignificada pelos sujeitos.

Denominada como etnografia on-line por Souza e Duque (2020), essa abordagem possibilita uma compreensão aprofundada dos espaços virtuais, reconhecendo as interações nesses ambientes como complexas e dinâmicas. Os autores destacam que os ambientes digitais, como salas de bate-papo, oferecem formas singulares de sociabilidade e de construção de identidades, ampliando o campo de ação social e científico. As interações nesses espaços não se resumem a uma extensão do mundo físico, mas possuem lógicas próprias que exigem uma atenção às nuances culturais que se manifestam nas mídias digitais.

Nesse sentido, Miskolci (2007) reforça a necessidade de constante atualização das ferramentas teórico-metodológicas nas pesquisas que envolvem mídias digitais,

especialmente em um cenário de transformações tecnológicas rápidas. O autor ressalta que tais pesquisas devem considerar as novas formas de comunicação e interação que emergem nesses ambientes, desafiando os modelos tradicionais de análise.

É importante pontuar, aqui, a diversidade de nomenclaturas utilizadas para descrever esse campo metodológico. Há uma multiplicidade de termos - como netnografia, etnografia digital, etnografia online-offline e etnografia on-line -, todos referindo-se a práticas similares de investigação no meio digital. Para os fins desta pesquisa, e reconhecendo a relevância da produção teórica nacional, será adotada a terminologia “etnografia on-line”, conforme proposta por Souza e Duque (2020).

O objeto central da investigação consiste na análise de uma comunidade digital específica denominada The Red Pill (TRP). Essas comunidades online frequentemente se utilizam da metáfora da “red pill” para validar percepções distorcidas das relações de gênero, reforçando narrativas de vitimização masculina e hostilidade em relação ao feminino. Tal fenômeno não apenas perpetua a misoginia, mas também favorece a formação de ambientes hostis que podem culminar em discursos de ódio. A apropriação da metáfora da pílula vermelha para justificar atitudes antifeministas e misóginas evidencia a urgência de uma análise crítica dos discursos digitais e das dinâmicas de poder que os sustentam.

Nos últimos anos, uma série de pesquisas tem se debruçado sobre as chamadas “novas masculinidades” e suas intersecções com as plataformas digitais. A dissertação de Reinaldo da Silva (2023), intitulada As novas “novas” masculinidades: identidades e crises do masculino na plataforma Instagram, investiga como as dinâmicas de gênero são moldadas por essa rede social. Na mesma direção, a tese de Bruna Silva (2023), Masculinismo: misoginia e redes de ódio no contexto da radicalização política no Brasil, analisa a lógica sistemática dos discursos misóginos nas plataformas digitais. Além disso, os trabalhos de Carla de Souza e Tiago Duque (2020), o recente artigo de Daniella Chagas (2023), que discute os algoritmos do TikTok, e as pesquisas de Richard Miskolci (2007), evidenciam um crescente interesse acadêmico sobre como as redes sociais atuam como espaços privilegiados para a compreensão dos comportamentos e identidades contemporâneas. Tais estudos revelam a complexidade das interações sociais e das construções identitárias no ambiente digital.

Como parte do percurso empírico desta pesquisa, analisamos um episódio de um reality show disponível na plataforma Netflix, bem como publicações no YouTube e Instagram. Tanto nas postagens quanto no episódio do programa, a figura central é um

integrante do movimento TRP, Thiago Schutz - conhecido, de forma irônica, como “Calvo da Campari”. Assim, propõe-se aqui um panorama geral sobre o movimento The Red Pill no Brasil, com foco nas relações de misoginia e antifeminismo presentes em seus discursos. Trata-se de compreender como os discursos misóginos e antifeministas das masculinidades contemporâneas são produzidos no âmbito de movimentos conservadores e ultraconservadores.

Ao longo da dissertação, serão abordados conceitos como masculinidade, masculinidade hegemônica, plataformas digitais, etnografia on-line, misoginia e antifeminismo. Tais categorias compõem a base teórica necessária para entender as dinâmicas e representações das masculinidades tanto no contexto offline quanto online. Para tanto, serão mobilizadas as contribuições de teóricas e teóricos como Valeska Zanello (2020; 2022), que analisa os processos de socialização de gênero e os desdobramentos das masculinidades; Carla de Souza e Tiago Duque (2020), cujo estudo enfoca as masculinidades nas plataformas digitais; e Connell e Messerschmidt (2013), formuladores do conceito de masculinidade hegemônica. Também serão considerados os trabalhos de Reginaldo da Silva (2023), que investiga as novas masculinidades e suas crises identitárias; Daniel Welzer-Lang (2001), Iara Beleli (2022) e Debbie Ging (2017), que oferecem reflexões cruciais sobre misoginia, antifeminismo e os efeitos das redes na propagação de discursos reativos masculinos. Esse conjunto teórico fornecerá o alicerce para uma análise crítica e rigorosa das masculinidades contemporâneas nas mídias digitais, com especial atenção à complexidade e aos desafios éticos da etnografia on-line.

No Capítulo I, será apresentada uma revisão narrativa do campo dos estudos sobre masculinidades, com base em autoras e autores clássicos oriundos de áreas como Psicologia, Sociologia, Filosofia e Antropologia. Também será discutida, de maneira aprofundada, a interseção entre esses estudos e o campo digital, além da fundamentação metodológica da etnografia on-line. No Capítulo II, o foco será o mapeamento dos grupos masculinistas, com especial atenção ao movimento The Red Pill (TRP), reunindo produções teóricas brasileiras e estadunidenses que dialogam com esse universo. Por fim, no Capítulo III, serão analisadas as plataformas digitais e os objetos empíricos da pesquisa, com destaque para os discursos misóginos neles veiculados. Também será descrito o percurso de um dos sujeitos investigados - quase como um “era uma vez”, não de um conto de fadas, mas de um conto de terror - desde sua emergência na internet até o momento em que se transforma em uma ameaça concreta, culminando em um processo judicial.

CAPÍTULO 1 – (RE)CONSTRUÇÃO TEÓRICA: APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS

1.1 Masculinidades Contemporâneas: Desatando nós

*“Macho não vacila, macho arrasa
Macho não leva desaforo pra casa
Macho é isso, não brinca em serviço
Macho é robusto, macho é roliço
Macho é parrudo, macho é pescoçudo
Macho é poderoso, macho é tudo
Macho é o que há, e eu gosto muito, rapaz
Macho é lindo, macho é demais”*

Retrato De Um Playboy (Parte 2), Gabriel O Pensador e Emicida.

No contemporâneo, as masculinidades estão sendo repensadas para incluir uma diversidade maior de experiências e identidades (Oliveira, Nascimento, Marcos, 2024). A visão tradicional que privilegia força e controle emocional está sendo desafiada por uma crítica constante aos valores convencionais, promovida por segmentos sociais importantes como os movimentos feminista e LGBTQIA+. Essa reavaliação, impulsionada por movimentos sociais e acadêmicos, procura a desnaturalização e o questionamento dos processos produtores de desigualdade entre homens e mulheres impostas pelas normas restritivas e promover relações de gênero mais equitativas.

As masculinidades, compreendidas como processos socioculturais sustentados em relações de poder e que estabelecem a diferenciação entre homens e mulheres e entre os próprios homens (Connell, 1995), desafiam o modelo tradicional e hegemônico que muitas vezes impõe comportamentos restritivos e perpetuam a dominância masculina. Esse modelo tradicional é sustentado pela machocracia, um sistema social em que os homens detêm o poder e privilégios, reforçando desigualdades de gênero e marginalizando outras formas de expressão de masculinidade e identidade de gênero (Gomes, 2019, Moreira, 2021). Esse regime político onde homens dominam a cena política e transformam o machismo, a misoginia, a LGBTfobia e a intolerância às diferenças em uma agenda política que visa a precarização e muitas vezes a eliminação de vidas que, na visão desse regime, são consideradas indignas de ser vividas, acabam por observar o mundo sob a ótica da violência, da competitividade masculina e de

comportamentos autoritários (Connell e Messerschmidt, 2013; Gomes, 2019; Vilaça e D’andrea, 2021).

Conforme Butler (2018), o gênero e o sexo são construções sociais e performativas. Butler argumenta que tanto um quanto o outro são históricos, culturais, discursivos e contingentes. Portanto, gênero, sexo e sexualidade podem ser considerados conjuntos de ações e atitudes performativas que produzem significados culturais. Zanello (2020) também revisita as ideias de Butler (1990) e utiliza o termo “script” para se referir ao que é socialmente construído e define os papéis de gênero - feminino e masculino - que devem ser performados em uma sociedade sexista. A noção de script se aplica à nossa sociedade como uma analogia a um roteiro a ser seguido e encenado (Zanello, 2020). O gênero, em particular, pode ser compreendido como uma repetição estilizada de performances (Butler, 1990, *apud* Zanello, 2020). Contudo, a contextualização dessa expressão vem de antes de Butler, sendo utilizada pelo sociólogo estadunidense John Gagnon nos anos 70 quando na tentativa de propor que somos guiados por roteiros sexuais, teoriza que o roteiro constitui uma unidade abrangente o suficiente para incluir elementos simbólicos e não-verbais em uma sequência de ações organizadas e limitadas no tempo, através da qual as pessoas antecipam comportamentos futuros e avaliam a qualidade das ações em curso (Gagnon, 2006).

A relação desses roteiros com o comportamento concreto é bastante complexa e indireta; eles não são reflexos diretos de nenhuma situação concreta, tampouco estão isentos de surpresa em sua capacidade de controlar qualquer situação concreta. Muitas vezes, são relativamente incompletos, ou seja, não explicitam cada ato e a ordem em que ele deve ocorrer [...] Os roteiros têm, no entanto, uma grande vantagem em relação ao comportamento concreto, por serem manipuláveis em seu conteúdo, sua sequência e suas avaliações simbólicas, amiúde sem referência a qualquer situação concreta.” (Gagnon, 2006, p. 114)

Se partirmos da noção de precariedade, tal como desenvolvida por Judith Butler (2015), torna-se possível compreender que as vidas não são igualmente reconhecidas nem igualmente protegidas, sendo distribuídas de maneira desigual dentro das estruturas sociais. Nesse sentido, a masculinidade hegemônica (Connell e Messerschmidt, 2013), embora ocupe uma posição privilegiada, não está isenta de processos de precarização. Ao contrário, pode-se pensar na constituição de um “cis precário¹”, especialmente no contexto de masculinidades como as articuladas pelo movimento Red Pill, em que

¹ Aqui acrescento em aspas e sem referências por se tratar de uma terminologia cunhada a partir de um agrupamento de meus devaneios enquanto desmembro a ideia de cisgeneridade, a crítica transfeminista e a noção de precariedade (Butler, 2015).

sujeitos cisgêneros, ao perceberem transformações nas dinâmicas de gênero, passam a vivenciar uma sensação de perda de lugar, status e reconhecimento. Essa precariedade, no entanto, não se equipara àquela vivida por sujeitos historicamente marginalizados, mas se configura como uma resposta reativa à desestabilização de privilégios, operando como motor para a reafirmação de discursos misóginos, antifeministas e autoritários. (Butler, 2015)

A partir dessa perspectiva, torna-se fundamental tensionar os binarismos que estruturam tanto a produção das masculinidades quanto suas análises. Conforme apontam autoras transfeministas como Sofia Favero e Marine Marini (2022), a cisgeneridade deve ser compreendida como uma posição produzida dentro de regimes normativos que regulam quais identidades são inteligíveis e quais são excluídas. Assim, a masculinidade hegemônica (Connell e Messerschmidt, 2013) não se constitui apenas como um modelo fixo e estável, mas como um processo contínuo de subjetivação, atravessado por tensões, contradições e instabilidades. Pensar em um “cis precário” implica, portanto, deslocar a análise de uma lógica binária — entre dominantes e dominados — para uma compreensão mais complexa, na qual sujeitos que ocupam posições de privilégio também são interpelados por normas que exigem constante reafirmação. Nesse movimento, a masculinidade Red Pill pode ser entendida como uma tentativa de restaurar fronteiras de gênero ameaçadas, evidenciando que a hegemonia masculina não é um dado consolidado, mas um projeto continuamente produzido, reiterado e, ao mesmo tempo, tensionado. (Butler, 2015; Favero e Marini, 2022)

Butler desafia a visão tradicional que considera o sexo como uma base biológica fixa, afirmando que tanto o sexo quanto o gênero são formados através da reiteração de práticas e discursos dentro da sociedade. Assim, essas categorias não são naturais ou imutáveis, mas sim produzidas e mantidas através de normas culturais e performativas que dão significado e contexto às identidades sexuais e de gênero (Butler, 2018). Molinier e Welzer-Lang (2009) apontam que a partir de uma análise histórica crítica da opressão das mulheres, emergiram as lutas contra o sexismo, a heteronormatividade e contra o patriarcado. Podendo, então, compreender que a luta do feminismo emergiu mobilizada pela existência de uma sociedade patriarcal e violenta.

Questionar o masculino por si só não é uma proposta simples - não de uma forma a dar superioridade a quem o questiona, mas compreendendo o sistema do patriarcado e como ele oprime todos os âmbitos da sociedade (Lerner, 2019) - e ser um pesquisador

homem que questiona o masculino gera alguns conflitos. Afinal, que homem questiona outros homens? A que custo se quebra a cumplicidade masculina? (Zanella, 2020)

Na verdade, toda crítica à masculinidade tradicional só faz tornar a masculinidade objeto dos estudos, ou seja, torna objeto aquilo que sempre foi sujeito. Aqui a questão do outro é essencial: se o homem sempre foi o sujeito universal e genérico, como vou propor, o surgimento do outro como crítica (gays e feministas, nesse caso) afeta o arranjo tradicional das categorias e força uma mudança, a chamada crise de masculinidade (MONTEIRO, 2000, p.66)

O historiador e professor titular aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Durval Muniz Albuquerque Júnior (2010), uma das referências sobre masculinidades no Brasil, nos faz provocações quando questiona “Por todos os lados ouvimos que somos uma sociedade de cabras machos, de cabras da peste. Mas o que é ser macho? Através de que traços nós delineamos e definimos o perfil de um macho?” (Albuquerque Júnior, 2010, p.4). Em sua obra, Albuquerque Júnior desmonta estereótipos sobre a virilidade nordestina e oferece uma visão importante para entender as intrincadas relações entre cultura, história e identidade masculina no Brasil. Ao investigar as construções sociais da masculinidade, o autor questiona narrativas patriarcais e machistas, contribuindo de forma significativa para o debate contemporâneo sobre as masculinidades brasileiras. Isso é particularmente relevante frente ao surgimento de movimentos como o analisado nesta dissertação, *The Red Pill*, pois sua análise proporciona instrumentos críticos para analisar e confrontar ideologias que propagam visões misóginas e polarizadas das relações de gênero. Albuquerque Júnior não apenas contextualiza as origens culturais das masculinidades no Brasil, mas também estimula uma reflexão profunda sobre como essas identidades são moldadas e podem evoluir em direção a modelos mais inclusivos e equitativos.

Mas afinal, que macho é esse que tanto apontamos quando dialogamos sobre gêneros e sexualidades?

“Como podemos saber que a pessoa que está a nossa frente é um macho de verdade?” (Albuquerque Júnior, 2010, pág. 14). Welzer-Lang (2001) traz a metáfora da Casa dos Homens, espaço de homosociabilidade² onde homens aprendem a ser homens. Conforme o autor, a Casa dos Homens se constrói a partir de espaços onde haverá sempre um homem avaliando o outro, o colocando à prova a fim de confirmar sua masculinidade. Quanto mais macho se prova um homem, mais créditos sociais ele terá e mais acima da

² Conceituado inicialmente por Sedgwick (1985) que pode ser entendido pelas relações não-sexuais com pessoas do mesmo sexo, aqui dado foco das relações de homens com outros homens.

cadeia alimentar social - se aqui pudermos pensar na sociedade como um sistema onde os homens heteronormativos são os predadores universais, predando entre eles mesmos e todo o restante das pessoas abaixo - ele se postará.

Marcos Nascimento (2022), professor e pesquisador associado ao Instituto Fernandes Figueira da Fiocruz, propõe que dentro da nossa sociedade ser homem de verdade se assemelha a não ser homossexual, por essa ideia de masculinidade hegemônica abraçar a heterossexualidade e as normas propostas pela mesma. “A heterossexualidade surge como um pilar importante para a construção da noção de masculinidade” (Nascimento, 2022, p. 22). O trabalho de Nascimento tem como foco principal os temas ligados às masculinidades e à saúde dos homens, oferecendo uma contribuição significativa por meio de estudos que investigam as interações entre gênero, saúde mental e bem-estar masculino.

O estudo das masculinidades não pode ser compreendido como uma novidade enquanto campo de estudos, nem que já se esgotaram todas as possibilidades analíticas em torno delas. No caso do Brasil, pelo menos desde a década de 1990 se encontram estudos e iniciativas políticas acerca dessa temática. No norte global, os estudos sobre masculinidades se dão pelo menos desde a década de 1970 (Oliveira, Nascimento e Lopes, 2024).

De acordo com vários pesquisadores, anterior ao aprofundamento das masculinidades, os homens estavam dentro de debates sobre trabalho e violências, mas tidos como interlocutores favorecidos, dificilmente haviam aprofundamentos que relacionassem o gênero aos processos de homossociabilidade (Arihla, Ridenti e Medrado, 1998; Medrado e Lyra, 2022; Oliveira, Nascimento e Lopes, 2024). “O homem era tomado como sujeito universal, sinônimo de ser humano, de humanidade” (Medrado e Lyra, p.7, 2022).

As problematizações acerca das performatividades masculinas no imenso território do Brasil exigem, aos pesquisadores e pesquisadoras, as análises de redes complexas sobre as quais atuam forças externas – os femininos – e internas – as diversas formas de produção de masculinidades. A disputa no plano cultural é, fundamentalmente, um enfrentamento em torno da atribuição de significados e sentidos que também interpelam as formas como os sujeitos viverão ou verão os marcadores das masculinidades (Caetano e Silva Junior, 2022, p.12).

“Os peixes não sabem que estão molhados” Emerica diz no prefácio de *Seja Homem* do JJ Bola (2020) se referindo ao processo de tornar-se homem, se aqui for possível cruzar o pensamento de Simone de Beauvoir (1980) para pensar no que afinal seria uma construção de masculinidade? De masculino? De homem? Estamos todos submersos nesse sistema de reproduções machistas e misóginas, onde somos beneficiados por meio da dor e do sofrimento alheio para que se perpetuem as relações de poder que, no fim das contas, beneficiam apenas a parcela dos homens da “sociedade patriarcal capitalista supremacista branca imperialista”, conforme proposto por bell hooks (2022).

O masculino tornou-se uma estrutura de dor que, ao mesmo tempo em que maltrata outras estruturas, como a feminina, também acaba se maltratando. Dentro da Casa dos Homens, em sua constituição, o homem aprende e ensina a ser misógino e a praticar misoginias - abrangendo tanto mulheres, quanto outros homens heterossexuais e não-heterossexuais. Dessa forma, todo homem se torna misógino e violento, de diferentes maneiras, em diferentes níveis e com diferentes objetivos. As masculinidades heterossexuais permeiam a violência de gênero, tanto com mulheres como com os próprios homens. Onde esses sujeitos masculinos heterossexuais são regulados e regulamentados por infinitas normas, seja uma Casa dos Homens, seja uma matriz heterossexual³ (Welzer-Lang, 2001; Zanello, 2020).

As masculinidades, em suas múltiplas manifestações, se tratam de um tema central nas discussões contemporâneas sobre gênero e sociedade. Diversos autores e autoras abordam a maneira como essas masculinidades são construídas, representadas e reproduzidas em contextos políticos, culturais e sociais, e o quanto ela reforça desigualdades de poder e violência.

Antes de adentrar na discussão acerca da cisheteronormatividade, torna-se fundamental recorrer às contribuições do transfeminismo, especialmente no que diz respeito à problematização da categoria “cis”. Conforme apontam Sofia Favero Marini (2022), a noção de cisgeneridade não deve ser compreendida como uma condição neutra ou natural, mas como uma posição situada dentro de um regime político e discursivo que organiza as inteligibilidades de gênero. Nomear o “cis” implica, portanto, desnaturalizar aquilo que historicamente foi tomado como universal, evidenciando que também se trata de uma construção normativa atravessada por relações de poder.

³ Termo cunhado por Butler (2018) para propor a coerência entre sexo de nascimento, performance de gênero, práticas sexuais entre outros que correspondam às normas da heterossexualidade e do binarismo de gênero.

Nesse sentido, o transfeminismo contribui para deslocar o olhar analítico, permitindo compreender que a cisgeneridade opera como um marcador que, ao mesmo tempo em que produz pertencimento e reconhecimento social, também sustenta hierarquias e exclusões. A crítica transfeminista, ao evidenciar os mecanismos de naturalização do *homem* e da *mulher* como categorias fixas, possibilita tensionar os próprios fundamentos da masculinidade hegemônica. (Connell e Messerschmidt, 2013; Favero e Marini, 2022)

A partir dessa perspectiva, é possível avançar para a discussão proposta por Fernando Seffner, que analisa a cisheteronormatividade como um regime político de distribuição de poder (Seffner, 2022). Para o autor, não se trata apenas de um conjunto de normas relacionadas à sexualidade ou aos afetos, mas de um sistema que articula gênero e sexualidade à organização social mais ampla, assegurando a manutenção de determinadas formas de masculinidade em posição de privilégio.

O homem comum, nomeado assim por Fernando Seffner (2022) se ancora em uma virilidade política que reitera a dominação masculina. Para Seffner (2022), essa virilidade não é apenas um reflexo das normas sociais, mas uma construção ativa, que responde a momentos históricos de maior conservadorismo, onde o retorno a ideias tradicionais de poder masculino é intensificado.

Dizer que a cisheteronormatividade busca reforçar os estereótipos de gênero mais tradicionais não é exatamente uma novidade. Ocorre que com isso, as ‘falas’ da norma costumam de modo decisivo gênero e sexualidade com o debate da grande política. Mais ainda, as ações para fazer prevalecer a norma caminham no contexto atual brasileiro num claro sentido de viralizar a política e assegurar o predomínio masculino. Em verdade, de um certo masculino, que implica a consequente submissão do feminino e de determinadas outras formas de viver o masculino. Essas estratégias confirmam que gênero e sexualidade são elementos estruturantes da vida em sociedade, e não, como por vezes se escuta, ‘questões menores’ ou apenas ‘questões de costumes’ ou temas dos quais, quando se fala, é para desviar as atenções daqueles ‘realmente importantes’. (Seffner, 2022, p.238-239)

A perspectiva de Seffner está em diálogo com o transfeminismo, que busca dar luz às pautas trans e travesti, em caminho oposto a cisheteronormatividade e a norma instituída em nossa sociedade. “A cisheteronormatividade vai muito além de ocupar-se

apenas com os afetos e a orientação sexual das pessoas, ela é um regime político de distribuição de poder” (Seffner, 2022, p. 239).

Outro teórico que possibilita contribuições e diálogos, mas aqui não na perspectiva pós-crítica do transfeminismo, é Pierre Bourdieu (2023), que argumenta que a masculinidade hegemônica é uma prática simbólica que subordina o feminino. Bourdieu (2023) explica que a dominação masculina se estabelece de forma tão profunda nas sociedades que se torna invisível, ou seja, naturalizada. Assim, as práticas de violência simbólica, que são manifestações da masculinidade hegemônica, acabam sendo legitimadas pelas próprias estruturas sociais que as produzem. A naturalização dessa hegemonia, portanto, dificulta a percepção crítica sobre o papel da masculinidade na manutenção de desigualdades.

Além disso, Bourdieu (2023) argumenta que a dominação masculina é internalizada pelas próprias vítimas, uma vez que essas dinâmicas são aceitas como legítimas tanto pelos homens quanto pelas mulheres. Isso se traduz no sentido que a dominação não é apenas imposta, mas também reproduzida nas interações cotidianas. A naturalização das diferenças de gênero perpetua a ideia de que as mulheres ocupam uma posição subalterna de forma “natural”, reforçando o papel passivo e domesticado que lhes é socialmente atribuído.

Mesmo em sociedades onde o patriarcado parece menos evidente, a masculinidade hegemônica persiste através de normas, valores e práticas que favorecem a manutenção do *status quo*. O desafio está em desvelar essas práticas e propor formas de subverter essa dominação que, por ser profundamente enraizada, muitas vezes passa despercebida e é dificilmente questionada. (Bourdieu, 2023)

No campo das experiências sexuais, essa masculinidade dominadora também se manifesta de forma a criar distâncias entre o masculino e o feminino. Como sugerido por Mascarello e Weinmann (2022), há uma contradição vivida por muitos homens heterossexuais, que ao mesmo tempo que se fascinam pela feminilidade durante o ato sexual, também a rejeitam. O conceito de “repúdio da feminilidade”, originalmente proposto por Freud em 1937 no texto *Análise terminável e interminável*, ajuda a compreender esse fenômeno. Freud (1937/1987h) propõe que a feminilidade não define nem o masculino nem o feminino, sendo compreendida como um registro primordial do psiquismo. Nessa visão freudiana, a feminilidade surge do sentimento de desamparo. Assim, não é uma característica exclusiva de mulheres ou homens, mas algo compartilhado por ambos. Sigmund conclui que o repúdio pela feminilidade se dá como

uma “notável característica da vida psíquica dos seres humanos” (Freud, 1937/1987h, p. 268). Essa dinâmica de repúdio reflete uma tentativa de reafirmar a masculinidade, uma vez que qualquer traço de feminilidade nos homens pode ser visto como uma ameaça à sua virilidade. (Freud, 1937/1987h; Mascarello e Weimann, 2022)

Essa tensão entre o fascínio e o repúdio à feminilidade também ecoa em outros campos, como nos grupos terapêuticos masculinos, onde as discussões sobre gênero muitas vezes falham em repensar as normas tradicionais. Silva Filho (2023), explora como esses grupos, criados para ajudar homens a lidar com questões de masculinidade, frequentemente acabam reforçando padrões de virilidade ao invés de questioná-los. O autor argumenta que, ao invés de promover um espaço para reflexão crítica, esses grupos muitas vezes se tornam locais de reafirmação da masculinidade tradicional, perpetuando a ideia de que ser homem é sinônimo de força e controle.

O ambiente terapêutico, portanto, ao invés de conduzir ideias que repensem a masculinidade como estrutura de poder, acaba por reforçá-la, evidenciando a dificuldade de mudança estrutural. Esses espaços, que poderiam ser usados para promover novas formas de masculinidade menos violentas, muitas vezes falham em romper com o ciclo de reafirmação do poder masculino. Isso revela uma resistência presente nos próprios homens, que ao participarem desses grupos, buscam validar suas experiências dentro de um quadro já pré-estabelecido de dominação, sem que haja uma verdadeira crítica ao papel da masculinidade em suas vidas. (Silva Filho, 2023)

O estudo de Adriano Beiras, Marcos Nascimento e Caio Incrocci (2019) sobre grupos terapêuticos com homens autores de violência contra mulheres traz uma análise crítica sobre os programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres no Brasil, destacando o papel dessas intervenções na promoção de mudanças comportamentais e na prevenção da reincidência. No entanto, os autores apontam para a necessidade de uma abordagem mais profunda, que vá além da contenção dos atos violentos e busque promover uma transformação das masculinidades. A crítica central é que muitas das intervenções focam apenas no comportamento imediato, sem abordar as raízes estruturais da violência de gênero - sendo, também, o que vim criticando anteriormente - que estão intimamente ligadas à reprodução de masculinidades hegemônicas (Connell e Messerschmidt, 2013). Para que tais programas sejam realmente efetivos, é necessário considerar a complexidade dos fatores que levam os homens a exercer violência e promover uma reflexão crítica sobre os papéis de gênero. (Beiras, Nascimento e Incrocci, 2019)

Para além disso, é necessário pontuar a importância de uma intervenção intersetorial e de longo prazo, que inclua não apenas o atendimento psicológico, mas também uma articulação com políticas públicas de educação e saúde. Essa visão se alinha à necessidade de uma mudança cultural mais ampla, que desafie as normas de gênero que sustentam a violência masculina. Ao focar em uma perspectiva crítica sobre os programas existentes, Beiras, Nascimento e Incrocci (2019) oferecem uma contribuição importante para o campo das ciências sociais e da saúde, apontando que sem uma revisão profunda das bases sociais das masculinidades e dos processos de socialização dos homens, os esforços para erradicar a violência de gênero podem continuar limitados em seu impacto.

Pampola e Barros (2021), em sua análise das produções acadêmicas sobre masculinidade, apontam para o desafio contínuo de repensar as masculinidades. Embora existam diversos estudos e movimentos sociais que buscam questionar e reformular o conceito das masculinidades, essas iniciativas enfrentam resistência tanto no campo acadêmico quanto no cotidiano. As autoras destacam que, apesar do avanço nas discussões sobre masculinidades, a hegemonia masculina ainda domina o imaginário coletivo, especialmente quando se trata de práticas sociais e culturais.

A ênfase em modelos hegemônicos e normativos demonstra a resistência em abordar as masculinidades a partir de uma perspectiva interseccional, que contempla raça, classe e sexualidade. Isso limita o campo a um foco estreito, sem considerar as masculinidades dissidentes que subvertem os estereótipos tradicionais. A falta de uma análise mais profunda desses fatores sociais reforça a exclusão de grupos marginalizados e perpetua a hegemonia masculina como padrão.

De acordo com as autoras, “a ausência de trabalhos que busquem construir entendimentos mais dialógicos entre os tipos de masculinidades brasileiros considerados hegemônicos e marginalizados, procurando perceber suas aproximações e seus afastamentos” (Pampola e Barros, 2021, p.16). Essa crítica revela a necessidade urgente de se expandir o debate para incluir múltiplas masculinidades, rompendo com as barreiras estruturais que continuam a marginalizar homens que fogem ao padrão hegemônico. Trabalhos acadêmicos que ignoram essas nuances acabam contribuindo para a manutenção de desigualdades e invisibilidades sociais. Afinal, quais tipos de masculinidades estamos pensando quando falamos sobre masculinidades? Lembramos das masculinidades negras, assim como bem fez bell hooks (2022), ocupando o lugar que nós homens temos certa resistência e medo de ocupar ao questionar as estruturas supremacistas? Será que enquanto espaços acadêmicos e científicos, abrimos espaços

para pensar sobre masculinidades de pessoas PCDs, indígenas, marginalizadas entre tantas outras (im)possíveis? São perguntas talvez nunca passíveis de uma resposta, o que traz a força do nó em que estamos entrelaçados junto da própria masculinidade hegemônica que tanto se pensa em “desconstruir”.

Essa hegemonia masculina é discutida também por Miriam Grossi, que explora a pluralidade de masculinidades existentes, mas observa que a masculinidade hegemônica ainda exerce forte influência nas dinâmicas de poder e violência. Grossi (2004) argumenta que a multiplicidade de formas de ser homem é constantemente subordinada à masculinidade hegemônica, que continua a definir o que é ser homem em termos de poder, agressividade e controle. Essa pluralidade, apesar de importante, não consegue romper totalmente com o ciclo de dominação masculina, o que perpetua a violência e a desigualdade de gênero.

Para Connell e Messerschmidt (2013), além da masculinidade hegemônica, existem outros formatos de masculinidade que se organizam em torno dessa posição. A masculinidade subordinada, por exemplo, abrange homens que são descartados por não atenderem aos padrões da masculinidade dominante, como homens pertencentes à comunidade LGBTQIA+ ou homens que rejeitam comportamentos violentos. A masculinidade marginalizada refere-se a grupos cuja exclusão ocorre com base em outros marcadores sociais, como raça e classe, onde homens negros ou de classes mais baixas enfrentam barreiras adicionais dentro dessa posição de masculinidades. Nesse sentido, a análise de Grossi (2004) converge com a de Connell e Messerschmidt (2013) ao evidenciar que, embora haja diversidade nas formas de expressão masculina, todas essas variações estão, de certa forma, subordinadas ou marginalizadas pela hegemonia.

Grossi (2004) enfatiza que, apesar dessa pluralidade de formas de ser homem, as masculinidades alternativas não rompem o ciclo de dominação estabelecido pela masculinidade hegemônica. Connell e Messerschmidt (2013) propõem também o conceito de masculinidade cúmplice, um tipo de masculinidade que, mesmo sem estar diretamente envolvido com a violência ou a dominação, colabora com a manutenção do poder masculino ao se beneficiar de privilégios associados à hegemonia. A interação entre esses tipos de masculinidades corrobora com a perspectiva de Grossi (2004) de que a hegemonia masculina se sustenta pela cooperação dessas várias formas, todas contribuindo, de alguma maneira, para a perpetuação do ciclo de desigualdades e violência de gênero.

A construção das masculinidades, conforme apontada por Silva e Caetano (2024), está fortemente associada a discursos conservadores que resgatam valores patriarcais. Para esses autores, o retorno do conservadorismo reforça a ideia de que o homem deve ser o provedor e a figura de autoridade, tanto no ambiente familiar quanto no social. Esse resgate não é apenas cultural, mas também político, uma vez que tais valores são mobilizados para sustentar políticas que reforcem desigualdades de gênero, justificando a centralidade do poder masculino. Em uma análise crítica, eles observam que a promoção desse discurso reforça a opressão das mulheres e das minorias de gênero, o que impede avanços significativos na direção à equidade.

De acordo com Silva e Caetano (2024, p. 9),

toda memória implica numa seleção de acontecimentos, ou seja, imagens e narrativas que são parte de um passado, relacionado as circunstâncias de determinado contexto social, cultural e político, nos possibilitando distanciar de memórias essencializadas, mas incidir sobre um conjunto de discursos que atuam no presente, resgatam e apresentam desde aquelas/es que devemos rechaçar como também as/os que devemos reverenciar.

A reprodução de memórias, especialmente em contextos conservadores, é frequentemente instrumentalizada para fortalecer ideologias que visam manter estruturas de poder tradicionais. Movimentos conservadores, liderados por figuras políticas e religiosas, costumam utilizar discursos nostálgicos que evocam um passado idealizado, onde os papéis de gênero eram claros e imutáveis. Nessa narrativa, o homem está posicionado como guardião de valores inquestionáveis, sustentando a masculinidade hegemônica (Connell e Messerschmidt, 2013) como uma resposta às transformações sociais. Ao manipular memórias, esses grupos não apenas legitimam práticas de exclusão e controle, mas também dificultam a construção de novas identidades e relações de gênero que desafiam o *status quo*. (Silva e Caetano, 2024)

Esse contexto conservador encontra ressonância no estudo de Fábio Oliveira e Nádia Santos (2022), que analisam como campanhas publicitárias governamentais acabam reforçando estereótipos de masculinidades tradicionais, mesmo quando tentam abordar questões de gênero. A análise deles mostra que, embora o termo “masculinidade tóxica” seja utilizado nessas campanhas para discutir comportamentos masculinos contratados, ele é instrumentalizado de forma a não desafiar as estruturas patriarcais.

Assim, em vez de promover mudanças significativas, tais campanhas apenas reforçam o controle e o poder masculino, ignorando a complexidade das masculinidades.

Para Oliveira e Santos (2022), a utilização do termo “masculinidade tóxica” em campanhas nas agências governamentais torna-se uma ferramenta superficial, pois a crítica ao comportamento masculino acaba sendo neutralizada pela reafirmação dos mesmos valores que se busca questionar. Eles observam essas campanhas, ao não problematizarem as raízes culturais e estruturais da masculinidade, falham em gerar um debate mais profundo sobre a multiplicidade das masculinidades e as dinâmicas de poder que perpetuam a violência de gênero.

Em intuito de contextualizar, Oliveira e Santos (2022, p.138) propõem que a masculinidade tóxica “diz respeito ao fato de o homem não só praticar ações nocivas e destrutivas consigo, com o outro ou com as coisas do mundo, como também considerar isso como normal e incentivar, propagar, defender ou manter tais práticas”. Os autores traçam que “um ou outro traço da masculinidade tóxica costuma acompanhar principalmente a vida de um homem, o que é assustador, até porque a masculinidade tóxica prejudica também os próprios homens” (Oliveira e Santos, 2022, p.138). Contudo, não há de se esquecer que “o sistema que coloca os homens em vantagem na sociedade é essencialmente o mesmo que os limita, inibindo o crescimento pessoal e, no fim das contas, levando ao colapso dos indivíduos” (Bola, p.25, 2020).

O que hoje já não é um dado desconhecido, mas segue como importante de ser ressaltado aqui, é o fato de que homens seguem sendo mais encarcerados, mais envolvidos em acidentes de carros, em uso de drogas e principalmente com a quantidade de feminicídios⁴ que são registrados - para além dos que não são reconhecidos como tal crime (IPEA, 2024). Por fim, ser homem é estar interlaçado a um mecanismo de sofrimento, causando sofrimentos físicos e simbólicos para os outros e para si mesmo.

Por outro lado, o termo “masculinidade tóxica” embora útil para destacar comportamentos envolvidos, tende a simplificar a complexidade das masculinidades. O uso desse termo pode sugerir que apenas alguns comportamentos masculinos são problemáticos, ignorando o caráter construído das masculinidades e feminilidades bem como os efeitos da norma e das normatividades sobre a constituição subjetiva de homens e mulheres.

⁴ A ONU Mulheres define feminicídio como “[...] à morte violenta de mulheres por razões de gênero, diferenciando-se do conceito neutro em termos de gênero do homicídio” (ONU MULHERES, 2016, p. 1)

No entanto, como já pensado por Connell e Messerschmidt (2013), todas as masculinidades estão imbricadas em um sistema de poder, onde a masculinidade hegemônica subjuga tanto as mulheres quanto outras formas de masculinidades. Assim, a terminologia “masculinidade tóxica” pode falhar em capturar as dinâmicas mais amplas de dominação e exclusão que permeiam as relações de gênero e, ao focar apenas em comportamentos individuais, negligenciar a crítica sistêmica ao patriarcado.

1.2 Masculinidades e redes sociais: Um breve balanço

Na busca de iniciar um afunilamento de ideias, em articulação com o campo de estudos das masculinidades, aqui pretendo dialogar com algumas pessoas pesquisadoras que também estudam as masculinidades em ambientes digitais. O intuito inicial é abrir uma discussão que abra caminho para pensar numa possibilidade de pesquisa *on-line* que converse com o campo das masculinidades e que possa auxiliar a compreender a produção misógina e de discursos odiosos dentro de plataformas digitais.

Em relação à amplificação de discursos de ódio em ambientes virtuais, Raquel Recuero (2014) discute como as redes sociais são espaços férteis para a reprodução de discursos violentos e polarizadores, que estão intimamente ligados às noções de masculinidades. De acordo com a autora, o anonimato e a velocidade das interações nas redes sociais permitem que discursos de ódio, muitas vezes associados a formas agressivas de masculinidade, sejam amplificados. Essa observação é crucial, pois evidencia o impacto das redes no fortalecimento de padrões masculinos violentos, especialmente quando esses discursos encontram eco em um público amplo.

Luiz Valério Trindade (2023) também explora o discurso de ódio nas redes sociais, mostrando como essas plataformas têm sido usadas como terreno fértil para a perpetuação de práticas de violência simbólica e exclusão. A partir da proposição do autor sobre o ambiente digital oferecer uma plataforma de fácil acesso para a expressão de agressividade, é possível notar que as masculinidades, a competição e o domínio se tornam formas de autoafirmação masculina implementadas no meio digital. A pesquisa de Trindade demonstra que, ao invés de serem espaços neutros, as redes sociais reforçam as hierarquias de poder existentes e permitem que a violência simbólica se dissemine de forma acelerada (Trindade, 2023).

O autor destaca ainda que, nas redes sociais, as relações de poder - em seu trabalho enfatizado questões raciais - são reforçadas pela lógica do anonimato e pela rapidez de

disseminação de conteúdo. Essa dinâmica permite que indivíduos expressem formas de violência simbólica sem temer consequências imediatas, criando um ciclo de autoafirmação que perpetua práticas de exclusão e marginalização. Esse ambiente virtual, portanto, não apenas reflete, mas também intensifica as posições de poder existentes na sociedade, ao proporcionar um espaço aparentemente desregulado para a expressão dessas masculinidades (Trindade, 2023).

Ainda no contexto digital, Braga e Carauta (2020), mostram como os grupos de WhatsApp também funcionam como espaços de reprodução dessas masculinidades que tratamos como hegemônica. A homossociabilidade, ou a interação entre homens dentro de grupos homogêneos, cria um circuito fechado onde as normas de masculinidade são reforçadas sem questionamento. No contexto do futebol, os autores observam que as interações são permeadas por práticas que reafirmam a heteronormatividade e a exclusão do feminino, mantendo a masculinidade dentro de moldes rígidos e tradicionais.

Nesse cenário, os grupos de WhatsApp servem como ambientes onde as masculinidades são reiteradas por meio de brincadeiras, piadas e interações que reforçam o papel dominante dos homens. As práticas de exclusão do feminino e a reafirmação de estereótipos masculinos mostram como as novas tecnologias de comunicação também são utilizadas para perpetuar formas tradicionais de masculinidade. Ao invés de serem ferramentas de inclusão e mudança social, esses espaços acabam se tornando mais um ambiente onde a masculinidade hegemônica encontra apoio e fortalecimento. (Braga e Carauta, 2020)

Os grupos de WhatsApp funcionam como espaços de cumplicidade entre homens, onde comportamentos e atitudes que reforçam estereótipos masculinos são naturalizados e incentivados. Zanello (2020) destaca que, nesses ambientes, os homens utilizam piadas e brincadeiras como forma de reafirmar seu papel dominante, enquanto excluem e desvalorizam o feminino. Esses espaços virtuais, que poderiam ser utilizados para promover a reflexão e a desconstrução de normas de gênero, acabam, na verdade, reproduzindo formas tradicionais de masculinidade, reforçando as dinâmicas de poder patriarcais.

De acordo com Zanello, a “cumplicidade comparece através de um silenciamento que visa proteger os ‘brothers’ antes e acima de qualquer situação” (ZANELLO, 2020, p. 82). Essa análise evidencia que, em vez de serem ferramentas de mudança e inclusão, os grupos de WhatsApp acabam fortalecendo a masculinidade hegemônica, permitindo que

comportamentos machistas, misóginos, LGBTfóbicos, racistas e capacitistas sejam mantidos e legitimados em um ambiente de aparente intimidação e anonimato.

Zanello (2020) discute com profundidade o papel dos grupos masculinos em espaços virtuais relacionado à cumplicidade masculina em busca do silenciamento feminino, destacando que

É preciso, também, demonstrar ao grupo de iguais (outros homens, na brotheragem), o exercício dessa performance, pois, como vimos, a confirmação identitária dos homens se dá via pares. Isso ocorre na ‘casa dos homens’, principalmente pela cumplicidade, construída ativa ou passivamente por eles, seja pela manutenção da lealdade acima de tudo, seja pela manutenção do segredo mesmo face a barbaridades que um outro homem possa cometer. É o que se constatou nos grupos de whatsapp estudados: ainda que alguns de seus membros não se manifestassem/reagissem ativamente face aos posts (dando curtidas, postando risadas etc.), mantiveram-se em silêncio, mesmo quando o post retratava, fazendo piada, situações de extrema violência, como o feminicídio de uma mulher. Não podemos saber se passaram-no adiante, para outros amigos, mas gostaria de apontar que tanto na reprodução do post quanto no silêncio omissivo, há cumplicidade. Há pactuação. Esse é o principal silêncio que mantém a casa dos homens. E, talvez, o mais difícil de ser quebrado. (Zanello, 2020, p.99)

Essas masculinidades hegemônicas, especialmente no contexto brasileiro, se manifestam de forma particularmente violenta em certas profissões, como na polícia militar. Alister Dante Burema (2024), analisa como as masculinidades dos policiais militares no contexto sul-matogrossense é construída em torno de ideias de virilidade, violência e controle. O autor observa que, nas narrativas presentes em plataformas como o YouTube, a masculinidade dos policiais é apresentada como um ideal de força e proteção, mas que na prática reforça a violência como uma ferramenta legítima de controle social.

As masculinidades militarizadas não apenas reforçam a violência, mas também criam uma imagem de masculinidade que é admirada e reproduzida por outros homens em diferentes contextos. Burema (2024) aponta que o consumo dessas narrativas de masculinidade nas mídias digitais contribui para a normalização de comportamentos violentos e para a perpetuação de um ciclo onde as masculinidades são definidas pela

capacidade de exercer controle e dominação. Isso reforça ainda mais a ideia de que a violência, tanto física quanto simbólica, é um componente essencial das masculinidades.

As redes sociais tornaram-se um espaço essencial para a produção e reprodução de discursos sobre masculinidades, permitindo tanto a contestação quanto a reafirmação de normas tradicionais de gênero. Duque e Seffner (2022) exploraram a atuação de canais de homens gays vivendo com HIV/AIDS no YouTube, trazendo à tona o conceito da “epistemologia do segundo armário” - sendo o primeiro armário o da homossexualidade e o segundo o da vivência com HIV/AIDS, a partir da autografia de Gabriel Abreu (2016).

Esses canais funcionam como artefatos pedagógicos ao reconfigurarem as masculinidades a partir da visibilidade de se viver com HIV/AIDS. Eles desafiam o silêncio e o estigma ao desenvolverem narrativas de vulnerabilidade e resistência, contribuindo para uma compreensão mais ampla da multiplicidade das masculinidades. A internet, em particular o YouTube, se torna um espaço vital onde esses homens unem suas histórias, desafiam estigmas e criam novas subjetividades. A produção de conteúdo em plataformas digitais permite-lhes reconfigurar a própria identidade, ressignificar vulnerabilidades e, ao mesmo tempo, exercer uma pedagogia social que educa e conscientiza tanto sobre o HIV/AIDS quanto sobre as dinâmicas de masculinidade em um cenário digital (Duque e Seffner, 2022).

Além disso, a internet oferece a esses homens um ambiente onde a masculinidade é confrontada e as subjetividades podem se desenvolver de forma plural. A criação de subjetividades online, nesse sentido, se torna um ato de resistência e afirmação, onde as masculinidades não precisam se conformar aos padrões tradicionais, mas podem se adaptar a experiências que consideram os desafios complexos de ser dissidente à norma (Duque e Seffner, 2022).

A presença desses discursos misóginos no YouTube é comprovada por Martinez e Salva (2024), que destaca como a violência de gênero é amplificada por meio de vídeos que trivializam ou até justificam agressões contra mulheres. Os algoritmos das plataformas, voltados para a maximização do engajamento, acabam favorecendo conteúdos que reforçam a polarização e o extremismo. O autor e a autora contribuem explicando que “o YouTube pelo acesso e distribuição livre faz circular diferentes enunciados, dependendo, no entanto, da chancela do público para que estes circulem” (Martinez e Salva, 2024, p.16). Ao naturalizar a violência contra mulheres e outras minorias de gênero, esses vídeos apresentados para a perpetuação de narrativas machistas

que, longe de serem inofensivas, têm impactos concretos na forma como nós homens percebemos e exercemos nossas masculinidades.

Por outro lado, algumas plataformas, como o Instagram, têm sido palco de iniciativas que buscam redefinir as masculinidades. Da Silva (2023)⁵ analisa como perfis dedicados às “novas masculinidades” tentam desmistificar a ideia de que ser homem deve necessariamente envolver violência, agressividade ou repressão emocional. Esses perfis, ao promoverem uma masculinidade plural, oferecem alternativas às masculinidades hegemônicas, possibilitando a criação de novas formas de ser homem que se alinham com valores de equidade e justiça social.

Além disso, Da Silva (2023) enfatiza que essas iniciativas no Instagram não apenas desafiam a masculinidade tradicional, mas também promovem um espaço de diálogo e reflexão sobre as crises de identidade que muitos homens enfrentam na sociedade contemporânea. Através de postagens que abordam vulnerabilidades, empatia e cuidados emocionais, esses perfis criam um ambiente onde a masculinidade é reimaginada, permitindo que os homens se libertem de estigmas específicos e encontrem um sentido de pertencimento em suas experiências. Essa transformação é crucial, pois contribui para a desconstrução de normas opressivas e abre caminho para a construção de masculinidades plurais, que reconheçam e valorizem a diversidade de experiências e identidades masculinas.

Entretanto, nem todos os espaços online são usados para fins pedagógicos ou emancipatórios, como analisado por Duque e Seffner (2022). Carvalho e Lionço (2018) apontam para a presença de discursos de ódio e homofobia que proliferam em *blogs* e outras plataformas digitais. Esses espaços são direcionados ao que as autoras nomeiam como pânico morais que reforçam masculinidades e promovem a exclusão de identidades dissidentes, além do discurso de ódio propagado online. O anonimato e a descentralização da internet permitem que o discurso de ódio circule amplamente, legitimando atitudes violentas e mantendo o *status quo* de masculinidades que se sustentam na dominação e marginalização do “outro” (Carvalho e Lionço, 2018).

As autoras trazem que o discurso de ódio se trata de “uma forma de manifestação do pensamento que extrapola a liberdade de expressão pois incita o ódio, a desvalorização, o menosprezo, a desqualificação e a inferiorização do ser humano,

⁵ Assim como referenciei a autora Bruna Silva num formato diferente, quando referenciado dentro do corpo do texto, Reginaldo da Silva aparecerá no formato “Da Silva, 2023”. Nas referências também mantive “Da Silva, 2023” em busca de melhor localizá-lo.

reduzido a objeto” (Carvalho e Lionço, 2018, p. 165). A tipificação do discurso de ódio requer um olhar atento para os contextos em que determinadas narrativas não apenas comunicam opiniões, mas reforçam opressões históricas e exclusão de grupos marginalizados (Carvalho e Lionço, 2018). Nesse sentido, é essencial questionar onde a expressão deixa de ser livre para se tornar uma ameaça aos direitos humanos e subjetividades, especialmente quando o uso da linguagem gera impactos sociais e psicológicos que ultrapassam o discurso. A demarcação desse limite é fundamental para proteger o tecido social e a dignidade daquelas (es) que são alvos de narrativas desumanizantes.

A relação entre masculinidades e discurso odiosos é ainda mais desafiado nas comunidades conhecidas em grupos como os *incels* - comentarei de forma mais aprofundada no próximo capítulo - que ganham visibilidade nas redes. Mariana Domingues (2023) descreve como essas masculinidades se constroem a partir de narrativas de fracasso, ódio e ressentimento. A aparência dos “incels”, que se organizam em torno da inclusão sexual e romântica, revela uma crise nas masculinidades contemporâneas, marcada pela frustração e pela recusa em consideração às mudanças sociais que alteram as dinâmicas de poder entre gêneros. Esse grupo, ao invés de reavaliar suas masculinidades, reafirma valores misóginos e niilistas, exacerbando a violência simbólica e, em alguns casos, física (Domingues, 2023).

A análise de Domingues (2023) sobre a comunidade *incel* revela como esses grupos se consolidam em um círculo vicioso de ódio e ressentimento, rejeitando a transformação social e a revisão das próprias masculinidades. Nesse cenário, a internet se torna um cenário para o reforço de visões misóginas, onde os *incels* retroalimentam narrativas que reafirmam a vitimização e a aversão às mulheres e à sociedade. A autora aponta que a incapacidade desses homens de se adaptarem às novas configurações sociais e a busca pela equidade de gênero não apenas reforça atitudes hostis, mas também intensifica a alienação e a autossabotagem entre os membros do grupo, perpetuando comportamentos machistas e misóginos.

Por meio de uma masculinidade fragmentada e ressentida, esses grupos fortalecem discursos de ódio que funcionam como válvulas de escape para suas frustrações e fracassos, ignorando as nuances da complexidade humana e dos relacionamentos. Domingues (2023) indica que, ao recusarem alternativas que poderiam contribuir para um desenvolvimento emocional e social, os *incels* buscam validação em ideias de uma masculinidade distorcida, que enxerga qualquer mudança social como uma ameaça. Essa

postura representa um grande desafio para a discussão sobre masculinidades contemporâneas, uma vez que, ao aderirem a essas narrativas extremistas, optam por uma postura rígida e, muitas vezes, destrutiva para eles mesmos e para o convívio social.

Esse tipo de radicalização masculina não é um isolamento isolado. Bruna Silva (2023) argumenta que o masculinismo, presente nas redes de ódio online, é um movimento que se conecta diretamente com a radicalização política e patriarcal no Brasil.

O masculinismo procura reafirmar o homem como o chefe da família, a quem as mulheres devem se submeter-se voluntariamente. De maneira resumida, trata-se de um movimento antifeminista que busca reafirmar visões essencialistas de gênero e promover uma agenda cristã conservadora (Bruna Silva, 2023, p.56)

Essas redes articulam um discurso de resistência às transformações sociais que promovem a equidade de gênero, vendo nas conquistas feministas e LGBTQIA+ uma ameaça ao poder masculino tradicional. O masculinismo se caracteriza pela misoginia explícita, configurando-se como uma resposta violenta à “perda” de privilégios masculinos, o que reforça as plataformas digitais como um terreno fértil para a mobilização de ódio (Bruna Silva, 2023).

A radicalização das masculinidades online, no entanto, não se limita ao Brasil. Em um artigo publicado por Roberts e Wescott (2024) na *Gender and Education*, discute-se como movimentos como o masculinismo se conectam às redes internacionais de extrema-direita, compartilhando ideais de supremacia masculina e resistência às políticas de equidade de gênero. As expressões contemporâneas e a reafirmação do poder masculino nos espaços online são, em parte, fomentadas pelo aumento da visibilidade e influência dos chamados por Roberts e Wescott (2024) de “*manfluencers*”. Esses influenciadores, figuras centrais na machosfera, sustentam e reforçam uma posição desigual de gênero ao divulgar concepções restritivas de masculinidade e visões abertamente sexistas sobre as mulheres. Ao se tornarem referências para outros homens, essas figuras consolidam modelos de comportamento que desconsideram a complexidade das relações de gênero e reforçam normas tradicionais que diminuem a autonomia e a igualdade feminina (Roberts e Wescott, 2024).

Essas características indicam que as masculinidades estão em constante transformação, seja para o bem ou para o mal. De um lado, vemos estudos que mostram

como alguns homens buscam compreender suas masculinidades, como isso afeta a sociedade e fazem tentativas de repensar suas atitudes; do outro lado da moeda, temos *manfluencers* (Roberts e Wescott, 2024) que perpetuam de forma pedagógica o machismo e misoginia. As redes sociais, ao mesmo tempo que oferecem espaços de contestação e reinvenção das masculinidades, também possibilitam a segurança de discursos reacionários que resistem a essas mudanças. O desafio para nós pesquisadores e pesquisadoras é buscar entender como essas dinâmicas operam, para que possamos enfrentar e desmontar as narrativas de ódio que se fortalecem no espaço online.

Em suma, as redes sociais desempenham um papel ambivalente na construção e (des)construção - conforme proposto por Domingues (2023) - das masculinidades. Se, por um lado, elas servem como ferramentas para reafirmar o poder masculino tradicional e disseminar o ódio, por outro, elas também abrem caminhos para a emergência de novas formas de masculinidade que dialogam com as demandas por equidade e justiça social. Assim, o debate sobre masculinidades e redes sociais deve ser constante e crítico, sempre atento às múltiplas formas de masculinidade que coexistem e colidem no mundo digital.

1.3 Proposta metodológica

As plataformas digitais se consolidaram como espaços fundamentais para a construção e reiteração das masculinidades, oferecendo um campo para observar como identidades de gênero são negociadas, reforçadas e contestadas no meio online. Nesse cenário, é possível perceber a diversidade e complexidade dos discursos masculinos que circulam nessas plataformas, revelando tanto as fragilidades quanto os esforços de reafirmação das masculinidades tradicionais. Segundo Soares e Stengel (2021), a netnografia, assim nomeada pelas autoras, tem se tornado uma ferramenta poderosa para investigar essas tendências, especialmente no contexto brasileiro, onde as experiências online desafiam e validam as práticas antropológicas. A netnografia ajusta os métodos etnográficos às interações mediadas por computador, incluindo etapas de definição de pesquisa, seleção de dados, coleta, análise e relato dos resultados, o que facilita a compreensão das práticas sociais e culturais online.

Essa abordagem reforça a capacidade da etnografia *on-line* em desvendar como as práticas online refletem e, simultaneamente, reconfiguram as relações sociais e culturais (Souza e Duque, 2020). Nas plataformas digitais, observam-se discursos que perpetuam uma visão hegemônica de masculinidade, além de grupos que contestam essas

visões ao promover novas masculinidades e questionar os papéis tradicionais de gênero. Essa coexistência de discursos permite uma análise crítica das masculinidades, destacando como o ambiente online atua como uma extensão das interações sociais e culturais. Esse processo de representação e interação revela o potencial transformador da rede para subverter ou reafirmar certos valores associados às masculinidades, criando tantos espaços de contestação quanto de reafirmação.

Além disso, o ambiente digital favorece a presença constante de pesquisadores em campo e permite uma interação contínua com os usuários, como apontam Duque e Seffner (2022). Essa possibilidade de “habitar” o ambiente online juntamente com os sujeitos pesquisados fornece uma observação detalhada das masculinidades em suas múltiplas manifestações. Através das redes sociais, os homens discutem abertamente suas identidades, relacionamentos e experiências, que são moldadas tanto pela exposição ao olhar público quanto pela cultura de performatividade das plataformas digitais. É notável como, nesses espaços, muitos buscam ressignificar a masculinidade, enquanto outros adotam uma postura defensiva que reforçam os aspectos hegemônicos, comumente relacionados ao poder, à agressividade e ao controle.

Conforme Miskolci (2007) argumenta, as mídias digitais proporcionam um novo espaço de sociabilidade que transforma as práticas de pesquisa e as maneiras de entender as interações sociais. No contexto das masculinidades, esse espaço virtual permite que os homens compartilhem e explorem suas identidades de formas antes impossíveis, criando conexões que transcendem os limites geográficos e culturais. Miskolci (2007) destaca que o uso das plataformas digitais oferece uma nova maneira de abordar as dinâmicas de poder e gênero, revelando como os sujeitos se envolvem ativamente na construção de si mesmos. A abordagem metodológica sugerida por Miskolci (2007), que privilegia a observação das interações e expressões online, reforça a importância de uma análise cuidadosa das práticas discursivas, especialmente em temas sensíveis como masculinidade, identidade e poder.

Além disso, a perspectiva de Miskolci (2007) nos lembra que o espaço digital não apenas reflete, mas também reconfigura as relações sociais, trazendo à tona questões sobre o impacto do meio online na formação de subjetividades. Para as masculinidades, essa dinâmica é particularmente significativa, pois as plataformas digitais tornam-se ambientes de experimentação, onde os homens podem expressar vulnerabilidades e experimentar novos papéis de gênero. Dessa forma, a pesquisa etnográfica digital,

inspirada em Miskolci, possibilita uma leitura mais rica e contextualizada das masculinidades contemporâneas e de seus constantes processos de resignificação.

Em seu estudo, Da Silva (2023) enfatiza que a etnografia *on-line* não deve perder de vista a humanidade dos sujeitos estudados, evitando reduzi-los a dados descontextualizados e impessoais. Essa postura é especialmente relevante nos estudos sobre masculinidades, onde os discursos frequentemente oscilam entre a fragilidade e a agressividade, expondo o quanto a masculinidade tradicional ainda exerce influência sobre os homens. A abordagem etnográfica digital, que busca entender como a tecnologia altera a experiência humana, permite identificar não apenas os comportamentos visíveis, mas também as motivações e inseguranças subjacentes. Isso cria uma possibilidade ética de análise crítica, onde o pesquisador não apenas observa, mas também contextualiza e compreende as razões que sustentam essas construções de gênero.

As plataformas digitais funcionam como arenas onde as masculinidades são constantemente postadas à prova, forçando os sujeitos a negociarem sua identidade em relação às novas interações sociais. Esse fenômeno é evidenciado nas análises de Souza e Duque (2020), que mostram como o ambiente online serve tanto para reproduzir quanto para transformar práticas sociais. Em redes como Instagram e Facebook, por exemplo, homens são incentivados a compartilhar narrativas pessoais, muitas vezes reproduzindo estereótipos masculinos, enquanto em outras questionam essas normas e abraçam identidades mais fluidas.

Ao estudar essas dinâmicas, a etnografia *on-line* permite observar como as masculinidades nas redes são construídas a partir das novas coordenadas culturais e temporais mediadas pela internet. Segundo Da Silva (2023), a rede *online* possibilita que o pesquisador acompanhe de perto as experiências dos sujeitos, permitindo uma análise mais profunda de como as masculinidades são performadas. Esse acompanhamento em tempo real permite também que se capte a dimensão relacional das interações de gênero e o modo como os homens respondem às pressões de demonstrar poder, mas também vulneráveis, em um ambiente que encorajou tanto a autoexposição quanto ao julgamento público.

Ainda que essa metodologia ofereça essas ferramentas de análise valiosas, ela também exige uma postura crítica e ética, especialmente ao lidar com temas sensíveis como o campo das masculinidades. A presença de pesquisadores e pesquisadoras em ambientes virtuais deve ser orientada por um compromisso com a responsabilidade ética, atentos aos possíveis impactos de suas observações. De acordo com Soares e Stengel

(2021), a etnografia *on-line* deve se distanciar de uma abordagem quantitativa desumanizadora e adotar métodos que preservem o contexto e a subjetividade dos sujeitos. Isso é fundamental para a análise das masculinidades digitais, onde a identidade dos homens é constantemente negociada em um espaço permeado por julgamentos e expectativas culturais.

Dessa forma, o uso ético da etnografia *on-line* permite não apenas compreender as masculinidades, mas também identificar práticas que desafiam esses padrões, abrindo caminho para o surgimento de novas formas de ser homem. Uma análise das masculinidades em plataformas digitais revela que, embora existam forças que reforçam o modelo tradicional, há também movimentos que buscam desconstruí-lo, explorando as possibilidades de expressão que a internet proporciona. É através dessas experiências que se percebe como as masculinidades, longe de ser uma entidade fixa, são uma construção social em negociação constante, que reflete e desafia as normas de gênero.

O estudo das masculinidades nas plataformas digitais, por meio de uma abordagem etnográfica, oferece perspectivas valiosas sobre as dinâmicas de gênero no contexto atual. Essa abordagem é particularmente relevante para a psicologia e para as ciências sociais, pois desafia visões estáticas sobre masculinidades e ressalta a importância de contextos que promovem a revisão de padrões sociais arraigados. A etnografia *on-line*, nesse sentido, destaca-se como uma metodologia essencial para investigar como as masculinidades se expressam e se transformam nas interações digitais. Ao permitir uma análise crítica e ética desses processos, esta abordagem fornece as ferramentas para compreender a complexidade das masculinidades contemporâneas e sua relação com as tecnologias digitais.

Um ponto metodológico importante de se observar é quando referente à nomeação dos objetos de estudos desse trabalho, optamos por não realizar nenhuma alteração nos nomes ou criação de pseudônimos. Por mais que habitualmente as recomendações sejam de não divulgação das identidades dos(as) interlocutores(as) (Gomes e Dalberio, 2010), não teria como ser de outra forma, por ser um estudo a partir de pessoas públicas na internet e, também, participantes de *reality show* acabam por serem facilmente identificados independente de se nomear ou não.

Se ainda sobrar fôlego para atrelar a metodologia à minha escrita e à temática acerca dela, ainda vejo a etnografia digital como uma metodologia contemporânea e uma possibilidade ideal para analisar as relações de gênero e de violência na atualidade, visto

que o século atual vem passando por mudanças constantes quando dito à tecnologia e às relações – assunto que inevitavelmente está entrelaçado nos próximos capítulos.

Estudar online é um passo depois de existir na sociedade contemporânea, pois já estamos, enquanto sociedade, imersos nas redes sociais. Acordamos e em seguida nosso novo *instinto* é olhar o celular; conferir se recebemos mensagens; acessar a vida de outras pessoas entre outros. Com isso reafirmo que estudar online está a posteriori de existir atualmente, visto que só existe e é validado quem possui um perfil online. Consequentemente, estudar as masculinidades em contexto digital se torna inevitável. Se a masculinidade existe, ela estará exposta online se remodelando, reafirmando, sendo ensinada e utilizada como mecanismo de sofrimento – como bem veremos no terceiro capítulo.

CAPÍTULO 2 - MOVIMENTO RED PILL: UMA GENEALOGIA DA “MACHOSFERA”

Uma das artimanhas utilizadas no contexto dos grupos masculinistas é a metáfora do *Red Pill*. Emprestada do filme “Matrix”, lançado em 1999, a metáfora propõe que homens de verdade são aqueles que renunciam a tudo o que é do universo feminino, inclusive das mulheres e de suas “garras predatórias”. No filme supracitado, o personagem principal, Thomas A. Anderson, nomeado com a alcunha Neo (interpretado pelo ator canadense Keanu Reeves), é um *hacker* que rouba informações de sistemas para venda, além disso tem um emprego comum para tentar viver sua vida normalmente dentro do (des)conforto proporcionado pelo capitalismo e neoliberalismo.

Em dado momento, Neo é abordado por um grupo que lhe oferece duas possibilidades: a pílula azul (*blue pill*) ou a pílula vermelha (*red pill*). Caso sua escolha fosse a primeira, Neo continuaria vivendo a mesma vida monótona que vinha vivendo, se a escolha fosse a segunda o personagem teria a possibilidade de ver a realidade como “ela é”. Tomada a decisão de tomar a vermelha, Neo se depara com um mundo pós-desastre, totalmente devastado e com os humanos num estado vegetativo controlados de forma neural criado por um sistema aprimorado de informações. Os que escapam desse controle se juntam para formar a Resistência em busca de salvar o restante da humanidade.

Mesmo com as irmãs criadoras do filme, as diretoras trans Lilly e Lana Wachowski, reafirmando que uma das ideias proporcionadas pela obra é a crítica dos processos de violência e subjetivação que pessoas trans passam e que no fim das contas o filme expressa o desejo de transformação (Folha de São Paulo, 2020), e que a pílula vermelha se trata da pílula de estrogênio tomada para o processo de hormonização de mulheres trans - sendo algo que as tira das amarras do binarismo de gênero (Coral, 2020), a metáfora foi distorcida pelo “movimento” The Red Pill. Essa descontextualização feita pelo movimento masculinista TRP é passível de ser lida como mais uma estratégia de manutenção da dominação masculina.

O correspondente sênior do site estadunidense Vox.com, Zack Beauchamp, em 2019 apurou uma extensa pesquisa sobre o que seria a criação de um dos grupos masculinistas hoje conhecido como *incel* - junção das palavras *involuntary* e *celibates*/celibatários involuntários. Na década de 90, uma das entrevistadas comenta que criou um *blog* social onde pessoas com dificuldade de socialização e de relacionamentos tinham espaço de partilha. Alana, nome fictício para a entrevistada supracitada, e outro

integrante deste blog, chamado de ReformedIncel e provavelmente o primeiro incel, relatam que o início do espaço online era um local de acolhimento e respeito.

Nos anos 2000, a comunidade se mesclou com o 4chan⁶, sendo o primeiro espaço da propagação da *alt-right*, se dividindo em 2: IncelSupport e LoveShy; o primeiro manteve as características positivas já ditas aqui, enquanto o segundo removeu as mulheres e adotou o tom misógino por meio de discurso de ódio contra todos os públicos chamados minoritários - mulheres, LGBTQIA+, negros, latinos entre outros. O grupo eventualmente se tornou uma comunidade, que começou a usar uma frase para descrever seus problemas românticos - “celibato involuntário”. Mais tarde, o termo seria encurtado para o que tenho usado aqui como *incel*.

Nesta dissertação o foco são os *red pill*⁷ (pílula vermelha), contudo na pesquisa do jornalista Beuchamp (2019) pode-se observar que há outro grupo que é descaradamente violento e movido pelo ódio, o *black pill* (pílula preta), propagador da *alt-right* a qual se refere a uma aliança internacional ou coalizão informal bem financiada que tem acesso aos mais altos níveis de poder. O agrupamento é tecnologicamente sofisticado e tem um domínio desconcertante de comunicação política e psicológica, por meio dos aspectos libidinais e afetivos das novas tecnologias, em geral, e das mídias sociais, em particular (Gilroy, 2018, p. 22-23).

Vilaça e d’Andréa (2021) refletem que o movimento TRP se enquadra dentro de uma das metáforas da *alt-right*⁸. “Ressaltamos que a TRP, uma importante metáfora da *alt-right* é também um dos fios condutores de uma das ditas subculturas da internet mais expressivas da contemporaneidade: a *manosphere*” (Vilaça e d’Andréa, 2021, p.413).

A machosfera é um termo que se refere a uma subcultura online composta por comunidades e indivíduos que se identificam com ideologias e práticas centradas na masculinidade extrema. Essa esfera é marcada por discussões e conteúdos que muitas vezes promovem visões tradicionalistas e conservadoras sobre os papéis de gênero, frequentemente em oposição ao feminismo e às novas construções sociais de gênero. Integrantes da machosfera frequentemente utilizam fóruns, blogs e redes sociais para

⁶ “Um dos primeiros fóruns anônimos online, famoso reduto de extremistas de direita, racistas, antissemitas, lgbtfóbicos e toda sorte de homens preconceituosos” (Amato e Miguel, p.4).

⁷ Em busca de não se estender muito para que tenhamos mais espaço de debater analiticamente o conteúdo, aqui não trarei mais debates teóricos-online para conhecermos todos os grupos de pílulas, visando que aqui estamos pensando sobre o TRP.

⁸ Nova Direita ou Direita Alternativa. Movimento fortalecido pela defesa e a busca de uma sociedade integralmente patriarcal capitalista supremacista branca e imperialista, como bell hooks (2022) diria. No próximo capítulo discorrerei mais sobre o movimento *Alt-Right*.

disseminar suas ideias, que podem variar desde a promoção do desenvolvimento pessoal e da autossuficiência masculina até a disseminação de discursos misóginos e antifeministas. A complexidade dessa subcultura reside em sua capacidade de atrair homens que se sentem marginalizados ou incompreendidos pelas narrativas sociais contemporâneas, oferecendo-lhes uma sensação de pertencimento e identidade. (Ging, 2017; Ramos, 2020; Vilaça e d'Andréa, 2021)

A noção de **masculinidade extrema**, tal como mobilizada neste trabalho, não se apresenta como uma categoria nativa claramente delimitada, mas como uma construção analítica que emerge da observação de diferentes cenas empíricas nas quais determinados padrões de comportamento e enunciação se repetem. Essas cenas — que vão desde interações aparentemente banais, como a recusa de uma bebida oferecida por uma mulher, até discursos mais elaborados sobre relações de gênero em podcasts — revelam uma masculinidade marcada pela intensificação de elementos já presentes na masculinidade hegemônica, tais como a necessidade de controle, a rejeição da vulnerabilidade e a reafirmação constante de uma posição hierárquica frente ao feminino. Ao mesmo tempo, essa masculinidade se constrói em oposição a um “outro” discursivamente produzido, frequentemente nomeado como “feminismo extremado”, que funciona menos como descrição de um movimento social concreto e mais como um recurso retórico que legitima a reação masculina. Nesse sentido, a articulação entre masculinidade extrema, antifeminismo e discursos alinhados à extrema direita não se dá de forma acidental, mas como parte de uma mesma gramática que organiza percepções de ameaça, perda de status e necessidade de restauração de uma ordem de gênero hierarquizada.

Nesse sentido, o levantamento teórico mobilizado neste capítulo permite compreender que não se trata apenas da existência de discursos isolados sobre masculinidade, mas da operação contínua de uma verdadeira pedagogia da masculinidade. Essa pedagogia atua de forma difusa, ensinando, reiterando e naturalizando modos de ser homem por meio de práticas discursivas, performances e regimes de verdade que circulam nas mídias digitais. Ao articular autores como Connell, Zanello, Ahmed e Butler, torna-se possível evidenciar que a masculinidade não é um dado natural, mas um processo em constante fabricação, no qual os sujeitos são convocados a aprender, repetir e defender determinadas posições. No caso da machosfera, essa pedagogia assume contornos específicos ao transformar frustrações afetivas em doutrina, oferecendo scripts de comportamento que reforçam a dominação masculina sob a aparência de autodesenvolvimento.

Essa construção analítica pode ser ilustrada por cenas aparentemente banais, mas altamente reveladoras, como a recusa de uma bebida oferecida por uma mulher em um contexto de interação cisheterossexual. Ao interpretar esse gesto como uma tentativa de dominação feminina, o sujeito não apenas recusa a bebida, mas recusa simbolicamente qualquer possibilidade de reciprocidade, convertendo uma situação ordinária em um teste de hierarquia de gênero. Trata-se de uma dramatização da masculinidade que precisa constantemente provar sua autonomia e superioridade, operando por meio da rejeição do feminino e da vigilância permanente de si. Essa cena evidencia que a masculinidade extrema não se constrói apenas em grandes discursos ideológicos, mas também em micropráticas cotidianas que reiteram a lógica da dominação masculina sob a aparência de autenticidade e autocontrole.

De acordo com os estudos da autora Debbie Ging (2017) e traduzidos no trabalho de Vilaça e d'Andréa (2021), o primeiro uso na língua inglesa da deterioração da palavra *man* (homem) e *sphere* (esfera) foi em 2009 no intuito de “descrever uma rede online de comunidades de interesses dos homens, sendo popularizada mais tarde por Ian Ironwood, marqueteiro de pornografia e pseudônimo do livro auto-publicado *The Manosphere: A New Hope for Masculinity* (2013)” (⁹Ging, 2017, p2-3 *apud* Vilaça e d'Andréa, 2021, p.414).

Tais discursos que se associam à machosfera e TRP conversam diretamente com o discurso do antifeminismo, podendo ser um o fundamento do outro. O antifeminismo é um movimento que se opõe às ideias e conquistas do feminismo, criticando suas reivindicações e práticas. Seus adeptos argumentam que o feminismo contemporâneo promove uma agenda que desvaloriza os homens, distorce fatos sobre desigualdade de gênero e ignora questões enfrentadas pelo sexo masculino. (Lima, 2023)

O antifeminismo frequentemente critica políticas de ação afirmativa, cotas de gênero e iniciativas semelhantes, defendendo uma visão mais tradicional dos papéis de gênero. No entanto, essa postura é amplamente contestada pelas teorias e teóricas feministas, que veem no antifeminismo uma tentativa de preservar estruturas patriarcais e negar as desigualdades sistêmicas que afetam as mulheres. No cenário conservador, o título “feminista” soa como acusatório, com teor detestável, por correr na contramão do

⁹ "First appearing in 2009 on a Blogspot blog to describe an online network of men's interest communities, the term was later popularized by Ian Ironwood, porn marketer and pseudonymous author of the self-published *The Manosphere: A New Hope for Masculinity* (2013)" (Ging, 2017, p. 2-3 *apud* VILAÇA e d'ANDRÉA, 2021, p.414).

que é imposto pela heteronormatividade. Estar disposto a desafiar uma ordem social, que é percebida e protegida como uma ordem moral e de felicidade, é se comprometer a provocar infelicidade, mesmo que essa infelicidade não seja o objetivo intencional (Ahmed, 2020; Beleli, 2022).

Corroborando com todos os pontos de vista preconceituosos e misóginos até aqui, nasce o movimento *The Red Pill*, sendo o grupo masculinista que avança alguns passos à frente do *incel*, tornando público o ódio ao feminino. O pensamento de que o mundo é dominado pelas mulheres, que as mesmas fazem o que bem entendem com os homens e que isso necessita de revide - de forma violenta - para que o macho alfa possa retomar o seu “lugar de direito” e tenha seu troféu (privilégios do patriarcado) garantido é o motor motivador das lideranças e adeptos de tal movimento. Assim, o “despertar” do ato de tomar as pílulas vermelhas - das irmãs Wachowski - significaria a “libertação” dos homens das amarras criadas pelas mulheres e pelo feminismo.

Há a teorização de uma espécie de filosofia da pílula vermelha como o conceito central que conecta diferentes partes da machosfera. Nota-se que esse pensamento começou no r/TRP – um *subreddit*¹⁰ escancaradamente destinado a “discussão sobre estratégia sexual em uma cultura cada vez mais em falta de uma identidade positiva para os homens”¹¹ (tradução minha) – e desde então se expandiu para outros setores da machosfera (Ging, 2017; Valkenburgh, 2021; Amato e Miguel, 2024). “Tomem a pílula vermelha e subvertam centenas de anos de opressão dos homens sobre as mulheres” (Amato e Miguel, 2024, p.9)

Reginaldo da Silva (2023), em sua dissertação de mestrado nomeia o agrupamento de homens que transitam nos pensamentos da comunidade *The Red Pill* (TRP) como “Redpillers” (Da Silva, 2023, p.57), descrevendo esse termo como

oriundo do filme Matrix, designando os indivíduos que ousam romper com os padrões sociais hegemônicos, optando por uma separação quase radical entre os gêneros. Os redpill são homens que decidem trilhar o próprio caminho, os MGTOW²⁴, isto é, homens decidem não priorizar relacionamentos amorosos com mulheres. Os redpillers possuem um discurso frontalmente antifeminista e interpretam o comportamento das mulheres como padrões idiossincrásicos destinados ao controle e manipulação dos homens. É frequente nestes grupos

¹⁰ O *Reddit* é uma rede social que serve como acumulador de notícias e postagens, similar ao que é conhecido como fórum e já dito aqui anteriormente. O *Subreddit* se trata de uma comunidade dentro desta rede social.

¹¹ Retirado e traduzido do *subreddit* The Red Pill (r/TRP).

o ensino de técnicas específicas para desenvolver nos homens ferramentas capazes de protegê-los dessa alegada má fé por parte das mulheres, indicando inclusive estratégias de aproximação, corte e jogos emocionais. Redpillers acreditam que as feministas e o politicamente correto obscurecem a realidade social, e que os homens são vítimas que devem lutar para proteger sua existênciall. Aceitar a ideologia masculinista é equiparado a ‘tomar a pílula vermelha’, e aqueles que não o fazem são vistos como a ‘pílula azul’ ou como tendo ‘tomado a pílula azul’. A filosofia da ‘pílula vermelha’ se dedica ao suposto despertar dos homens face à suposta realidade de que a sociedade é estruturalmente misândrica e controlada por valores feministas. (Da Silva, 2023, p.57)

Segundo Donna Zuckerberg (2018), “A pílula vermelha representa uma nova fase na misoginia online. Seus membros não apenas zombam e menosprezam as mulheres; eles também acreditam que em nossa sociedade os homens são oprimidos pelas mulheres”.

É possível afirmar que a comunidade TRP representa uma das manifestações mais extremas e organizadas da misoginia online, expressando pela crença de que os homens são sistematicamente oprimidos pelas mulheres em uma sociedade concluída “feminista”. Mais do que simples hostilidade, a narrativa *red pill* promove uma visão de mundo que naturaliza a oposição entre os gêneros, reforçando papéis tradicionais masculinos e construindo uma retórica antifeminista que justifica e normaliza o desprezo às mulheres. Essa estrutura discursiva cria um ambiente propício para a manutenção e sistemática de ideologias de dominação e ressentimento, que se alimentam da frustração de seus membros e se reproduzem continuamente no ambiente digital.

Neste capítulo apresento brevemente o desenvolvimento histórico e a criação dessa comunidade, buscando evidenciar como os discursos red pill se consolidaram e ganharam força nas plataformas digitais. No capítulo seguinte, será aprofundada a análise das consequências sociais e psicológicas desses discursos para a construção da masculinidade contemporânea, onde analiso os conteúdos provenientes das plataformas Netflix, Youtube e Instagram que se associam entre si pelo interlocutor Thiago Schutz. Na Netflix inicio o mapeamento do surgimento do interlocutor com sua participação no *reality show* O Crush Perfeito; no Youtube dois foram os canais com conteúdos retirados,

os podcasts¹² Buteco Podcast [Reserva] e Sem Groselha Podcast; enquanto no Instagram foram utilizados dois conteúdos, uma como um *reels*¹³ com alguns comentários e outro no formato *story*¹⁴, proveniente da conta @livialagatto da atriz Livia La Gatto.

Cruzando o movimento TRP com a proposta metodológica, podemos perceber que outra situação a já ser pontuada para que sobre menos brechas é a relação de distanciamento com todas as contas, ou seja, em termos do dia a dia das redes sociais: nenhuma conta está sendo seguida. Essa decisão é tomada na perspectiva de que nenhum vínculo enviesado seja aparente, por mais que metodologicamente, teoricamente e analiticamente o trabalho tenha um teor argumentativo e contrário a um lado - movimento *The Red Pill* - ainda vemos como importante esse distanciamento.

As plataformas aqui utilizadas foram selecionadas a partir de uma ideia de temporalidade dos acontecimentos: o aparecimento/surgimento do objeto disparador do estudo – Thiago Schutz - na plataforma Netflix, a viralização e transmissão de discursos machistas em *podcasts* na plataforma Youtube após a participação no *reality show* e, por fim, o ato misógino na plataforma Instagram. Podendo criar, assim, uma cronologia dos fatos.

Além dessas considerações, é importante exemplificar o formato de arquivamento das informações apresentadas. Os *printscreens* inseridos ao longo do trabalho foram retirados diretamente das plataformas e do site, com o intuito de proporcionar uma experiência visual do conteúdo analisado. Essa estratégia busca não apenas evitar que a análise permaneça no campo abstrato, mas também permitir que certos elementos possam ser mais facilmente identificados pelas pessoas leitoras.

Dessa forma, pensar a masculinidade extrema implica tensionar constantemente os limites entre o que é apresentado como categoria nativa — isto é, os termos e justificativas mobilizados pelos próprios sujeitos — e aquilo que se constrói como ferramenta analítica. Se, no plano êmico, esses homens frequentemente se percebem como racionais, autônomos e injustiçados, no plano analítico é possível identificar a repetição de padrões discursivos que articulam gênero, poder e ressentimento de maneira sistemática. Essa distinção não busca invalidar a experiência vivida pelos sujeitos, mas

¹² Formato de vídeo ou áudio que se assemelha às entrevistas em televisão. Comumente com assuntos específicos e tendo pessoas convidadas para criação de debates e interlocuções.

¹³ Ferramenta de vídeos em formato vertical, normalmente utilizada para vídeos mais longos que os feitos para a ferramenta *story*. Também com o intuito de ficarem fixados no perfil de quem cria, ao contrário do *story* que tem limite de 24 horas de exposição.

¹⁴ Ferramenta da plataforma Instagram para exibição de fotos e/ou vídeos com duração máxima de 24 horas.

situá-la em um campo mais amplo de produção de sentidos, no qual as narrativas individuais se conectam a dinâmicas sociais, políticas e midiáticas que ultrapassam o nível da experiência pessoal.

Ao mobilizar esse conjunto teórico no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI), este trabalho se insere de maneira inovadora ao tensionar objetos contemporâneos ainda pouco explorados pela psicologia acadêmica, especialmente no que diz respeito às dinâmicas digitais da produção de subjetividades. Ao deslocar o olhar para a machosfera e para os discursos TRP como dispositivos de subjetivação, a pesquisa contribui não apenas para o campo dos estudos de gênero, mas também para a ampliação das possibilidades analíticas da psicologia frente aos fenômenos sociotécnicos. Trata-se, portanto, de um esforço de articulação entre teoria e empiria que busca compreender como formas contemporâneas de sofrimento, ressentimento e violência são produzidas, legitimadas e reproduzidas em ambientes mediados por plataformas digitais.

2.1 Uma breve genealogia do movimento The Red Pill no Brasil

O movimento Red Pill, originalmente derivado de comunidades da internet nos Estados Unidos, chegou ao Brasil promovendo discursos centrados em masculinidades que rejeitam o feminismo - o que aqui nomeio teoricamente como antifeminismo (Lima, 2023) -, além de endossar ideias que reforçam estereótipos de gênero. No país, o grupo é amplamente representado por indivíduos autointitulados como *coaches* de relacionamento ou mentores de masculinidade, e personalidades brasileiras adaptaram o discurso às dinâmicas locais.

Os principais propagadores brasileiros desse movimento são indivíduos que se destacam em redes sociais e canais do Youtube, com discursos que associam desenvolvimento pessoal à seleção de mulheres que se enquadram em um perfil tradicional-conservador e à crítica ao feminismo. Eles se posicionaram como solucionadores de crises masculinas, dando conselhos sobre carreira, autoestima e relacionamentos, mas embutindo discursos antifeministas e de supremacia masculina. Esses influenciadores costumam adotar um tom agressivo e provocativo para captar a atenção de jovens homens que se sentem marginalizados ou desorientados diante das transformações culturais. Além disso, os discursos das comunidades Red Pill no Brasil estão repletos de termos como “hipergamia feminina”, “mercado sexual” e “misandria” (ódio contra homens), os quais influenciam tanto as interações quanto o pensamento do

grupo. (Serafini, 2023; Santini *et al*, 2024; Daudt *et al*, 2024). Conforme apontam Silva, Ferrari e Caetano (2022),

No Brasil, a incidência política de um discurso judaico-cristão difuso, mas alinhado ideologicamente às pautas morais, ganhou ainda mais importância quando levada em consideração a aproximação do conservadorismo e do neoliberalismo. Com isso, as agendas punitivistas, militaristas, sexistas, anticomunistas, empreendedoras e familistas passaram a convergir nos espaços formais das institucionalidades. [...] A rápida ascensão conservadora inaugurou um cenário de proibições as quais, aos poucos, tomaram conta da sociedade, fazendo proliferar discursos moralizantes que buscaram apagar as conquistas de mobilizações populares democráticas. A gramática político-pedagógica do pânico moral teve, como estratégia, a paralisia das agendas de direitos humanos. (Silva, Ferrari e Caetano, p. 2, 2022)

Considerando essa gramática político-pedagógica, como propõem os autores, o movimento Red Pill encontrou um terreno fértil para se desenvolver e se disseminar no Brasil. Isso se deve, em parte, ao fato de que uma parcela da população brasileira está associada a um pensamento de matriz judaico-cristã - ainda que nem sempre vinculado diretamente às religiões. Nesse contexto, o conservadorismo do movimento Red Pill estabeleceu conexões com preceitos religiosos, uma vez que ambos - cristianismo e Red Pill - compartilham a centralidade do poder masculino e a submissão feminina.

O movimento Red Pill no Brasil prospera especialmente no YouTube, Instagram, TikTok e fóruns de internet, como Reddit e grupos fechados no WhatsApp ou Telegram. Nesses espaços, os propagadores produzem conteúdos virais, usando linguagens acessíveis e frequentemente dramatizadas para gerar engajamento. Eles também recorrem a indiretas ao vivo (lives) e vídeos curtos com *clickbait*s apelativos, criando narrativas que antagonizam o feminismo e exaltam a “masculinidade tradicional”. (Pace *et al*, 2023)

O uso de algoritmos de recomendação tem sido crucial para a disseminação dessas ideias. As plataformas digitais amplificam os conteúdos mais polêmicos e sensacionalistas, aumentando o alcance de influenciadores que tratam de temas ligados à insatisfação masculina e ao “resgate” da masculinidade. Esses discursos costumam ser endossados por dados manipulados ou pseudocientíficos, criando uma falsa legitimidade para os argumentos apresentados. (Silva e Hennigen, 2024; Da Silva, 2023)

De acordo com Santini *et al*, 2024, o relatório do governo brasileiro, intitulado “Aprenda a evitar ‘esse tipo’ de mulher”, apresenta uma análise detalhada das estratégias discursivas e de monetização utilizadas por influenciadores alinhados ao movimento Red

Pill no YouTube. A pesquisa revela como esses criadores de conteúdo empregam discursos de ódio e misoginia disfarçados de conselhos de relacionamento e desenvolvimento pessoal. Esses influenciadores atraem principalmente jovens homens insatisfeitos ou confusos com o cenário de mudanças sociais e de gênero, apresentando narrativas que antagonizam o feminismo e reforçam estereótipos de gênero. Também é destacado como os discursos problemáticos são estruturados para gerar engajamento emocional, polarizar opiniões e fidelizar seguidores, criando uma base de audiência rentável e manipulável. (Santini *et al*, 2024)

Entre as estratégias discursivas indicadas, o relatório aponta o uso de jargões e termos como hipergamia, mercado sexual e mulheres modernas, que reforçam a ideia de que as mulheres seriam motivadas por interesses puramente materiais ou egoístas, em detrimento dos homens. Tais discursos são intencionalmente planejados para provocar reações emocionais intensas, alimentando sentimentos de frustração e ressentimento masculino. Além disso, o estudo evidencia como esses influenciadores se apresentam como “gurus” ou “treinadores de masculinidade”, oferecendo soluções simplistas para “crises” complexas, ao mesmo tempo em que promovem uma visão conservadora e hierárquica das relações de gênero. (Santini *et al*, 2024)

O relatório também enfatizou a monetização desses conteúdos, demonstrando como o YouTube e outras plataformas digitais facilitam a rentabilidade de discursos misóginos por meio de anúncios, *superchats* em *lives* e venda de produtos e serviços, como cursos e *e-books* sobre masculinidade. Essa estrutura não apenas amplia o alcance de ideias planejadas, mas também legitima esses criadores como figuras de poder entre seus seguidores. O estudo ainda alerta para a necessidade de regulamentação e maior fiscalização das plataformas, uma vez que os algoritmos priorizam conteúdos sensacionalistas e polêmicos, agravando o impacto social desses discursos no ambiente digital. (Santini *et al*, 2024)

O movimento Red Pill começou a ganhar maior visibilidade no Brasil entre 2016 e 2018, período marcado pelo crescimento do conservadorismo político e pela eleição presidencial em 2018 do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (Barros, 2025; Assunção, Oliveira, 2024). Nesse contexto, o reforço de valores morais (expressos no slogan “Deus, pátria, família e propriedade”) e o combate ao feminismo organizam-se centrais no discurso público, favorecendo o espaço para esses grupos (Assunção, Oliveira, 2024).

A notoriedade do movimento aumentou ainda mais com episódios específicos, como a repercussão de discursos misóginos de *coaches* e influenciadores em programas

de televisão, debates políticos e escândalos envolvendo denúncias de violência contra mulheres. Reportagens de veículos como Carta Capital (Serafini, 2023) e O Globo (2023) destacam que muitos desses influenciadores ganharam relevância ao explorarem o medo de mudanças culturais e sociais, especialmente entre audiências masculinas, jovens e vulneráveis. A pesquisa de Rafaella Daudt, Vanessa Valiati e Daniel Conte (2024) evidencia o impacto dessas comunidades na perpetuação de comportamentos misóginos e no reforço de hierarquias patriarcais, que dialogam diretamente com as discussões sobre a masculinidade hegemônica no Brasil (Daut *et al*, 2024).

No ensaio “Masculinidade genealógica e o ‘viking’ do Capitólio”, o pesquisador Lucas Moreira (2021) analisa criticamente a figura de Jake Angeli, conhecido como o “viking do Capitólio”, durante uma invasão ao Congresso dos Estados Unidos em 6 de janeiro de 2021. Moreira (2021) utiliza essa imagem para discutir a associação entre masculinidade viril e movimentos autoritários contemporâneos em relação a cena política, destacando como símbolos de bravura masculina são resgatados para legitimar ideologias políticas que promovem a violência e a dominação na contemporaneidade. Tal análise, nos permite compreender o surgimento, crescimento e capilaridade de movimentos ultraconservadores a nível global bem como suas conexões (Assunção, 2023).

De acordo com Moreira (2021) a performance de Jake Angeli, com seus trajes e comportamentos que remetem a uma virilidade arcaica, reflete um desejo político de retorno a uma masculinidade idealizada, caracterizada pela força, violência e dominação. Essa masculinidade genealógica busca inspiração em figuras históricas e mitológicas para práticas autoritárias e excludentes na contemporaneidade. Moreira (2021) critica essa tendência, apontando que tal resgate ignora os avanços sociais e as conquistas dos movimentos feministas e LGBTQIA+, perpetuando estruturas de poder opressivas e desiguais.

A instrumentalização de símbolos de virilidade por regimes fundamentalistas serve como uma estratégia para mobilizar apoio e fortalecer ideologias autoritárias (Silva, Ferrari e Caetano, 2022; Assunção, 2023). A exaltação de uma masculinidade violenta e dominadora serve para consolidar narrativas políticas que se opõem à igualdade de gênero e à diversidade, promovendo a manutenção de posições sociais tradicionais (Moreira, 2021), o que demonstra a importância de estudos e pesquisas que contribuam para de confrontar tais representações.

Moreira (2021) aponta que após as eleições em 2020, com Donald Trump perdendo os resultados da eleição dos Estados Unidos da América “e a consequente invasão à sede do Congresso dos Estados Unidos por parte de seus seguidores, trouxeram à tona, mais uma vez, a masculinidade hegemônica como uma das bandeiras da extrema direita.” (Moreira, 2021, p. 4). Mesmo sendo publicado em 2021, o ensaio faz uma ponte temporal com o que aconteceu no Brasil após as eleições de 2022 onde, em 8 de janeiro de 2023, também passamos por uma invasão do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro¹⁵. Sendo assim, transcrevendo das palavras de Moreira (2021), os atos antidemocráticos que acometeram os prédios dos três poderes em 2023 reforçam a manobra masculinista da extrema direita na busca de uma dominação e supremacia política, especialmente quando pensamos nas dinâmicas de poder, a violência e a performatividade conservadora envolvidas em tais movimentos. A masculinidade hegemônica, conforme descrita por Connell e Messerschmidt (2013), se estrutura a partir da dominação, da negação da vulnerabilidade e da imposição de força como meio de resolução de conflitos. Esses elementos foram apresentados na ação dos manifestantes, que recorreram à destruição como forma de expressar sua insatisfação política, num gesto que pode ser interpretado como uma reafirmação da força e da autoridade masculina. (Connell e Messerschmidt, 2013; Simiema, 2023)

O bolsonarismo, enquanto movimento político, mobilizou uma retórica de masculinidade duradoura, caracterizada por valores como agressividade, militarismo e desprezo por instituições democráticas (Moreira, 2021; Assunção, Oliveira, 2024). A ideia de um Estado forte e autoritário, muitas vezes evocada por Jair Bolsonaro e seus apoiadores, encontra eco na masculinidade hegemônica, que rejeita o diálogo e enaltece a imposição da vontade por meio da força (Assunção, 2023). Nesse sentido, a invasão do dia 8 de janeiro pode ser vista como uma expressão dessa masculinidade em crise, reagindo violentamente a uma mudança de poder que foi interpretada como uma ameaça ao *status quo* patriarcal e conservador.

Essa mesma gramática pode ser observada em espaços digitais aparentemente distantes da política institucional, como nos conteúdos produzidos por influenciadores

¹⁵ Cabe aqui informar que no dia 18/02/2025 a PGR (Procuração-Geral da República) encaminhou uma denúncia ao STF voltado aos crimes de tentativa de golpe, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e organização criminosa. São os integrantes denunciados: Jair Bolsonaro, Walter Braga Netto – ex-ministro da Casa Civil e da Defesa –, Mauro Cid – ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro – entre outros nomes que complementam uma lista total de 34 pessoas. (Richter, 2025)

alinhados à lógica Red Pill. Ainda que não se apresentem explicitamente como atores políticos, suas narrativas mobilizam afetos semelhantes aos que sustentam movimentos de extrema direita: ressentimento, sensação de perda de lugar e necessidade de restauração de uma ordem supostamente natural. Ao deslocar essas tensões para o campo das relações afetivas e sexuais, esses discursos produzem uma politização difusa da intimidade, na qual escolhas amorosas, práticas cotidianas e interações triviais passam a ser interpretadas como arenas de disputa de poder entre homens e mulheres. Assim, a masculinidade extrema não apenas dialoga com a extrema direita, mas compartilha com ela uma mesma lógica de antagonismo e restauração.

Além disso, os atos antidemocráticos foram permeados por símbolos e discursos que remetem à virilidade, ao nacionalismo e à resistência contra um inimigo construído - seja o STF, a esquerda ou os direitos das minorias. O apelo à guerra, à valentia e à “luta contra o sistema” reforça a noção de que a masculinidade se legitima pela violência e pela insubordinação diante de limites institucionais. Essa dinâmica revela não apenas a interseção entre masculinidade e política, mas também a necessidade de discutir como ideais de gênero influenciam a adesão a projetos autoritários e antidemocráticos.

Os movimentos Red Pill no Brasil têm uma relação estreita com o bolsonarismo, pois ambos compartilham valores que enfatizam a retomada de um passado idealizado no qual prevalecem os estereótipos de gênero. Segundo o estudo de José Rodolfo Lopes da Silva e Marcio Caetano (2024), o bolsonarismo amplifica narrativas que reforçam uma masculinidade hegemônica, instrumentalizando-as politicamente. Esses discursos, veiculados em redes sociais e outros espaços digitais, posicionaram o feminismo como um inimigo principal, sendo planejados como um dos responsáveis por uma suposta crise de masculinidade. Esse alinhamento estratégico foi central para atrair jovens homens ao movimento, utilizando o medo da perda de privilégios como elemento mobilizador (Lopes da Silva e Caetano, 2024).

Ainda com base em Lopes da Silva e Caetano (2024), essa relação é sustentada por uma lógica de oposição a pautas políticas progressistas que visam promover igualdade de gênero e diversidade. O bolsonarismo e os influenciadores Red Pill utilizam retóricas de ameaça e ataque, gerando uma atmosfera de polarização. No caso brasileiro, o uso da religião como justificativa moral para legitimar a masculinidade hegemônica (Connell e Messerschmidt, 2013) tem destaque, demonstrando como o movimento Red Pill adapta suas estratégias a contextos culturais específicos, incluindo a força do conservadorismo cristão no país.

O trabalho de Assunção e Oliveira (2024) investiga como a construção do discurso bolsonarista se ancora em um ideal de masculinidade hegemônica, reforçando valores como força, virilidade e insensibilidade emocional. Os autores argumentam que essa retórica não é apenas uma expressão pessoal do ex-presidente Jair Bolsonaro, mas sim um recurso político mobilizador, que ressoa entre setores conservadores da sociedade a nível global. A tríade mencionada no título do artigo - imbrochável, incomível e imorrível - , amplamente utilizada pelo ex-presidente Bolsonaro em aparições públicas, sintetiza a tentativa de projetar uma imagem de um líder inabalável, reforçando a ideia de que a masculinidade está diretamente ligada à resistência física e sexual, à dominação e à negação da vulnerabilidade. (Assunção e Oliveira, 2024; Assunção, 2023)

A performance de masculinidade encontra respaldo em um contexto social que rejeita as transformações nas relações de gênero e o avanço da democracia. O bolsonarismo, segundo os autores, construiu sua identidade política ao se opor a pautas progressistas, tratando-as como ameaças à ordem e à moralidade. Essa estratégia discursiva fortalece uma masculinidade ressentida, que se vê em crise diante das mudanças sociais e reage com agressividade a qualquer questionamento sobre suas atribuições. O discurso de Bolsonaro, portanto, não apenas reafirma a posição de gênero, mas também serve para consolidar um projeto político autoritário, no qual a violência simbólica e real contra grupos minoritários é legitimada e naturalizada. (Assunção, Oliveira, 2024)

O estudo propõe uma análise crítica da relação entre masculinidade e poder, destacando como líderes populistas frequentemente recorrem a essa retórica para manter sua base de fidelidade e fortalecer sua autoridade. Nesse sentido, o principal desafio é de repensar e de confrontar os ideais das masculinidades que sustentam esses discursos. (Assunção e Oliveira, 2024)

A análise de Pereira Filho (2021) traz contribuições importantes para compreender como a herança escravocrata do Brasil molda os discursos masculinos no movimento Red Pill. A construção da masculinidade hegemônica no país sempre esteve associada aos ideais brancos e eurocêntricos, reforçando a exclusão de homens negros, indígenas e outros grupos racializados. A violência, nesse contexto, é vista não apenas como um mecanismo de controle, mas também como um componente identitário, historicamente naturalizado. (Pereira Filho, 2021)

Além disso, Pereira Filho (2021) discute como a estrutura racista do Brasil impõe diferentes modelos de masculinidades a depender da racialização dos sujeitos. Enquanto

a masculinidade branca se consolidava em torno do poder e da racionalidade, a masculinidade negra era frequentemente associada ao instinto, à força bruta e à agressividade - e ainda o é. Esse processo histórico legitima a violência como um elemento constitutivo da identidade masculina negra, ao mesmo tempo em que impede que esses homens tenham acesso a espaços de prestígio e respeito social. No movimento Red Pill, essas dinâmicas se reproduzem na forma como a masculinidade é debatida: os discursos exaltam um modelo masculino eurocêntrico e hierárquico, que continua a excluir homens negros ao não reconhecê-los como sujeitos legítimos de poder e liderança, mas sim como concorrentes indesejáveis no chamado “mercado sexual”. (Pereira Filho, 2021)

De forma complementar, Mariana Gonçalves Domingues (2023) explora como a violência histórica do Brasil influencia a formação de masculinidades no país. O uso de narrativas que associam força física e controle emocional à identidade masculina encontra eco nos discursos Red Pill. Esses influenciadores frequentemente apelam à ideia de “autodefesa masculina” frente ao feminismo, reforçando uma cultura de confronto e exclusão.

Por fim, Domingues (2023) também aponta que, no Brasil, a masculinidade hegemônica (Connel e Messerschmidt, 2013) está constantemente associada a um ideal de autoridade que reflete as heranças de nosso passado colonial e patriarcal. O movimento Red Pill explora essas raízes culturais ao apresentar uma “supremacia masculina” como algo natural e inquestionável, dificultando debates sobre equidade de gênero e perpetuando dinâmicas de poder sexistas, lgbtfóbicas e racistas. Assim, o movimento se articula com outros grupos internacionais enquanto preserva as particularidades de uma sociedade profundamente marcada por desigualdades estruturais.

CAPÍTULO 3 – DESCORTINANDO A DISCURSIVIDADE MISÓGINA DE THIAGO SCHUTZ E VICTOR HARTMANN

No caso do Brasil, o movimento misógino e antifeminista The Red Pill teve grande crescimento após a projeção midiática do *coach* Thiago Schutz¹⁶. Conhecido - de forma irônica - como “Calvo da Campari”. Thiago Schutz possui uma página no Instagram e um site atualmente nomeado com seu próprio nome, mas que no início da repercussão se chamava “Manual Red Pill”, suas páginas na internet são voltadas para homens que procuram reafirmar uma presumida superioridade masculina. O manual lista uma série de características supostamente *essenciais* para uma mulher. De acordo com seu site, ele resolve problemas de relacionamento e masculinidade de seus clientes. Com mais de 300 mil seguidores no Instagram, Thiago Schutz cobra até R\$ 2,5 mil por cada consultoria. (Portal E.M. Cioran, 2023; Terra, 2023)

Neste capítulo, começaremos questionando as diretrizes das plataformas digitais analisadas. Em seguida, examinaremos quatro canais distribuídos em três plataformas: um episódio de um *reality show* disponível na Netflix, duas entrevistas publicadas no YouTube e, por fim, postagens de uma conta no Instagram.

3.1 Mapeando redes sociais, diretrizes e permissividades

Um ponto fundamental a ser destacado diz respeito às diretrizes das plataformas, que analisarei posteriormente. Cada uma delas possui suas próprias normas para regulamentar os conteúdos publicados, estabelecendo o que é ou não considerado violento e o que é ou não permitido - ou ao menos deveria ser assim.

A Netflix, por ser uma plataforma de *streaming* e não um espaço onde usuários(as) compartilham vídeos ou imagens, não possui diretrizes voltadas ao combate de discursos de ódio ou outras formas de violência. O controle do conteúdo ocorre antes da disponibilização, sendo realizado pela própria equipe da empresa.

Já o YouTube, subsidiária da Google e plataforma de compartilhamento de vídeos, apresenta em suas diretrizes uma lista de restrições que incluem temas como “Spam e

¹⁶ Ainda que isso possa conferir um tom repetitivo ao texto, opto por mencionar o interlocutor pelo nome e sobrenome sempre que for citado até este dado momento, a fim de evitar um teor ofensivo ou provocador. Futuramente farei uma alteração em busca de acompanhar a temporalidade das situações ocorridas.

práticas enganosas”, “Conteúdo sensível” e “Produtos regulamentados”, além de “Conteúdo violento ou perigoso” - categoria relevante para esta análise. Dentro desse tópico, o subtópico “Discurso de ódio” declara que a maior prioridade da plataforma é manter seguros criadores de conteúdo, espectadores e parceiros. No entanto, essa afirmação se contradiz facilmente diante do conteúdo que será analisado.

O YouTube proíbe expressamente discursos de ódio contra determinados grupos sociais, listando categorias como classe social, etnia e deficiência. Entre elas, destacam-se aquelas mais diretamente ligadas a esta discussão: idade, identidade e expressão de gênero, além de sexo/gênero.

O Instagram, atualmente pertencente ao grupo Meta, também é analisado nesta pesquisa. Diferente do YouTube, essa plataforma permite o compartilhamento tanto de vídeos quanto de imagens, e suas diretrizes se aplicam a ambos os formatos. Assim como o YouTube, o Instagram declara proibir “Discurso de ódio, bullying e abuso”, alegando não permitir ataques baseados em raça, etnia, nacionalidade, sexo, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, religião, deficiência ou doença. No entanto, como se verá adiante, essa suposta proteção se revela contraditória diante dos conteúdos que circulam na plataforma.

A violência de gênero nas plataformas digitais deve ser compreendida a partir de uma perspectiva crítica que reconheça o ambiente online como uma extensão e intensificação das estruturas sociais existentes, e não como um espaço neutro. A internet e, particularmente, as redes sociais operam como aparatos sociotécnicos que reforçam desigualdades de gênero, funcionando como vetores da cibermisoginia, termo que designa o conjunto de práticas de ódio, perseguição e silenciamento voltadas especialmente contra mulheres e dissidências de gênero no ciberespaço (Banet-Weiser, 2018).

Segundo Sarah Banet-Weiser (2018), existe uma tensão contínua entre o feminismo popular e uma misoginia igualmente popular, que se articula nas mesmas plataformas e com os mesmos mecanismos de visibilidade. Essa “misoginia midiática” não é apenas reativa, mas constitui um projeto político-cultural de reafirmação da ordem de gênero tradicional, em resposta aos avanços discursivos e simbólicos do feminismo. Assim, a misoginia no digital não deve ser lida como fenômeno marginal, mas como central no funcionamento das redes sociais contemporâneas.

Essas plataformas também promovem a circulação de discursos que sustentam formas de masculinidade digital tóxica - conceito que emerge de estudos sobre

masculinidades no ciberespaço (Ging, 2019; Falcão *et al.*, 2021). Tais masculinidades são performadas por meio de interações digitais que reforçam o desprezo ao feminino, a lógica do domínio, da virilidade agressiva e da homofobia, frequentemente nos moldes da masculinidade hegemônica (Connell & Messerschmidt, 2013). Grupos em redes sociais, como WhatsApp, Reddit e fóruns de nicho, tornam-se espaços privilegiados para a construção de comunidades masculinas pautadas pela hostilidade e pela desautorização das demandas por equidade de gênero.

Nesse sentido, a análise de Zanello (2020) sobre grupos masculinos em aplicativos de mensagens como o WhatsApp revela como o humor sexista, a objetificação de mulheres e a circulação de conteúdos misóginos cumprem uma função de coesão grupal, fortalecendo o pertencimento entre homens a partir da reiteração simbólica de sua superioridade. A tecnologia, portanto, não apenas viabiliza, mas potencializa práticas violentas de gênero que já são constitutivas da sociabilidade masculina em contextos *offline*.

A Meta, grupo responsável pelo Instagram, Facebook e Threads, recentemente atualizou suas diretrizes. Em 7 de janeiro de 2025, Mark Zuckerberg anunciou em vídeo uma série de mudanças voltadas à flexibilização de algumas restrições que garantiam um funcionamento mais ético das comunidades. No discurso, ele justifica essas alterações como uma tentativa de preservar a liberdade de expressão e evitar censura. Um trecho recorrente do vídeo chama atenção: “É hora de voltar às raízes”. A pesquisadora Luciane Belin (2025) interpreta essa frase como um convite à retomada de valores conservadores, associados ao machismo, misoginia, patriarcado, LGBTfobia, racismo, capacitismo, etarismo e outras formas de ataque às singularidades (Santini *et al.*, 2025; Belin, 2025).

A discussão em torno da masculinidade hegemônica como vetor da dita liberdade de expressão e do resgate de valores conservadores revela uma articulação complexa entre discursos de poder, moralidade e controle social (Miskolci, 2007). A partir da perspectiva de Connell e Messerschmidt, (2013), a masculinidade hegemônica é compreendida como uma configuração cultural dominante do ser homem, associada à autoridade, controle e subordinação de outras expressões de gênero. Nesse sentido, ela não opera apenas nas interações interpessoais, mas se manifesta nas instituições e estruturas sociais - inclusive no modo como corporações moldam e legitimam discursos públicos. A defesa irrestrita da “liberdade de expressão” torna-se, assim, um dispositivo discursivo que permite a circulação de ideias excludentes e autoritárias, ao mesmo tempo em que se disfarça sob o verniz democrático do *direito à opinião*.

O exemplo do discurso de Mark Zuckerberg sobre “voltar às raízes” pode ser interpretado à luz do conceito de pânico moral, como discutido por Richard Miskolci (2007), ao analisar o debate em torno do casamento gay. O pânico moral envolve a construção de determinados grupos ou comportamentos como ameaças à ordem social, justificando, assim, medidas de controle e repressão simbólica. Quando Mark Zuckerberg defende esse retorno às “raízes”, ele aciona, ainda que de forma implícita, uma ideia de tradição ameaçada por transformações socioculturais contemporâneas - como a ampliação de direitos a minorias de gênero e sexualidade. Esse tipo de retórica alimenta o medo de uma suposta “inversão de valores”, mobilizando reações defensivas e reforçando normas patriarcais.

Dentro dessa lógica, a masculinidade hegemônica torna-se um fundamento silencioso, mas eficaz, na manutenção de uma ordem social que privilegia homens cisgêneros, brancos e heterossexuais - grupo que costuma estar à frente das grandes corporações e das plataformas de comunicação digital. A suposta neutralidade algorítmica ou a defesa do “livre mercado de ideias” frequentemente mascara uma convivência estrutural com discursos misóginos, racistas e LGBTfóbicos, sob o pretexto de evitar a censura. As plataformas, ao priorizarem o engajamento acima da responsabilidade ética, favorecem conteúdos sensacionalistas que reforçam o pânico moral e mobilizam afetos conservadores, funcionando como arenas de reafirmação da masculinidade hegemônica.

Dentre as mudanças promovidas pela Meta, uma das mais preocupantes diz respeito ao que a plataforma define como insultos proibidos. No tópico “Insultos, incluindo aqueles sobre”, o segundo subtópico menciona que características mentais, como doenças psiquiátricas, não podem ser alvo de ataques. No entanto, logo em seguida, o texto introduz uma ressalva alarmante: “permitimos alegações de doença mental ou anormalidade quando baseadas em gênero ou orientação sexual, considerando discursos políticos e religiosos sobre transgênerismo e homossexualidade, bem como o uso comum e não literal de termos como ‘esquisito’” (Meta, 2025).

Sofia Favero e Marine Marini (2022), discutem como processos de patologização podem operar de maneira sutil e socialmente legitimada. As autoras argumentam que determinadas formas de nomeação e classificação — especialmente aquelas que associam identidades de gênero dissidentes à ideia de desvio ou anormalidade — não desaparecem, mas se reorganizam em discursos contemporâneos que aparentam neutralidade ou razoabilidade. Nesse sentido, ao permitir alegações de doença mental vinculadas a gênero

ou orientação sexual sob justificativas políticas ou religiosas, a plataforma não apenas regula conteúdos, mas reinscreve modos de inteligibilidade que historicamente posicionam essas existências como passíveis de correção, suspeita ou inferiorização.

Essa flexibilização evidencia como as novas diretrizes ampliam as possibilidades de discursos de ódio, tornando grupos minoritários ainda mais vulneráveis à violência dentro das plataformas. Além disso, a inclusão do sufixo “ismo” na palavra “transgenerismo” carrega um peso histórico significativo de patologização das minorias sexuais e de gênero. Originalmente associado a intoxicações por substâncias tóxicas na medicina, esse sufixo passou a ser empregado em contextos ideológicos e políticos, reforçando a patologização das identidades trans.

Além disso, cabe destacar como as diretrizes das plataformas digitais, sob o pretexto de uma suposta neutralidade algorítmica, operam segundo uma lógica de inteligibilidade marcada por normatividades cisgênero e heteronormativas (Mesquita, 2023).

A partir das contribuições do transfeminismo, torna-se possível aprofundar a análise das dinâmicas de exclusão presentes nas plataformas digitais, especialmente no que diz respeito à centralidade da cisgeneridade como norma invisibilizada. Conforme proposto por Sofia Favero e Marine Marini (2022), a cisgeneridade não deve ser compreendida como uma condição meramente descritiva, mas como um dispositivo político que organiza os regimes de inteligibilidade de gênero. Nesse sentido, as plataformas digitais operam a partir de uma lógica que privilegia corpos e identidades alinhadas à cisnormatividade, ao mesmo tempo em que marginaliza e violenta existências dissidentes.

Essa normatividade cisgênera, conforme argumentam Favero e Marini (2022), não atua apenas no plano das interações sociais, mas estrutura também os próprios critérios de reconhecimento, visibilidade e legitimidade nos ambientes digitais. As diretrizes das plataformas, ainda que se apresentem como instrumentos de regulação neutra, estão atravessadas por pressupostos que definem quais vidas são passíveis de proteção e quais podem ser expostas à violência. Assim, conteúdos transfóbicos frequentemente escapam à moderação, enquanto produções que afirmam identidades trans e não binárias são, por vezes, silenciadas ou penalizadas. Tal dinâmica revela que a violência não se limita ao conteúdo explícito, mas se manifesta também nos modos pelos quais as plataformas distribuem visibilidade e autorizam determinadas narrativas em detrimento de outras.

Nesse cenário, o transfeminismo oferece uma chave analítica fundamental para compreender que a violência de gênero nas redes não é um desvio, mas parte constitutiva de um sistema que regula a diferença a partir de normas excludentes. Ao problematizar a cisgeneridade como regime político, Favero e Marini (2022) possibilitam deslocar o foco da análise dos indivíduos para as estruturas que produzem desigualdade. Desse modo, a circulação de discursos misóginos, transfóbicos e antifeministas nas plataformas digitais deve ser compreendida como efeito de uma arquitetura sociotécnica que não apenas permite, mas também incentiva tais práticas, ao se sustentar sobre hierarquias de gênero historicamente consolidadas.

A violência epistêmica contra identidades trans e não binárias, nesse contexto, manifesta-se por meio da exclusão, silenciamento e patologização de suas existências (Vergueiro, 2016). As denúncias de conteúdos transfóbicos muitas vezes não são acolhidas, enquanto postagens que abordam experiências trans sob uma perspectiva crítica e afirmativa são removidas ou desmonetizadas - evidência clara de uma política de moderação assimétrica.

Essa lógica excludente foi amplamente discutida por Butler (1990), ao apontar como a normatividade de gênero se sustenta pela exclusão daquilo que não pode ser inteligível sob os marcos binários do masculino e feminino. A “irrepresentabilidade” de corpos e identidades dissidentes constitui, por si só, uma forma de violência simbólica que mantém as normas de gênero operando silenciosamente nos dispositivos de visibilidade das redes.

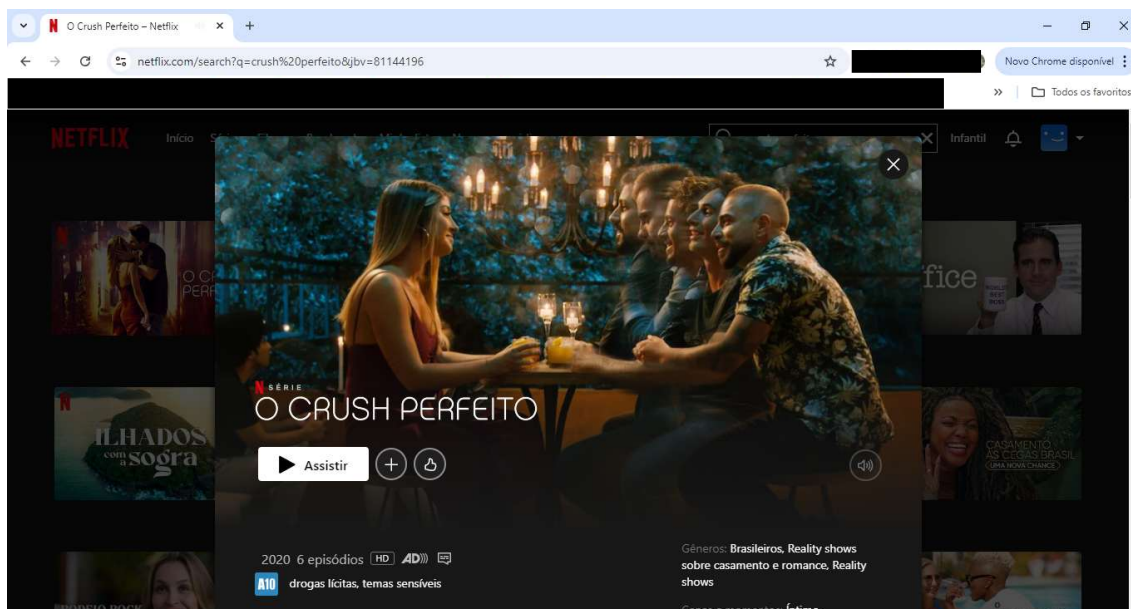
A revisão das diretrizes das redes sociais permite observar, desde já, que muitas de suas regras não são efetivamente respeitadas. Além disso, certas mudanças recentes possuem um viés permissivo, naturalizando discursos de ódio e reforçando desigualdades estruturais. Portanto, a naturalização da violência de gênero nas redes digitais deve ser entendida como parte de um processo mais amplo de regulação sociotécnica da diferença, no qual a misoginia, o binarismo e a cisnormatividade não são falhas, mas engrenagens estruturantes do funcionamento das plataformas (Mesquita, 2023).

3.2 O crush (im)perfeito

Thiago Schutz teve mais notoriedade após participar do *reality show* “O crush perfeito” lançado em 2020, disponível até o momento da escrita na plataforma Netflix, o qual contém 6 episódios com duração entre 26 e 27 minutos cada. O interlocutor participa

do terceiro episódio, o qual tem um marcador importante: a protagonista no episódio, ou seja, a pessoa que participa de todos os encontros em busca de encontrar a pessoa “perfeita” para tentar um relacionamento, Joelma, é uma mulher com 53 anos de idade, considerada por muitos como uma mulher velha, nosso interlocutor é um desses. Thiago Schutz faz várias investidas durante o episódio, nenhuma convence Joelma e em alguns momentos acaba criando um clima desconfortável por notavelmente não saber como dialogar com uma pretendente na tentativa de deixá-la confortável. Assim como qualquer situação constrangedora de reality show no Brasil, algumas de suas falas repercutiram na plataforma X, antigo *Twitter*, que inclusive durante o percurso de escrita da dissertação enfrentou uma ordem judicial por não corresponder às medidas de segurança aplicadas pelo governo brasileiro. É curioso notar que uma das plataformas em que pessoas da comunidade TRP disseminam seu ódio ser a mesma plataforma em que as pessoas não pertencentes à comunidade caçoam de seus integrantes. Diria ser uma situação no mínimo curiosa e irônica - talvez controversa. No dia 08/10/2024 o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, fez a liberação da operação do X no Brasil, que estava desde o dia 30/08/2024 suspenso por não cumprir com as exigências legais.

Imagem 1 – *Printscreen* da apresentação do reality show “O crush perfeito” na plataforma Netflix.



Silvia Viana, em sua obra *Rituais de Sofrimento* (2012), propõe uma leitura crítica dos *reality shows* como expressões contemporâneas de racionalidades neoliberais, nas quais o sofrimento é convertido em performance e mercadoria. As chamadas “regras do

jogo” operam como dispositivos de normatização que não apenas organizam a dinâmica interna dos programas, mas instauram um regime moral que orienta tanto os participantes quanto o público. A previsibilidade da dor, da exclusão e do julgamento coletivo se articula à lógica da espetacularização, fazendo com que eventos como a eliminação em programas como o Big Brother Brasil sejam não apenas esperados, mas desejados enquanto momentos catárticos. A ritualização do sofrimento, nesse contexto, não se limita à experiência dos sujeitos envolvidos diretamente, mas é socialmente partilhada como forma de reafirmação de valores meritocráticos, individualistas e punitivos (Viana, 2012). Ainda que formatos como O Crush Perfeito simulem uma aproximação documental, com situações aparentemente espontâneas, o que se observa é a reiteração de roteiros afetivos previamente estabelecidos, mediados pela edição e orientados pelas regras internas do jogo, de modo que a “realidade” ali exibida se torna, antes, uma representação altamente controlada dos afetos e dos conflitos, ajustada aos imperativos do entretenimento.

A própria nomeação deste subcapítulo — “O crush (im)perfeito” — opera como um gesto analítico que tensiona a promessa normativa inscrita no título do reality show. Ao inserir o prefixo “(im)” entre parênteses, não se trata apenas de um jogo estilístico, mas de uma estratégia discursiva que explicita a instabilidade da ideia de perfeição ali mobilizada. O recurso gráfico indica, simultaneamente, a afirmação e a negação do “perfeito”, sugerindo que aquilo que se apresenta como ideal é, desde sua constituição, atravessado por falhas, excessos e inadequações. Nesse sentido, a imperfeição não aparece como um acidente que rompe com a lógica do programa, mas como algo já contido — ainda que silenciado — em sua própria formulação. A escolha por marcar o “(im)” evidencia, portanto, uma leitura crítica que recusa tomar a narrativa do “crush perfeito” em sua literalidade, propondo, ao contrário, que é precisamente na oscilação entre perfeição e imperfeição que se sustenta tanto a dinâmica do reality quanto sua potência de circulação e engajamento.

A noção de “imperfeição” que atravessa a participação de Thiago Schutz não pode ser compreendida apenas como um desvio individual ou uma falha de desempenho interpessoal, mas como um elemento estruturante da lógica do entretenimento contemporâneo. Em consonância com a análise de Silvia Viana (2012), se o sofrimento é ritualizado e convertido em espetáculo, é justamente a falha — o excesso, o constrangimento, o erro — que opera como motor de engajamento. A imperfeição, nesse sentido, não é um ruído indesejado, mas um recurso narrativo central: ela produz riso, desconforto e identificação, funcionando como aquilo que desloca o sujeito de uma

posição normativa e o expõe ao julgamento coletivo. Assim, a imperfeição de Thiago Schutz — evidenciada em suas investidas mal-sucedidas e na produção de situações constrangedoras para o público — deixa de ser um traço contingente para se tornar uma engrenagem fundamental na produção de visibilidade, humor e, paradoxalmente, capital simbólico.

Após sua “saída” – que discutirei mais aprofundadamente no subtópico a seguir –, Thiago Schutz se autodenominou como um “coach redpillado perfeito” (sic). Com a repercussão, começou a ser convidado a participar de *podcasts* onde expôs suas ideias e vivências que são regidos da mentalidade *red pill*, dividindo opiniões. Parte do público o questionou por ter falas misóginas e machistas, enquanto outra parte reafirmava suas falas e o punham para um pedestal como se toda a verdade sobre relacionamentos fosse explanada por ele.

3.3 Buteco podcast [reserva]

O canal Buteco Podcast [Reserva], possuía até o início do mapeamento dos canais - 18/07/2024 - 5,01 mil inscritos, tendo 46 vídeos publicados. Uma atualização feita em 03/11/2024, o canal subiu para 5,07 mil inscritos e apenas 1 vídeo a mais, totalizando 47 vídeos publicados. Está inscrito na plataforma do Youtube desde 07/06/2022, tendo como proprietários - nomeados neste meio como *host* (anfitrião) - John e Will. Este canal se descreve por ter o “intuito de trazer assuntos escondidos nas entrelinhas, em um papo leve de bar [...] buscamos trazer uma galera diferenciada para uma resenha aberta, extraindo muito conteúdo de valor pra nossa audiência”.

Há, também o canal nomeado apenas como Buteco Podcast, com 40,7 mil inscritos, o qual possui entrevistas, mas tem certo foco em vídeos curtos retirados das entrevistas - chamados de cortes dentro do meio de podcasts. Nesse canal retiro conteúdo do podcast intitulado como “Manual Red Pill: Os perigos do relacionamento (com Thiago Schutz)”, com a duração de 2:26:40 horas em busca de contextualizar o início do apelido Calvo da Campari.

No caso do Buteco Podcast [Reserva], chama atenção a forma como a estética de “papo de bar” não se limita a um elemento descritivo, mas funciona como uma tecnologia discursiva que autoriza determinados enunciados. A informalidade, o humor e a construção de um ambiente de aparente intimidade entre os participantes produzem um efeito de suspensão das normatividades mais explícitas, abrindo espaço para que falas

potencialmente violentas ou excludentes sejam apresentadas sob o registro da descontração. Nesse contexto, a masculinidade que se performa não é aquela rigidamente controlada por códigos institucionais, mas uma masculinidade que se pretende autêntica, direta e desinibida, frequentemente associada a uma lógica de camaradagem masculina. Tal configuração favorece a circulação de discursos masculinistas ao mesmo tempo em que os protege de críticas mais incisivas, uma vez que podem ser facilmente reposicionados como *brincadeira*, *opinião pessoal* ou *verdades que ninguém quer dizer*. Assim, o espaço do podcast, longe de ser neutro, atua como um mediador que não apenas acolhe, mas também sustenta e legitima esse tipo específico de enunciação.

Imagem 2 – PrintScreen do canal “Buteco Podcast [Reserva]” no dia 18/07/2024.

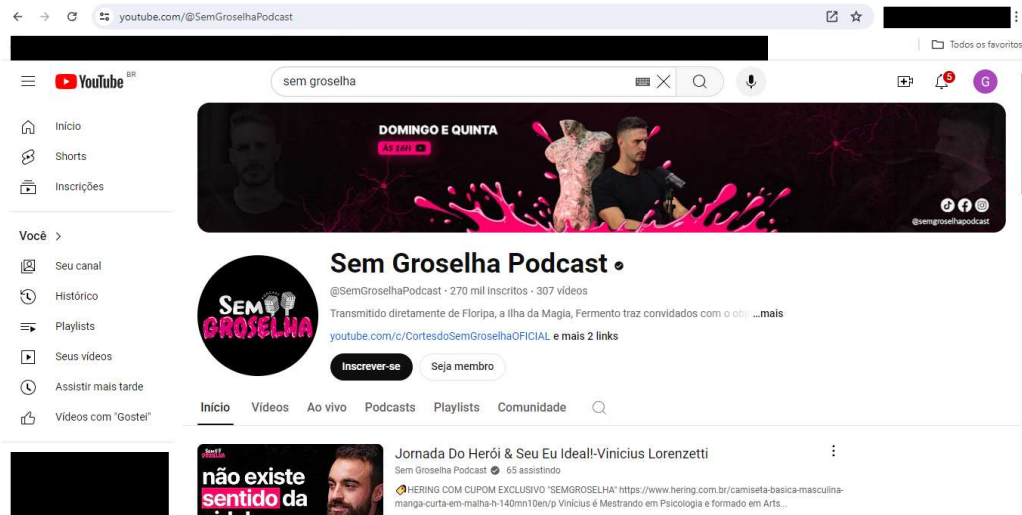


3.4 Sem groselha podcast

O terceiro canal é chamado de Sem Groselha Podcast, inscrito no Youtube desde 01/02/2021 conta com 327 mil inscritos até o momento desta escrita. Até o dia 18/07/2024, este podcast possuía 307 vídeos publicados e 270 mil inscritos, registrado até dia 03/11/2024 o canal reduziu para 259 vídeos. Tem como *host* Victor Hartmann que tem como apelido Fermento. Como o foco aqui não é esse canal em específico, não foi uma preocupação mapear todos os vídeos publicados. É um *podcast* que, em sua descrição, tem a proposta de levar convidados que debatam sobre todo e qualquer assunto de forma a se aprofundar nos mesmos, “Sem papo furado, sem groselha. Quanto mais conhecimento e mais pontos de vista você conhece, mais ferramentas você tem para tomar boas decisões e estar preparado para a vida [...] Cada episódio tem a capacidade de mudar

completamente a forma que você vê o mundo!”. Desta entrevista em questão, retiro mais fragmentos para que possamos problematizar os discursos misóginos e antifeministas que o discurso Red Pill carrega. Nesse canal temos mais propagações misóginas.

Imagem 3 – *PrintScreen* do canal “Sem Groselha Podcast” no dia 18/07/2024.



Se, no Buteco Podcast [Reserva], a informalidade do *papo de bar* opera como elemento central na construção de legitimidade, no Sem Groselha Podcast observa-se uma inflexão distinta, ainda que complementar. Aqui, o discurso é atravessado por uma estética de racionalidade e aprofundamento, sustentada pela promessa de acesso a “conhecimento” e múltiplos “pontos de vista”. Essa mudança de registro não implica um rompimento com os conteúdos anteriormente observados, mas, ao contrário, confere a eles uma nova camada de legitimidade, agora ancorada em uma aparência de seriedade e reflexão crítica. Nesse cenário, enunciados misóginos e antifeministas deixam de se apoiar exclusivamente na lógica da descontração e passam a ser apresentados como análises racionais sobre relacionamentos, sociedade e comportamento, o que tende a ampliar sua capacidade de convencimento e adesão por parte da audiência.

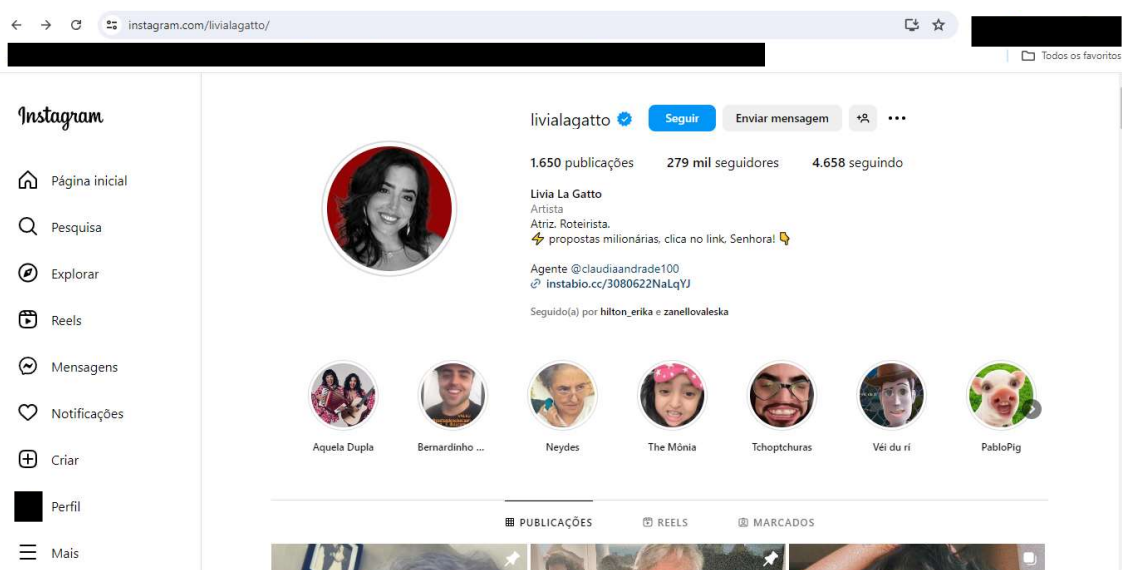
A articulação entre esses dois formatos evidencia que, embora distintos em sua apresentação — ora mais descontraída, ora mais analítica —, ambos operam na mesma direção ao produzir condições de possibilidade para a circulação e validação de determinadas masculinidades. Se, em um primeiro momento, a lógica da informalidade permite dizer **tudo** sob o signo da brincadeira, no outro, esse mesmo conteúdo pode ser reconfigurado como saber legítimo, ganhando densidade argumentativa e aparência de verdade. Trata-se, portanto, de um deslocamento que não rompe com o que foi dito

anteriormente, mas o reorganiza em outro regime de enunciação, ampliando seu alcance e sua potência de engajamento. Assim, os podcasts analisados não apenas refletem posições já existentes, mas participam ativamente da sua consolidação, funcionando como espaços complementares na produção e manutenção de discursos polarizados sobre gênero e relações afetivas.

3.5 Livia La Gatto

Por fim, analisaremos o perfil da atriz e roteirista Livia La Gatto. A conta criada em junho de 2013 e verificada - sistema de reconhecimento criado pela Meta, empresa proprietária do Instagram, para localizar perfis de entidades ou pessoas ditas famosas na sociedade - em março de 2023. Livia possuía 279 mil seguidores e contava com 1.650 publicações até o início do mapeamento, seus conteúdos são em maioria voltados ao humor e/ou divulgação de trabalhos, como *shows* que tem em sua agenda.

Imagem 4 – PrintScreen do perfil “@livialagatto” no Instagram no dia 18/07/2024.

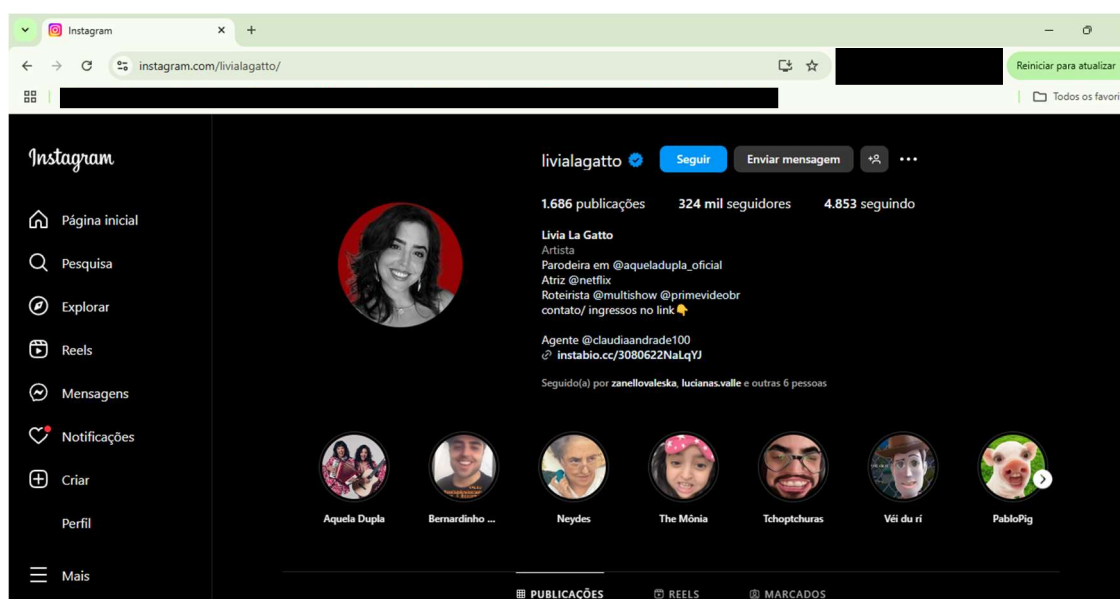


A expressividade numérica de seu perfil, associada à verificação concedida pela plataforma, não apenas indica alcance, mas também opera como marcador de legitimidade dentro da lógica das redes sociais digitais. Nesse contexto, a visibilidade de Livia La Gatto não se limita ao entretenimento, mas se constitui como um tipo de capital simbólico (Bourdieu, 2023), capaz de ampliar o impacto de suas produções e, consequentemente, das críticas nelas contidas. Ao ocupar esse espaço, a atriz não apenas participa do circuito humorístico, mas insere-se em um campo de disputas discursivas no

qual o riso pode funcionar tanto como mecanismo de reprodução quanto de contestação de normas sociais.

Até o dia 03/11/2024, o perfil do Instagram da atriz conta com 1.686 publicações e 324 mil seguidores. O perfil segue com o mesmo intuito apresentado em julho deste ano. Embora seus conteúdos sejam majoritariamente classificados como humorísticos, é fundamental compreender que o humor, nesse contexto, não opera de forma neutra. Ao mobilizar a sátira para tensionar discursos masculinos hegemônicos, Livia La Gatto se insere em uma tradição de crítica feminista que utiliza o riso como ferramenta de desestabilização simbólica. Ao inverter posições, exagerar trejeitos e expor contradições, suas performances evidenciam o caráter construído — e, portanto, passível de questionamento — das masculinidades que se pretendem naturais ou superiores. Trata-se, portanto, de um humor que não apenas entretém, mas também produz deslocamentos, convidando o público a reconhecer o absurdo de determinadas normas de gênero que, em outros contextos, permanecem naturalizadas.

Imagem 5 – PrintScreen do perfil “@livialagatto” no Instagram no dia 03/11/2024.



3.6 Discursividades normativas e misóginas: Um breve mapeamento

No *reality show* “O crush perfeito”, Joelma tem 5 (cinco) primeiros encontros, um deles com Thiago Schutz. No início tomam um drink aguardando a mesa de jantar, a edição quase não o mostra nessa parte. Indo para o jantar, ele questiona Joelma “*Características de um homem que você não aprova?*”, Joelma rapidamente responde “*Machismo. Sentimento de posse. Meu ex-marido era muito machista.*”.

Joelma convida para ir em outro lugar, como se fosse um segundo encontro, dos 5 apenas 4 são convidados e Thiago Schutz é um deles. A sugestão de Joelma é ir em outro ambiente para que pudessem continuar bebendo, Ele a questiona “*Cê aguenta beber mais ainda? Tomar mais um pouquinho*” num tom de superioridade, como se ela, provavelmente com a justificativa de ser uma mulher, não toleraria altas quantidades de álcool. Afinal, dentro de uma mentalidade machista, apenas homens que bebem muito, não é? Joelma prontamente o responde que sim e os dois seguem para o outro bar.

Esse trecho evidencia a forma como certos comportamentos masculinos, mesmo em ambientes aparentemente informais como um encontro, carregam pressupostos de gênero (Zanillo, 2022). A desconfiança do interlocutor quanto à resistência alcoólica de Joelma se ancora numa ideia de fragilidade feminina e virilidade masculina associada ao consumo de bebida. Tal gesto, aparentemente trivial, expressa uma assimetria simbólica sobre quem tem ou não permissão para transgredir limites sociais em nome da masculinidade.

A caminho do que é nomeado pela edição do *reality show* como “*After*”, Joelma já demonstra mais interesse nos outros participantes do que com Thiago Schutz, trocando carícias e beijos com os outros, enquanto com ele apenas andam separados. “*Queria saber o que você não fez na sua vida até agora porque as pessoas poderiam te julgar de alguma forma?*”, questiona Joelma e o interlocutor a responde dizendo que “*Por escolher alguém que eu quero, livre de preconceito nem nada. Cê gosta de alguém, mas esse alguém parece que sempre vem com um porém. De repente é muito novo pra você, de repente é muito velho pra você, de repente tem 4 filhos. Acho que importa assim, hoje pra mim assim, meu se eu quisesse viver uma coisa totalmente diferente, porque não?*”.

A resposta de Thiago Schutz aparenta defender uma liberdade individual em relação às escolhas afetivas, mas a construção do discurso é genérica e pouco compromissada. Ao se colocar como alguém “livre de preconceitos”, há uma tentativa de criar uma imagem conciliadora e progressista, contrastando com o personagem público que ele viria a assumir posteriormente. Essa dissonância entre o sujeito do *reality* e o influenciador digital *Red Pill* pode ser lida como uma performance estratégica, que se adapta ao ambiente e à audiência para alcançar aprovação momentânea.

Em quase todos os diálogos, Thiago Schutz se porta de forma quase técnica e pouco romântico, não faz investidas como os outros participantes. Nos cortes das conversas dos dois, Joelma aparenta sempre um tom mais reflexivo do que descontraída, o que acontece com os outros 3 participantes. Porém, ao final Joelma diz “*Eu gostei muito*

de conhecer você, de verdade, uma surpresa boa". O interlocutor responde "*Que bom - coça a garganta - e eu também*", o que faz Joelma replicar "*chegou engasgar*". Logo, ele a responde com "*fiquei até emocionado agora*".

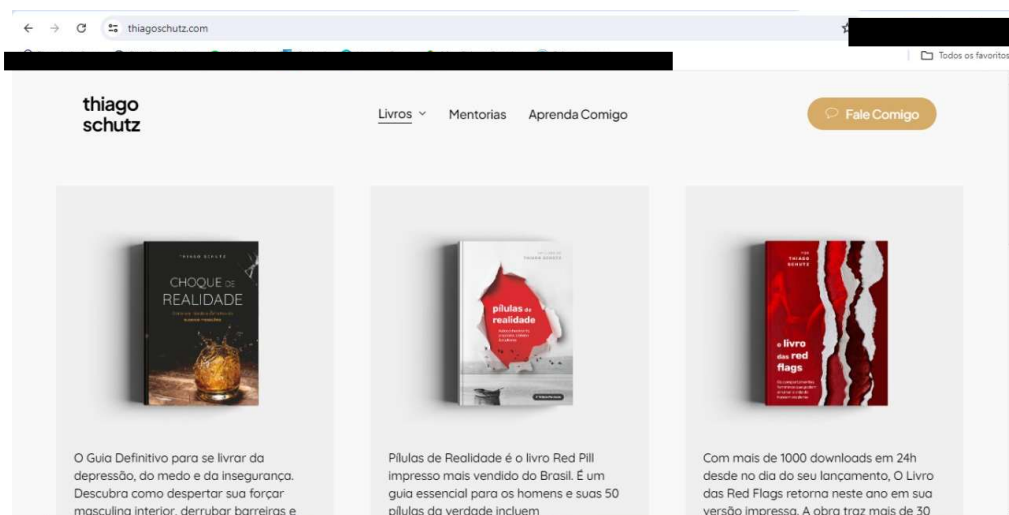
No carro, a caminho de suas casas, Thiago Schutz fala sobre o receio de quem a produção iria "*arranjar*" pra ele, esperando que não fosse uma mulher que não falasse pois acabaria com metade da noite para ele. Num dado momento se seguem nas redes sociais e o comentário de Thiago Schutz é "*É, você é mais popular do que eu na verdade né, mas ok, tudo bem. A gente não vai ter ciúmes disso*", curiosamente é um dos momentos em que Joelma mais ri com ele e comenta "*que figura*".

O incômodo do interlocutor com a possibilidade de ser pareado com uma mulher silenciosa reflete a valorização da performance verbal e da validação mútua em encontros heterossexuais. Porém, sua fala sobre popularidade nas redes sociais carrega um tom ambíguo: por um lado, tenta soar como um homem seguro; por outro, há uma leve crítica à exposição pública feminina. Essa ambivalência pode ser interpretada como um prenúncio da persona que ele adota após o programa - alguém que enxerga a visibilidade feminina como uma ameaça à autoridade e centralidade masculinas.

Chega, então, uma das partes que Thiago Schutz começou a se popularizar na internet, onde ele propõe um ato entre os dois dizendo "*a gente vai dar um selinho. E aí, se for legal, a gente beija. Se não for, tá tudo certo. A gente vai só conversar e OK. Um selinho não mata ninguém*", os dois se beijam pela primeira vez próximo ao final do encontro e Thiago Schutz comenta que adorou a boca de Joelma. Em diversos momentos acaba por se tornar curioso a forma como ele interpreta um personagem, afinal a persona que ele assume após o *reality* é contrária ao que ele concorda com Joelma. No fim, Thiago Schutz não é escolhido por Joelma.

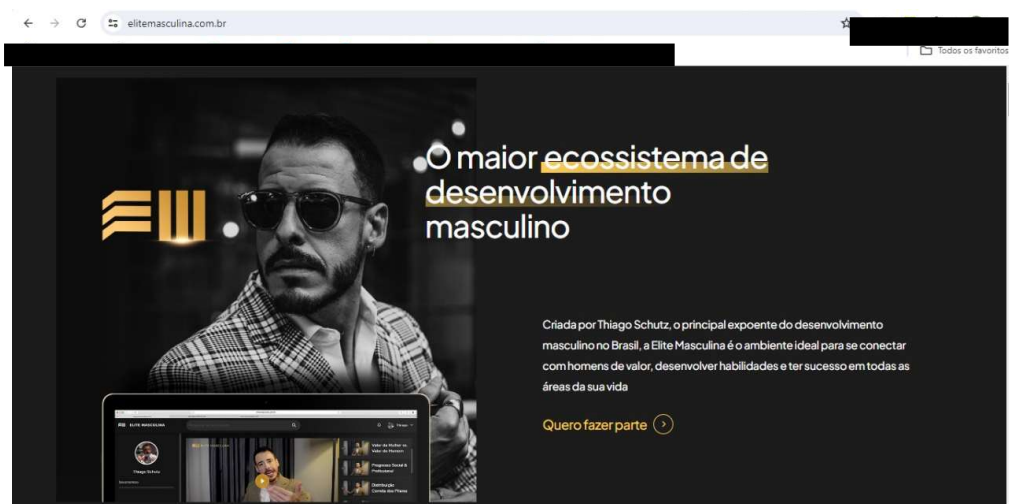
Com o fim do reality show, o Calvo da Campari - nome pelo qual passarei a me referir ao interlocutor a partir deste ponto, em consonância com a temporalidade estabelecida na pesquisa - imergiu no universo Red Pill. Após sua participação no programa, ele passou a adotar uma persona já comentada anteriormente e, na internet, tornou-se conhecido por diversos nomes, entre os quais escolhi aquele que utilizo aqui como forma de nomeação.

Imagem 6 – *PrintScreen* do site de propriedade do interlocutor, antes nomeado e conhecido como "Manual Red Pill".



Nesse novo contexto, criou seu próprio site e perfis em redes sociais, por meio dos quais passou a divulgar cursos e opiniões que transitam entre temas como relacionamentos amorosos, masculinidade e misoginia. O site propagador do dito manual, que hoje carrega apenas seu nome, acabou se tornando apenas uma plataforma para venda dos livros feitos pelo *coach*, não sendo a única plataforma de trabalho do mesmo. Além deste, o Calvo da Campari possui uma conta no Instagram também intitulada com seu nome, “@thiagoschutzoficial”. Por fim, também é possível encontrar os materiais e ideais dele num site chamado “Elite Masculina” onde aparentemente ele tem migrado a intenção inicial do Manual, criando grupos onde homens podem explanar seus ressentimentos com relações frustradas com mulheres.

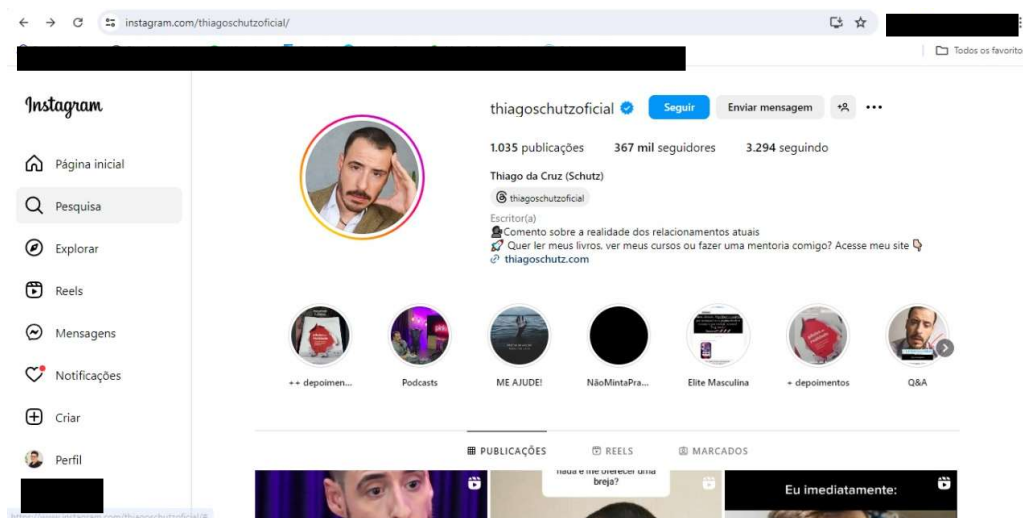
Imagem 7 – PrintScreen do novo site do interlocutor, tratado aqui como futuro substituto do antigo site.



A conversão da imagem pública de Thiago Schutz para uma persona *Red Pill* revela um movimento que é comum entre homens em busca de capital simbólico na internet: a apropriação de discursos polarizados como forma de criar comunidades

baseadas em ressentimento. Esses espaços digitais não apenas reforçam o sofrimento masculino como algo isolado do contexto estrutural, mas também instrumentalizam essas dores para lucrar com produtos, cursos e livros que prometem restaurar uma suposta ordem de gênero perdida.

Imagem 8 – PrintScreen do perfil do interlocutor no Instagram .



As análises dos podcasts evidenciam que a misoginia, nesses contextos, não se apresenta majoritariamente sob formas explícitas ou abertamente violentas, mas se estrutura como uma prática discursiva difusa, sustentada por diferentes regimes de enunciação. No caso do Buteco Podcast [Reserva], a informalidade e o humor funcionam como operadores que diluem a gravidade dos enunciados, permitindo que conteúdos misóginos circulem sob o signo da descontração e da camaradagem. Já no Sem Groselha Podcast, observa-se um deslocamento dessa mesma lógica para um registro que reivindica racionalidade e aprofundamento, no qual tais discursos passam a ser apresentados como interpretações legítimas sobre relações de gênero. Em ambos os casos, a misoginia não se impõe pela força, mas se infiltra como sentido compartilhado, naturalizando hierarquias e desigualdades ao se apoiar em estratégias que reduzem a possibilidade de contestação imediata.

Nesse sentido, é possível compreender que a misoginia discursiva não depende apenas do conteúdo do que é dito, mas das condições que tornam possível sua circulação e aceitação. Os podcasts analisados operam como espaços privilegiados nesse processo ao articular proximidade, identificação e aparente liberdade de expressão, criando um ambiente no qual determinadas falas não apenas são toleradas, mas encorajadas. A

alternância entre o registro do humor e o da racionalização permite que os mesmos enunciados transitem entre diferentes formas de legitimação, ora como *brincadeira*, ora como *verdade*, dificultando sua problematização. Assim, mais do que veículos neutros, esses espaços participam ativamente da produção de uma ambiência discursiva na qual a misoginia se mantém e se reconfigura, evidenciando que sua persistência está intrinsecamente ligada às formas contemporâneas de mediação e circulação de discursos sobre masculinidades e relações afetivas.

No Podcast nomeado “Buteco Podcast [Reserva]”, em específico o episódio “Manual Red Pill: Os perigos do relacionamento (com Thiago Schutz)”, onde ele comenta sobre uma situação que uma mulher faz investidas nele, oferecendo uma cerveja e isso, para ele, se aproxima de uma ofensa, afinal porque um “macho alfa” aceitaria uma simples cerveja sendo que estava tomando seu bom Campari?

Thiago Schutz: “Sei lá, tava numa situação. Sei lá se era barzinho, nem lembro direito agora como que era, mas assim resumindo bem né. Eu tomando meu Campari, a mina tomando uma breja. ‘Ah, mas se eu pegar uma breja pra você, cê toma comigo?’ Falei ah mano não vou tomar agora, tô tomando Campari, ‘Pô, mas cê não toma comigo?’ Falei mano não tomo, entendeu? Então assim, a mulher tem muito uma coisa de tentar moldar o cara, tentar colocar o cara tipo embaixo dela. Mas não é na maldade, entendeu? Assim, é como se fosse um teste realmente. Tipo assim, ‘deixa eu ver quanto esse cara segura a opinião dele. Quanto que ele segura o jeito que, o jeito que ele é. Será que ele vai pegar essa breja só pra me agradar ou será que não, ele vai manter tipo na bebida dele”

Thiago Schutz justifica sua inquietude com o argumento de que ele investe nele mesmo, compra seu drink, por que aceitaria uma bebida e, supostamente, cairia no teste dessa sugerida mulher? Para ele não faz sentido. Afinal, quem essa mulher acha que ele é? Ele explicita que a partir do momento que um homem se contraria a cair nos testes das mulheres, “*ele começa a entrar um pouco nessa questão tipo da rebeldia, de ser um cara mais autêntico, de ser um cara original*” (sic). A partir deste episódio, Thiago Schutz ficou conhecido com o apelido de Calvo da Campari, por suas entradas no cabelo sinalizarem a possibilidade de uma futura calvície aliado aos seus próprios argumentos com a bebida Campari.

Essa narrativa expressa uma inversão típica da lógica da dominação simbólica (Bourdieu, 2023): o gesto mínimo de gentileza ou socialização vindo da mulher é lido como tentativa de controle e como uma tentativa de emasculação do homem. O ideal de

masculinidade propagada pelo Calvo da Campari rejeita qualquer forma de vulnerabilidade ou reciprocidade, posicionando a autonomia masculina como resistência à feminilidade. A recusa de uma cerveja vira, portanto, um ritual de reafirmação do ego, onde até mesmo a bebida se torna marcador de território de gênero.

Sob a lente de Bourdieu (2023), esse tipo de interação evidencia a eficácia da violência simbólica justamente por sua sutileza e naturalização. Não se trata de imposições explícitas, mas de esquemas de percepção que orientam a leitura das situações sociais, fazendo com que gestos ordinários sejam interpretados como ameaças à ordem masculina. Ao recusar a cerveja oferecida por uma mulher, o interlocutor não apenas reafirma sua autonomia, mas reinscreve uma hierarquia de gênero na qual qualquer iniciativa feminina pode ser percebida como tentativa de inversão de posições. Essa lógica revela como a dominação masculina se mantém não apenas por meio de estruturas institucionais, mas através de práticas cotidianas que parecem banais, mas que operam na reprodução contínua das desigualdades.

Uma pontuação interessante de abrir aqui é sobre a problemática da calvície, principalmente no mundo heteronormativo, e a reafirmação de uma masculinidade a partir dos cabelos bem preenchidos. Homens que desejam demonstrar uma boa aparência (masculina), em nossa sociedade, precisam seguir certo padrão - o qual é composto dentre outros por uma barba, cabelo e bigode (Lima e Oliveira, 2022) bem feitos e desenhados. Com isso, o apelido Calvo da Campari traz a calvície como um rebaixamento da masculinidade de Thiago Schutz, o colocando como desprezível no meio heteronormativo.

Enquanto o segundo termo, Campari, vem em concordância com o que Thiago Schutz pontua em contrapartida da breja. Aqui o termo não é visto a partir da perspectiva do público que o apelidou, mas a partir da fala de Thiago Schutz quando propõe esse contraponto pelo Campari, bebida essa com sabor amargo característico e que agrada pessoas específicas, dando uma visibilidade social elevada para quem o toma. Afinal, tem que aguentar beber muito para gostar de Campari.

No episódio enumerado “#153” do nomeado como Sem Groselha Podcast, Thiago Schutz faz diversas outras afirmações durante o podcast que reforçam as relações de poder entre gêneros, por exemplo quando faz afirmações que flertam com o antifeminismo, dizendo, de modo equivocado e distorcido, que o feminismo busca por uma igualdade em que as mulheres não estão dispostas.

Thiago Schutz: “Tem uma parada que é muito sutil cara, que diz respeito sobre igualdade tá, então assim o feminismo cara ele ‘prega’ em tese tipo a questão da igualdade em tudo, a igualdade em tudo né. Aí você chega para uma mulher e fala assim: tá você quer igualdade com os homens. Quero. Tá então vamos lá. Você quer um cara que seja menor ou maior do que você? Eu quero um cara maior. Você quer um cara que ganhe mais ou menos que você? Quero que ele ganhe mais. Beleza. Você quer um cara que seja mais forte ou mais fraco que você? Ah, quero um cara mais forte. Beleza. Você quer um cara que seja mais famoso ou menos famoso que você? Quero um cara mais famoso. Já não é mais igual, entendeu? **Naturalmente** o cara que ela quer já está um pouco mais acima dela. Não to dizendo que isso é ruim, que isso é péssimo, não. Mas assim, são narrativas que são facilmente quebradas na minha visão”.

Chamo atenção para o termo utilizado por Thiago Schutz para que possamos notar como a heteronormatividade se autorregula, trazendo um discurso que tem um viés biologicista quando dito sobre gênero. Sendo a máxima: homens tem reações naturais, como não conseguir se controlar sexualmente e desejar todas as mulheres para além de suas companheiras; mulheres procuram homens que a assegurem fisicamente, financeiramente e socialmente, pois não conseguem cuidar de si próprias.

A construção argumentativa mobilizada por Thiago Schutz nesse trecho opera por meio de uma falsa lógica de evidência, como se a enumeração de preferências femininas fosse suficiente para invalidar o debate sobre desigualdade de gênero. No entanto, trata-se de uma generalização apressada que transforma experiências particulares em regra universal, ignorando completamente as mediações sociais, históricas e econômicas que estruturam tais escolhas. Ao perguntar implicitamente “**que tipo de homem uma mulher quer?**”, o interlocutor não está abrindo uma investigação, mas encerrando o debate a partir de uma conclusão previamente definida. Essa estratégia retórica produz um efeito de verdade que mascara sua própria fragilidade: ao deslocar a discussão para o campo das preferências individuais, apaga-se deliberadamente o fato de que as condições de escolha não são equivalentes entre homens e mulheres. Assim, o argumento se sustenta sobre um pressuposto falso de simetria, revelando-se menos como uma análise da realidade e mais como uma racionalização que legitima o ressentimento masculino.

O host do podcast, apelidado de fermento, segue comentando:

Fermento: “Mas deixa eu pegar um exemplo dentro disso que tu disse, outro dia eu vi um vídeo cara muito engraçado que era assim, era um grupo de whats né, aí era a mina falando ‘Ah eu quero namorar um cara assim, alto, forte, tem que ser gostoso e tem

que ser rico' não sei o que, aí tem outra falando 'Ah eu gosto mais de um loiro, assim, assim e assim'. Aí tinha um cara nesse grupo, tá ligado? Aí o cara mandou assim 'Ah pra eu namorar eu só não quero que seja gorda'. As mina tudo xingando o cara''.

Thiago Schutz: "[...] pega a lista de exigência dessas minas, cara, é disso pra pior velho. 'Aí quero que seja rico, milionário, com carro, casa feita, não sei o que, sem filho'. A mulher, mano, tem a cara de pau, e eu respeito mano, cada um tem o direito de ter as suas preferências, mas a gente tá num mundo tão hipócrita velho que mulher pode ter preferência, homem não pode, entendeu?''.

Novamente chamo atenção a outra fala de Thiago, irônica ou comicamente ele diz respeitar as opiniões de mulheres que tem suas exigências para encontrar possíveis pretendentes, mas em seguida Thiago questiona como mulheres escolhem homens em aplicativos de relacionamentos, dizendo que sempre se negam a conhecer homens que tenham filhos, cachorros, que não tenham dinheiro, carro ou casa própria. “A maioria das mulheres não querem caras com filho. ‘Aí eu quero muito um cara que tenha um filho’, mentira velho, não querem” (sic). Compara ainda que homens que não querem mulheres com filhos, citando o próprio nome na frase, são machistas, enquanto a situação oposta torna as mulheres empoderadas. Em cena também uma ideia de que as mulheres seriam interesseiras.

Esse tipo de narrativa, em que se contrapõem os “desejos exagerados” de mulheres às supostas exigências “mínimas” dos homens, serve como base retórica para muitos discursos antifeministas. A lógica da comparação tenta pintar uma imagem de mulheres interesseiras e incoerentes, enquanto os homens são apresentados como vítimas de padrões inatingíveis. O objetivo não é promover um debate sobre expectativas e relações, mas sim ridicularizar a luta por equidade de gênero ao associá-la a uma hipocrisia feminina presumida.

A afirmação implícita de que as mulheres estariam *dominando* as relações ou estabelecendo padrões inalcançáveis funciona como uma inversão discursiva da realidade social. Esse tipo de enunciado não descreve empiricamente as relações de poder, mas produz um efeito de ameaça que mobiliza o ressentimento masculino. Quando confrontado com dados materiais — como a concentração de renda, poder político e propriedade majoritariamente nas mãos de homens —, tal argumento se revela insustentável. O que está em jogo, portanto, não é uma suposta dominação feminina, mas o desconforto diante da ampliação, ainda que parcial, da autonomia das mulheres. Trata-se de uma estratégia retórica que transforma avanços sociais em crises, evidenciando que

o problema não é a perda de poder real, mas a recusa em compartilhar privilégios historicamente naturalizados.

Mais do que um conjunto de opiniões dispersas sobre relações afetivas, o que se observa nesses enunciados é a emergência de um novo regime de produção das masculinidades, profundamente atravessado pelas dinâmicas das mídias digitais. Diferentemente de análises clássicas que se debruçaram sobre suportes como revistas impressas — a exemplo da Playboy —, nas quais havia uma mediação editorial mais delimitada, o cenário contemporâneo se organiza em uma arena técnico-mediatizada (Miskolci, 2007), caracterizada pela circulação acelerada, pela interação constante e pela formação de comunidades afetivas em torno de identificações compartilhadas. Nesse contexto, o discurso antifeminista não aparece como um resíduo marginal, mas como elemento estruturante dessas redes, funcionando como eixo de agregação entre homens que compartilham ressentimentos e percepções de perda de privilégios. Assim, o que está em jogo não é apenas o conteúdo das falas, mas a própria reconfiguração dos espaços em que as masculinidades são produzidas, performadas e validadas.

Além disso, essa forma de pensar se ancora fortemente em uma perspectiva essencialista de gênero na qual mulheres desejariam homens “superiores” em estatura, *status* e força, enquanto homens desejariam apenas que suas companheiras fossem *minimamente* atraentes (Zanella, 2022). Esse binarismo ignora não só a pluralidade dos desejos humanos como também desconsidera os impactos sociais das hierarquias impostas por gênero, que não são naturais, mas historicamente construídas.

Além disso, é necessário tensionar a forma como certas características são associadas ao feminino ao longo da análise, sob risco de reproduzir, ainda que de modo não intencional, a própria lógica que se busca criticar. Elementos como sensibilidade, cuidado, dependência ou busca por segurança não são atributos naturais das mulheres, mas efeitos de processos históricos e culturais de socialização de gênero, como já apontado por autoras feministas e por estudos sobre masculinidades (Zanella, 2022; Butler, 2020; Connell e Messerschmidt, 2013). Ao naturalizar essas associações, ainda que implicitamente, corre-se o risco de reforçar a ideia de que tais características seriam intrínsecas ao feminino — o que, por consequência, legitima sua desvalorização no interior das hierarquias de gênero. Nesse sentido, mais do que descrever essas características, torna-se fundamental evidenciar como elas são produzidas, reguladas e hierarquizadas, mostrando que não há nada de essencial nelas, mas sim uma operação

continua de poder que define o que deve ser valorizado ou desqualificado nas relações entre homens e mulheres.

Nesse cenário, é possível compreender, a partir de Connell e Messerschmidt (2013), que não se trata de uma ruptura com a masculinidade hegemônica, mas de sua rearticulação em novos moldes. A figura do “homem de valor”, amplamente mobilizada nos discursos analisados, atualiza ideais tradicionais de dominação masculina (Bourdieu, 2013) — como controle emocional, superioridade hierárquica e autoridade sobre o feminino —, ao mesmo tempo em que os adapta à lógica contemporânea das mídias digitais. O que se transforma não é o princípio da hierarquia de gênero, mas sua forma de enunciação: menos institucionalizada e mais performática, menos normativa em aparência e mais baseada na identificação entre pares. Essa reconfiguração permite que discursos historicamente excludentes se apresentem como alternativas legítimas frente a um suposto “excesso” de direitos femininos, reposicionando a masculinidade não como lugar de privilégio, mas como identidade em crise que precisa ser defendida. (Butler, 2018; Lerner, 2019)

Outro aspecto importante é como esse discurso reforça uma economia emocional pautada na escassez e competição, em que homens e mulheres são posicionados como inimigos em uma guerra dos sexos. Essa lógica é central para os conteúdos *red pill*, que buscam vender soluções mágicas para frustrações afetivas sem que os homens tenham que revisitar seus próprios comportamentos.

A pesquisadora e psicóloga Valeska Zanello (2022) propõe em seu livreto “A prateleira do amor” que as relações afetivas são moldadas, metaforicamente, em um formato de prateleira, onde as mulheres mais correspondentes ao padrão imposto pelos homens terá mais benefícios e será mais desejada entre eles, enquanto conforme se diminui o valor - aqui podendo ser substituído por qualquer característica física, emocional, social, financeira ou qualquer outra que tenha alguma relevância para os homens quando escolhem as mulheres que vão se relacionar - diminuem também as chances que as mulheres tem de serem reconhecidas e validadas pelos homens. Podemos traçar as controvérsias do *coach* através dessa metáfora - que a propósito se situa dentro do campo da realidade social em que as relações amorosas entre casais heteronormativos estão - que representa o oposto do que ele relata na conversa do podcast. Afinal, será que são as mulheres que estão agindo de maneira errada na sociedade? Tal pergunta se torna retórica, pelo fato de que em 2023 tivemos o maior número de feminicídios registrados desde a implementação - há nove anos - deste ato como crime (Bueno *et al.*, 2024).⁶³

Esse cenário, além de escancarar o contraste entre os discursos e os dados reais da violência de gênero, aponta para a necessidade de compreendermos que as estruturas de poder moldam os afetos, os desejos e as escolhas. A ideia de que as mulheres “*escolhem demais*” ou “*se colocam em pedestal*” serve, na verdade, para camuflar o incômodo masculino diante da autonomia feminina. Quando mulheres deixam de aceitar relacionamentos desiguais, não é que elas “*valem menos*” - é que se recusam a estar disponíveis em uma lógica que só beneficia um dos lados.

Retomar essas narrativas sob uma perspectiva analítica implica deslocá-las do lugar de *opinião individual* para compreendê-las como parte de uma gramática discursiva mais ampla, que organiza afetos, percepções e posições de sujeito. Quando o interlocutor formula perguntas implícitas como “*que tipo de homem uma mulher quer?*” ou afirma que “*as mulheres estão dominando*”, ele não está apenas expressando uma visão pessoal, mas mobilizando um regime de verdade que produz inteligibilidade sobre as relações de gênero a partir de uma lógica hierárquica e competitiva. Nesse sentido, a suposta *dominação feminina* não se sustenta empiricamente — sobretudo quando observamos dados estruturais sobre propriedade, renda e poder político — mas ganha força enquanto narrativa afetiva que reorganiza frustrações individuais em chave coletiva. Ao fazer isso, o discurso masculinista TRP desloca o foco das desigualdades históricas de gênero e reinscreve os homens como vítimas de um sistema que, na realidade, ainda os privilegia estruturalmente (Bourdieu, 2023; Connell e Messerschmidt, 2013).

A leitura proposta por Zanello (2022) contribui para aprofundar essa análise ao evidenciar que o sofrimento masculino, frequentemente mobilizado nesses discursos, não é negado, mas deslocado de sua dimensão relacional e histórica. Ao invés de ser compreendido como efeito de processos de socialização de gênero que restringem a expressão emocional dos homens, ele é ressignificado como consequência direta das ações femininas, especialmente da autonomia e das transformações promovidas pelos movimentos feministas. Essa operação discursiva produz um duplo efeito: por um lado, legitima a dor masculina como ponto de partida para a construção de pertencimento; por outro, impede a elaboração crítica dessa mesma dor, convertendo-a em ressentimento dirigido às mulheres. Assim, o que poderia se configurar como abertura para revisões subjetivas se transforma em mecanismo de reforço das assimetrias de gênero.

A posição ocupada por Livia La Gatto nas redes sociais também permite compreender que a violência dirigida a mulheres em ambientes digitais não ocorre de maneira aleatória, mas incide, de forma recorrente, sobre aquelas que alcançam maior

visibilidade e que utilizam esse alcance para tensionar normas estabelecidas. Nesse sentido, sua atuação não pode ser dissociada do fato de ser uma mulher pública que, por meio do humor, questiona diretamente performances masculinas amplamente difundidas. Tal exposição a coloca em um lugar de maior vulnerabilidade frente a reações hostis, evidenciando como a presença feminina em espaços de fala e crítica ainda é frequentemente percebida como ameaça à ordem de gênero, especialmente quando rompe com expectativas de passividade ou silêncio.

Com o tempo e a viralização do apelido “Calvo da Campari”, uma atriz e roteirista chamada Livia La Gatto fez uma publicação na ferramenta *reels*¹⁷ de seu perfil no Instagram, satirizando falas similares as de Thiago, mas sem citá-lo em nenhum momento. Livia se caracteriza com uma camisa e utiliza efeitos disponibilizados pela plataforma para ficar careca e com barba, se aproximando ao estereótipo do calvo da campari nos podcast que participa.

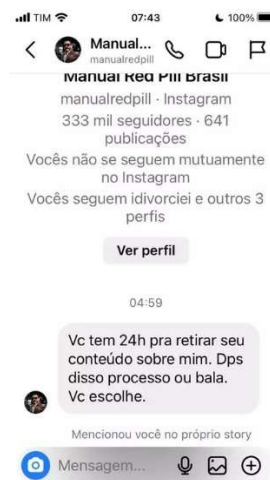
Imagem 9 – PrintScreen do reels da conta do Instagram de Livia La Gatto.



A atriz utiliza das ferramentas *hashtag* - uma palavra ou expressão precedida por uma cerquilha (#) utilizada para marcar mensagens associadas a um determinado tema - para dar continuidade a satirização como “#podcastdocampa” “#homemdevalor” e “#brejasnaopassarao”, fazendo assim referência indireta ao podcast em que Thiago fala sobre a experiência supracitada de negar a cerveja oferecida por uma mulher quando estiver tomando sua bebida de “valor”. Tempo depois, Livia expôs na internet que havia sofrido ameaças do Thiago por estar comentando em sua página sobre o mesmo, de forma a satirizá-lo, como segue abaixo.

¹⁷ Ferramenta de vídeos em formato vertical, normalmente utilizada para vídeos mais longos que os feitos para a ferramenta *story*. Também com o intuito de ficarem fixados no perfil de quem cria, ao contrário do *story* que tem limite de 24 horas de exposição.

Imagem 10 – *PrintScreen* da ameaça de Thiago Schutz com Livia La Gatto, publicado pela mesma.



É curioso a fragilidade com a qual homens, principalmente os ditos heterossexuais, se encontram quando são os alvos das satirizações. Como exposto anteriormente nas falas dos podcasts, Thiago diversas vezes faz sátiras em como as mulheres são manipuladoras e perigosas. Quando esse jogo muda de lado, a solução é a violência - como também já exposto.

A reação agressiva do Calvo da Campari diante da sátira revela um traço recorrente nas masculinidades hegemônicas que é a baixa tolerância à inversão da hierarquia simbólica (Bourdieu, 2023). Homens que se dizem fortes, autossuficientes e “de alto valor” colapsam diante da crítica, revelando que seu poder depende da manutenção do silêncio e da subserviência feminina. Quando uma mulher ousa rir, expor ou reverter a lógica do ridículo, a resposta não é o debate, mas a tentativa de silenciamento e punição - sinal claro de que o “homem de valor” não suporta ser desacreditado.

Além disso, o uso do humor e da sátira como ferramenta de crítica feminista tem um longo histórico de resistência e resignificação política. A performance de Livia La Gatto não é apenas uma zombaria isolada, mas sim uma ação que desafia simbolicamente a masculinidade frágil e o monopólio do discurso. O desconforto gerado por essa inversão mostra o quanto a crítica vinda de mulheres ainda é vista como ameaça e como a liberdade de expressão parece ter um limite quando confronta os privilégios masculinos.

A partir de uma perspectiva transfeminista, é possível ampliar essa análise ao compreender que o incômodo gerado por performances como a de Livia La Gatto não se restringe à crítica a um indivíduo específico, mas atinge a própria estrutura normativa de

gênero que sustenta determinadas masculinidades. Ao desestabilizar signos associados ao “homem de valor” — como autoridade, controle e superioridade —, sua atuação expõe o caráter regulatório dessas categorias, evidenciando que elas não são naturais, mas produzidas e reiteradas socialmente. Nesse sentido, a reação violenta não aparece como um desvio, mas como parte constitutiva de um sistema que busca manter suas fronteiras intactas, sobretudo quando confrontado por sujeitos que escapam ou tensionam essas normatividades. (Favero e Marini, 2022; Seffner, 2022)

O desdobramento foi um processo judicial que no mesmo ritmo que abriu, fechou. Onde o juiz designado para o julgamento concedeu medida protetiva de 300 metros de distância mínima entre Thiago e Lívia, sendo esta ordem de obrigação do primeiro aqui citado. O desenrolar não se fez como era esperado, que o *coach* fosse realmente responsabilizado pelo crime de ameaça e violência psicológica, contudo se faz importante que minimamente seja repreendido e transformado em réu. O tribunal de São Paulo suspendeu a ação contra o *coach* em novembro de 2023, deixando o processo em suspenso por dois anos, com possibilidade de reabertura se o acusado cometer outro crime. Além disso, Thiago deve comparecer a cada dois meses, durante 24 meses após a decisão, a um cartório para registrar sua presença e justificar suas atividades profissionais. Ele também está proibido de sair da cidade sem permissão. Se não houver nova infração, a ação será extinta após o período estipulado (Tomaz e Dias, 2023; FolhaJus, 2023).

Mesmo que a decisão judicial tenha representado um certo avanço ao impor restrições ao *coach*, o desfecho do processo revela as limitações do sistema jurídico frente aos casos de violência simbólica e psicológica de gênero. A suspensão condicional da pena reitera a dificuldade de responsabilização efetiva quando o autor do crime possui visibilidade pública e articula seu discurso com base em valores conservadores amplamente aceitos. O “calvo da Campari” se transforma, assim, não só em uma figura emblemática da misoginia digital, mas também em um sintoma de como as instituições falham ao proteger as vítimas quando o agressor se apresenta sob a máscara da racionalidade e do humor.

Encerrar este capítulo com a imagem de um homem que se diz racional, mas que recorre à ameaça diante da crítica, é simbólico. Ele representa um tipo de masculinidade que se sente autorizado a ditar regras para os afetos, a controlar o comportamento feminino e, sobretudo, a reagir com violência quando sua autoridade simbólica é questionada. O discurso do “homem de valor” é vendido como solução para crises

afetivas e sociais, mas na prática reforça a desigualdade de gênero, a misoginia e o silenciamento das mulheres que ousam se posicionar publicamente.

Os acontecimentos envolvendo Thiago Schutz e Livia La Gatto ilustram como o debate sobre masculinidades não é apenas uma questão de discurso ou opinião, trata-se de um terreno político onde se disputa o poder sobre o outro e sobre a própria narrativa. Ao expor as estruturas que sustentam o privilégio masculino, o feminismo provoca reações que vão da negação à hostilidade. A tentativa de silenciar a crítica - mesmo quando feita por meio do humor - é uma forma de reafirmar que há uma hierarquia que não deve ser desafiada. E quando o sistema jurídico não avança de forma contundente sobre esses casos, contribui para a continuidade desse ciclo.

Portanto, pensar as masculinidades hoje exige mais do que identificar comportamentos individuais ou casos pontuais. É necessário compreender os mecanismos de naturalização da violência simbólica e afetiva nas relações heterossexuais e como esses mecanismos se reconfiguram e ganham força nas redes sociais digitais. A figura do *coach* sentimental, que se coloca como guia da masculinidade ideal, nada mais é do que a reafirmação, em nova embalagem, de um projeto antigo: o da manutenção do poder masculino. Desvendá-lo é passo fundamental para qualquer proposta de transformação ética, política e social nas relações de gênero.

É justamente nesse ponto que a análise precisa avançar para além da descrição e operar uma desmontagem mais incisiva dessas formulações. A ideia de que há uma simetria nas exigências entre homens e mulheres, frequentemente evocada nesses discursos, parte de um pressuposto falso de igualdade já dada, ignorando as condições materiais e simbólicas que historicamente estruturam as relações de gênero. Como aponta Judith Butler (2018), os regimes de gênero funcionam por meio da repetição normativa, naturalizando desigualdades e tornando-as invisíveis sob a aparência de escolhas individuais. Do mesmo modo, Valeska Zanello (2022) demonstra como o campo afetivo é atravessado por assimetrias que posicionam homens e mulheres de maneira desigual nas dinâmicas de validação e reconhecimento.

Assim, quando o interlocutor sugere que mulheres seriam incoerentes por desejarem parceiros *superiores*, ele ignora que tais critérios são, em grande medida, efeitos de uma organização social que historicamente associou valor masculino ao poder econômico, físico e simbólico. Ao não explicitar essa dimensão, o discurso TRP opera uma inversão ideológica que transforma privilégio em opressão e desigualdade estrutural em escolha individual. Desmontar essa lógica implica evidenciar que não há neutralidade

nesses enunciados, mas sim uma pedagogia da masculinidade (Miskolci, 2007) que ensina homens a lerem o mundo a partir da ameaça, da perda e da necessidade de restauração de uma ordem hierárquica.

Ao longo deste capítulo, torna-se evidente que não se trata apenas de analisar um sujeito ou um conjunto de falas isoladas, mas de compreender uma gramática mais ampla de produção de sentido sobre masculinidades na contemporaneidade. Os diferentes dispositivos analisados — reality show, podcasts e redes sociais — não apenas expõem discursos, mas organizam formas específicas de sentir, interpretar e reagir às transformações nas relações de gênero. Nesse contexto, a misoginia discursiva se apresenta menos como exceção e mais como um elemento estruturante dessas dinâmicas, operando de maneira adaptável, ora pelo humor, ora pela racionalização, ora pela vitimização masculina. O que está em jogo, portanto, é a consolidação de um campo de disputas no qual as masculinidades são constantemente reconfiguradas em resposta às tensões produzidas pelos avanços feministas, evidenciando que o debate sobre gênero, longe de estar estabilizado, permanece como um dos principais territórios de conflito na sociedade contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As manifestações de misoginia e antifeminismo nas redes sociais vêm ganhando força nos últimos anos, configurando-se como respostas reativas à consolidação de discursos feministas e à visibilidade das pautas de gênero no debate público. Essas manifestações não surgem do vazio, mas representam formas atualizadas de resistência ao repensamento das estruturas patriarcais historicamente arraigadas na sociedade ocidental.

A masculinidade hegemônica, conceito central proposto por Connell e Messerschmidt (2013), segue operando como referencial dominante de comportamento e identidade masculina. Ainda que contestada por múltiplas expressões de masculinidades dissidentes, sua permanência se revela tanto em discursos institucionais quanto nas interações cotidianas, inclusive nas redes digitais. Nessas plataformas, a masculinidade encontra novos espaços de reafirmação, muitas vezes por meio da violência simbólica (Bourdieu, 2023) e discursiva.

A análise realizada ao longo deste trabalho evidencia que o antifeminismo contemporâneo não se limita à negação das pautas feministas, mas atua como um discurso estruturado, com linguagem própria, valores internalizados e objetivos claros de deslegitimar o avanço dos direitos das mulheres e das pessoas LGBTQIA+. Em nome de uma suposta ordem natural ou tradicional, esses discursos sustentam práticas de controle, exclusão e silenciamento do outro.

A misoginia, enquanto prática ativa de desprezo, ódio ou inferiorização do feminino, perpassa essas narrativas com intensidade. Ela não se restringe à figura da mulher, mas abarca tudo aquilo que é associado ao feminino - sensibilidade, empatia, cuidado - sendo rejeitado como sinal de fraqueza e inferioridade. Isso revela um traço estrutural do patriarcado (Lerner, 2019): a necessidade de afirmação da masculinidade por oposição.

Nesse contexto, as redes sociais tornam-se campo fértil para a circulação de conteúdos antifeministas, sob a roupagem de conselhos, *coaching* de masculinidade, humor misógino ou discursos pseudocientíficos. O engajamento nesses conteúdos se sustenta em afetos como o ressentimento, a frustração e o medo da perda de privilégios, que são compartilhados por muitos homens em busca de validação identitária.

As masculinidades que emergem desses espaços são, frequentemente, masculinidades ressentidas - não pretendo aqui criar uma nova catalogação, vejo mais no

sentido real da palavra ressentimento -, que busca recuperar o prestígio perdido diante das transformações socioculturais contemporâneas. Essa tentativa de restaurar uma ordem anterior - na qual os papéis de gênero estavam rigidamente definidos - é uma resposta direta à chamada crise do masculino, identificada por diversos autores e autoras nas últimas décadas.

Por outro lado, criadoras como Livia La Gatto apresentam uma contra-narrativa que merece destaque. Seu trabalho, ao parodiar e desconstruir os discursos misóginos com ironia e crítica, revela as falácias presentes nas argumentações antifeministas e denuncia, de forma acessível, as violências simbólicas naturalizadas por esses discursos. Sua atuação contribui para a visibilização do machismo cotidiano, revelando como ele opera sob a aparência do “bom senso” ou da “natureza humana”.

O humor, nesse caso, torna-se uma ferramenta política. Através dele, é possível romper a seriedade do discurso misógeno e expor suas fragilidades internas. O uso da performance e da sátira como recurso discursivo, como o que Livia propõe, promove não apenas o enfrentamento da misoginia, mas também um convite à reflexão coletiva sobre as masculinidades em disputa.

Cabe ressaltar que a violência que se produz nesses discursos não é apenas simbólica. A desumanização do outro, legitimada cotidianamente em falas que reforçam o machismo e a misoginia, cria o ambiente propício para o aumento da violência material: feminicídios, agressões, perseguições digitais e violências psicológicas que afetam diretamente a vida das mulheres e de grupos dissidentes de gênero e sexualidade.

Ao identificar a recorrência de argumentos biologicistas, essencialistas e heteronormativos nesses discursos, observa-se a tentativa de naturalizar a desigualdade. Essa naturalização é uma das estratégias mais eficazes do patriarcado, pois transforma em norma aquilo que é, na verdade, uma construção histórica. A crítica feminista, nesse sentido, desempenha o papel de desvelar esses mecanismos de poder.

A relevância dos estudos sobre masculinidades no cenário contemporâneo reside justamente na capacidade de questionar os alicerces dessas construções. A metáfora da Casa dos Homens, proposta por Welzer-Lang (2001), segue sendo útil para compreender os espaços sociais e simbólicos em que os homens se reconhecem e são reconhecidos como “verdadeiros homens”. No entanto, também revela o quanto esses espaços são normativos, excludentes e violentos para aqueles que não performam conforme o esperado.

É importante compreender que a adesão de alguns homens aos discursos antifeministas não é fruto apenas da ignorância ou da má-fé, mas também de uma experiência subjetiva atravessada por inseguranças, medos e ansiedades sobre seu lugar no mundo; que aqui se torna possível de exemplificar a partir da ótica de Welzer-Lang (2001) com a proposta da Casa dos Homens. O problema não está necessariamente na vivência dessas emoções, mas na forma como elas são mobilizadas politicamente para sustentar práticas de exclusão e dominação (Bourdieu, 2023).

A responsabilização coletiva por esses discursos não exclui a análise das dinâmicas afetivas que os sustentam. Assim, é fundamental pensar em estratégias de intervenção que não apenas denunciem a misoginia, mas também promovam formas alternativas de ser homem - formas que não estejam baseadas na opressão, na hierarquia ou na negação do outro.

Conclui-se, portanto, que a persistência e proliferação de discursos antifeministas e misóginos nas plataformas digitais não devem ser compreendidas como meros desvios individuais ou manifestações isoladas de ódio. Esses discursos são expressão direta de uma cultura patriarcal que, mesmo tensionada por avanços significativos das lutas feministas e dos debates de gênero, resiste à transformação ao se atualizar em novas linguagens e estratégias. As redes sociais operam como arenas privilegiadas para essa ressignificação do patriarcado, onde se articulam práticas discursivas que legitimam hierarquias de gênero sob o pretexto da liberdade de expressão, da suposta defesa da família tradicional ou da restauração de um “masculino perdido”. Tal fenômeno evidencia que o antifeminismo digital atua não apenas como reação, mas como projeto político-cultural, sustentado por afetos sociais como medo, ressentimento e desejo de controle, que atravessam homens sujeitos ao colapso simbólico das referências tradicionais de masculinidade.

A reprodução sistemática de conteúdos que desqualificam o feminismo, nega a desigualdade de gênero e culpabilizam mulheres pelo enfraquecimento das relações afetivas e sociais revela um movimento ativo de reorganização da dominação masculina. Essa reorganização se ancora em mecanismos retóricos como o biologicismo, a inversão moral (em que o feminismo é retratado como opressor) e a idealização de papéis de gênero rigidamente hierarquizados. Em um cenário como esse, torna-se ainda mais urgente que a Psicologia, as Ciências Sociais e os Estudos de Gênero intensifiquem suas análises sobre as formas contemporâneas de expressão da masculinidade hegemônica e suas intersecções com a cultura digital. Enfrentar esses discursos requer um duplo movimento:

por um lado, a denúncia pública de seus efeitos desumanizantes; por outro, a construção de espaços de escuta, formação crítica e transformação subjetiva que permitam aos homens reconhecerem seus privilégios e se implicarem em práticas relacionais éticas e não violentas.

Em suma, é necessário compreender que o antifeminismo e a misoginia não operam apenas na superfície do discurso, mas têm efeitos concretos sobre as possibilidades de vida, autonomia e segurança de mulheres e dissidências de gênero. Ao naturalizar violências, legitimar desigualdades e reafirmar masculinidades hierárquicas e dominantes, esses discursos perpetuam os alicerces do patriarcado, mesmo sob a aparência de novidade. Assim, a resistência a essas formas contemporâneas de dominação exige uma atuação científica comprometida com a justiça de gênero, que una a crítica teórica à prática transformadora, iluminando os modos pelos quais o poder se reinventa - e pode, por sua vez, ser reinventado.

Tendo ainda fôlego para concluir este debate, sangro aqui não apenas como pesquisador, mas também como homem que enfrentou a árdua tarefa de estudar, analisar, visitar, me deparar e vivenciar - com dor - as feridas abertas pelo machismo nas experiências cotidianas. Feridas que se aprofundam à medida que esse sistema se articula e se entrelaça com marcadores como gênero, sexualidade, deficiência, classe social, entre outros. Não me coloco, contudo, como alguém que sofre no centro dessa estrutura - pois esse não é um lugar que nós, homens, devemos reivindicar, mesmo quando afetados pelo machismo. Falo, antes, a partir da consciência de toda a violência que esse sistema impõe e perpetua, esmagando cotidianamente aqueles e aquelas que são alvos preferenciais dessa lógica excludente e destrutiva que estrutura o modelo ocidental de compreensão das vivências.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Gabriel. (2016) **O segundo armário: diário de um jovem soropositivo**. Rio de Janeiro: Autografia.
- AHMED, Sara. (2020). “Estraga-prazeres feministas (e outras sujeitas voluntariosas)”. Revista **ECO-Pós**, 23(3), p. 82-102. Disponível em <https://doi.org/10.29146/ecopos.v23i3.27642>.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de (2010). **Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças**. In: Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares [online] / MACHADO, CJS., SANTIAGO, IMFL., and NUNES, MLS., orgs. Campina Grande: EDUEPB.
- ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra G. Unbehau; MEDRADO, Benedito (Org.) (1998). **Homens e masculinidades: outras palavras**. São Paulo: Ecos: Editora 34. 304 p.
- ASSUNÇÃO, Carlos J. O.; OLIVEIRA, Esmael Alves de. (2024). “Imbrochável, incomível e imorrível”: Uma análise do bolsonarismo à luz das masculinidades. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, v. 7, n. 22. DOI: 10.29327/2410051.7.22-7. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/16164>
- ASSUNÇÃO, Carlos Junio. 2023. “Imbrochável, incomível e imorrível”: uma análise das masculinidades à luz do discurso bolsonarista. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal da Grande Dourados.
- BANET-WEISER, S. (2018). *Empowered: Popular feminism and popular misogyny*. **Duke University Press**.
- BEAUCHAMP, Zack. (2019). Our incel problem. Vox. Disponível em: <https://www.vox.com/the-highlight/2019/4/16/18287446/incel-definition-reddit>. Acesso em: 27/05/2024.
- BEAUVOIR, Simone de (1980). **O Segundo Sexo**. Vol .I-II. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos; INCROCCI, Caio (2019). Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 262–274.
- BELELI, Iara (2022). Antifeminismos: os efeitos dos discursos de ódio. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 38, p. e22311.
- BOLA, JJ (2020). **Seja homem: a masculinidade desmascarada**. Tradução: Rafael Spuldar. Porto Alegre: Dublinense.
- BOURDIEU, Pierre (2023). **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. 21ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BRAGA, Adriana Andrade; CARAUTA, Alexandre Augusto Freire (2020). Futebol, gênero e homosociabilidade nas redes sociais: a masculinidade no circuito comunicacional do WhatsApp. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 43, n. 1, p. 165–190.

BUENO, Samira et al (2024). **Feminicídios em 2023**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

BUREMA, Alister Dante (2024). “Cavaleiros de aço” no YouTube: polícia militar, masculinidade e violência em contexto sul-mato-grossense. Notícias, **Revista Docência e Ciberultura**, online.

BUTLER, Judith P (2018). **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p.233-259.

CAETANO, Marcio e SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço. (2022) **Apresentação**. In: De guri a cabra-macho / CAETANO, Marcio e SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço (Orgs.). Rio de Janeiro: Lamparina.

CAMAROTTI, Gerson; Falcão, Márcio (2024). Moraes autoriza X a voltar a operar no Brasil após rede cumprir exigências legais. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/gerson-camarotti/post/2024/10/08/moraes-autoriza-x-a-voltar-a-operar-no-brasil-apos-rede-cumprir-exigencias-legais.ghtml>

CARVALHO, Karla Jordana de Moraes; LIONÇO, Tatiana. (2018) Pânico moral, homofobia e discurso de ódio em um blog na Internet. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 10, p. 163–183. DOI: 10.9771/peri.v1i10.28021.

CONNELL, R. W (1995). ***Masculinities: Knowledge, power and social change***. Berkeley/Los Angeles: University of Califórnia Press.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241–282.

CORAL, Guilherme. (2020) Grande segredo de Matrix, com Keanu Reeves, é revelado. **UOL**. Disponível em: <https://observatoriodocinema.uol.com.br/filmes/2020/08/grande-segredo-de-matrix-com-keanu-reeves-e-revelado>. Acesso: 29/06/2024.

DA SILVA, Reinaldo Ramos. (2023) **As Novas Novas Masculinidades : Identidades e Crises do Masculino na Plataforma Instagram**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Niterói, p. 129.

DAUDT, R. S.; VALIATI, V.; CONTE, D. (2024). Representações sociais emergentes no universo Red Pill e MGTOW brasileiro. **E-Compós**, [S. l.], 2024. DOI: 10.30962/ecompos.2870. Disponível em: <https://e-compos.emnuvens.com.br/e-compos/article/view/2870>. Acesso em: 29 jan. 2025.

Diretora de 'Matrix' diz que longa é metáfora sobre aceitação e transição de gênero. Folha de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/cinema-e->

series/2020/08/diretora-de-matrix-diz-que-longa-e-metafora-sobre-aceitacao-e-transicao-de-genero.shtml. Acesso: 29/06/2024.

DOMINGUES, Mariana Gonçalves (2023). “**engoli a blackpill e deu porcarias**”: **(Des)construção das masculinidades de Celibatários Involuntários**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto. Porto (Portugal). 65p.

DUARTE, Emeide Nóbrega; RAMALHO, Francisca Arruda; AUTRAN, Marynice Medeiros Matos; PAIVA, Eliane Bezzera; ARAÚJO, Milena Borges Simões. (2009). Estratégias metodológicas adotadas nas pesquisas de iniciação científica premiadas na UFPB. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 14, n. 27, p. 170–190. DOI: 10.5007/1518-2924.2009v14n27p170

DUQUE, T.; SEFFNER, F. (2022) A EPISTEMOLOGIA DO SEGUNDO ARMÁRIO: CANAIS DE GAYS HIV+ NO YOUTUBE COMO ARTEFATOS PEDAGÓGICOS. **Vivência: Revista de Antropologia**, Natal, v. 1, n. 60. DOI: 10.21680/2238-6009.2022v1n60ID30036.

FALCÃO, T., MACEDO, T., & KURTZurtz, G. (2021). Conservadorismo e masculinidade tóxica na cultura gamer: Uma aproximação a *Magic. The Gathering*. **Revista Animus**, 21(45).

FAVERO, Sofia; MARINI, Marine. Psicologia cisgênera: notas sobre uma patologização cordial. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 22, n. 55, p. 719-734, dez. 2022.

FREUD, S. (1987h). **Análise terminável e interminável**. In: S. Freud, Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (J. Salomão, Trad., Vol. 23, pp. 225-270). Rio de Janeiro: Imago.

GAGNON, John. (2006). Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond.

GILROY, Paul. (2018) Civilizacionismo, a “*alt-right*” e o futuro política antirracista: um recado da Grã-Bretanha. **Revista: ECO-Pós**, v. 21, n. 3. p. 17-34.

GING, Debbie. (2017) Alphas, betas, and incels: Theorizing the masculinities of the manosphere. **Men and Masculinities**, p.1-20. <https://doi.org/10.1177/1097184X17706401>.

GOMES, Aguinaldo Rodrigues. (2019). Machocracia, negacionismo histórico e violência no Brasil contemporâneo. **Revista Nanduty**, Dourados, v. 7, n. 10, p. 146 a 158. DOI: 10.30612/nty.v7i10.10303. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/nanduty/article/view/10303>. Acesso em: 16 jul. 2024.

GOMES, L. L. Z.; DALBERIO, O. (2010) Aspectos éticos no uso da internet como ferramenta de pesquisa. **EccoS**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 195-205.

GROSSI, Miriam Pillar. (2004) Masculinidades: uma revisão teórica. **Antropologia em Primeira Mão**, 37p.

hooks, bell. (2022b) **A gente é da hora: homens negros e masculinidade**. São Paulo: Elefante.

IPEA. (2024). **Atlas da Violência 2024**. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf>. Acesso em 04/10/2024.

LERNER, Gerda. (2019). **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix.

LIMA, Christian Caetano. 2023. **Movidos pelo ódio: a machosfrera e o desejo de supremacia masculina**. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais (ICS/UnB). Brasília (DF), 62 p.

LIMA, João Pedro Vilar Nowak de; OLIVEIRA, Esmael Alves de. 2022. “Barba, cabelo e bigode”: uma cartografia sobre os sentidos de masculinidade em uma barbearia de Campo Grande (MS). **ACENO**, 9 (21): 241-260.

LOPES DA SILVA, J. R.; CAETANO, M. 2024. “Deus, pátria e família”: mecanismos neoconservadores de mobilização. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, v. 7, n. 22.

MARTINEZ, Lucas Da Silva; SALVA, Sueli. 2024. Gênero e violência em discurso no *YouTube*. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 9, n. 3. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/52659>. Acesso em: 23 out. 2024.

MASCARELLO, Fernando; WEINMANN, Amadeu de Oliveira. 2022 Menos repulsa, mais fascínio: feminização dos homens héteros no coito e repúdio freudiano da feminilidade. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 8, n. 3, p. 199–226.

MEDRADO, Benedito e LYRA, Jorge. 2022. **Em tempos de masculinidades coloniais em relevo, um intento de prefácio**. In: De guri a cabra-macho / CAETANO, Marcio e SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço (Orgs.). Rio de Janeiro: Lamparina.

MESQUITA, Daniella Chagas. 2023. “Seja bem-vinda ao lado LGBTQIA+ do TikTok”: Gêneros e sexualidades em mediações algorítmicas. **SIMBIÓTICA**, Vitória, v. 10, p. 207-226.

MISKOLCI, Richard. (2007). Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, (28), 101–128. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100006>

MOLINIER, Pascale & WELZER-LANG, Daniel. 2009. **Feminilidade, masculinidade, virilidade**. In: Dicionário Crítico do Feminismo / Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré e Danièle Senotier (orgs.). São Paulo: Editora UNESP.

MONTEIRO, M. 2000. Tenham Piedade dos Homens!: Masculinidades em Mudança. **FEME**, Juiz de Fora.

MOREIRA, Lucas. 2021. Masculinidade genealógica e o “viking” do capitólio: Reflexões sobre virilidade e política. **Novos Debates**, [S. l.], v. 7, n. 1. DOI:

10.48006/2358-0097-7102. Disponível em:
<https://novosdebates.abant.org.br/revista/index.php/novosdebates/article/view/181>.

NASCIMENTO, Marcos. 2022. **Essa história de ser homem: reflexões afetivo-políticas sobre masculinidades**. In: De guri a cabra-macho / CAETANO, Marcio e SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço (Orgs.). Rio de Janeiro: Lamparina.

OLIVEIRA, Esmael A.; NASCIMENTO, Marcos; LOPES, Moisés. 2024. Masculinidades contemporâneas: cruzando temas e perspectivas. **CAMPOS – Revista de Antropologia**, Curitiba, v. 25, n.1, p.9-27.

OLIVEIRA, Fábio Araújo; SANTOS, Nádia de Jesus. 2022. O discurso sobre masculinidade tóxica em uma campanha publicitária governamental. **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 136–147.

ONU MULHERES. 2016. **Diretrizes Nacionais Feminicídio: Investigar, Processar e Julgar**. Brasília. Disponível em
https://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio.pdf. Acesso em 07/10/2024.

PACE, Catarina; DA SILVA, Felipe Assis Pereira; AYRES, Luísa; CASTILHO, Mariana; GONÇALEZ, Marina. 2023. Alerta Vermelho: a emergência do movimento Red Pill. **Contraponto**. Edição março/abril, 2023. Disponível em:
https://issuu.com/jornalcontraponto/docs/contraponto_ed135_web/s/23154763

PAMPOLA, Roberta Silveira; BARROS, Betina Warmling. 2021. As masculinidades à brasileira: um balanço das produções sobre o tema nos periódicos científicos. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 95.

PEREIRA FILHO, Paulo Sérgio. 2021. **Vida longa ao rei: memórias e lutas de homens negros em diáspora**. Monografia (Bacharel). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

PORTAL E. M. CIORAN BRASIL. 2023. Coach “red pill” ameaça atriz após ser exposto. 27 fev 2023. Disponível em: <https://portalcioranbr.wordpress.com/2023/02/27/coach-red-pill-ameaca-atriz-apos-ser-exposto-portal-e-m-cioran-news/> Acesso: 05/06/2024.

Processo contra 'coach do Campari' é suspenso, e Thiago Schutz comemora: 'Tudo como planejado'. **FolhaJus, Folha de São Paulo**, 2023. Disponível em:
<https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2023/11/processo-contracoach-do-campari-e-suspenso-e-thiago-schutz-comemora-tudo-como-planejado.shtml>. Acesso: 08/07/2024.

RAMOS, Daniela Osvald. 2020. Origens da misoginia online e violência digital contra jornalistas mulheres. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, XVIII., online. **Anais**. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, p. 1-14.

RECUERO, Raquel. 2014. Contribuições da Análise de Redes Sociais para o estudo das redes sociais na Internet: o caso da hashtag #Tamojuntodilma e #CalaabocaDilma. **Revista Fronteiras – Estudos midiáticos**. 16(2): 60-77.

REDAÇÃO TERRA. 2023. Coach Thiago Schutz ameaça atriz de morte após piada. **Terra**. 27 fev 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/coach-thiago-schutz->

ameaca-atriz-de-morte-apos-
piada,b10e93a7babdb441a5c247dc8024dcedsderb3z8.html#. Acesso: 05/06/2024.

RICHTER, André. 2025. PGR denuncia Bolsonaro e mais 33 por tentativa de golpe de Estado. **agênciaBrasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2025-02/pgr-denuncia-bolsonaro-e-mais-33-por-tentativa-de-golpe-de-estado>

ROBERTS, Steven; WESCOTT, Stephanie. 2024. *Manfluencers', masculinities and the practice of misogyny in educational settings: critical analyses, theoretical advances, and potential solutions for addressing a pernicious problem for gender equality*. **Gender and Education**.

SANTINI, R. Marie; SALLES, Débora; BELIN, Luciane L; BELISÁRIO, Adriano; MATTOS, Bruno; MEDEIROS, Stéphanie G.; MELLO, Danielle; GRAEL, Felipe; SEADE, Renata; BORGES, Amanda; MURAKAMI, Lucas; CARDOSO, Rafael; DAU, Erick; LOUREIRO, Felipe; YONESHIGUE, Bernardo; CARMO, Vitor do; MAIA, Felipe. 2024. **“Aprenda a evitar ‘esse tipo’ de mulher”: estratégias discursivas e monetização da misoginia no YouTube**. Rio de Janeiro: NetLab – Laboratório de Estudos de Internet e Redes Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

SEDGWICK, Eve Kosofsky. 1985. **Between men: English literature and male homosocial desire**. New York, Columbia University Press.

SEFFNER, Fernando. 2022. Não há nada tão raro quanto o normal: o homem comum, a virilidade política e a norma em tempos conservadores. *In*: Educação, gênero e sexualidade: (im)pertinências. Fernando Seffner, Jane Felié (orgs). Petrópolis, RJ: **Vozes**.

SERAFINI, Mariana. 2023. Coaches de misoginia. Carta Capital. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/coaches-de-misoginia/>

SILVA FILHO, Alberto Luis Araujo. 2023. Uma nova “casa dos homens”? O gênero em questão nos grupos terapêuticos masculinos. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 8, n. 4, p. 28–57.

SILVA, Ana Carolina Weselovski da; HENNIGEN, Inês. 2024. Misoginia Online: A *Red Pill* no ambiente virtual brasileiro. **Revistas Feminismos**, Florianópolis, v. 12, n.1.

SILVA, Bruna Camilo de Souza Lima. 2023. **Masculinismo: misoginia e redes de ódio no contexto da radicalização política no Brasil**. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belo Horizonte. 242p.

SILVA, José Rodolfo Lopes da; CAETANO, Marcio. 2024. Deus, pátria e família: mecanismos neoconservadores de mobilização. **REBEH - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, v. 07, e16163.

SILVEIRA, Dominique Oriana Fontana da. 2023. **Violência contra as mulheres na internet sob a perspectiva dos discursos de ódio misóginos**. Trabalho de Conclusão de Especialização. Especialização em Estudos de Gênero, UFSM – RS. 27p.

SIMIEMA, Carolina. 2023. Invasão ao Congresso: entenda o fato que marcou a história do país. Portal Politize!, 10/01/2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/invasao-ao-congresso/>

SOARES, Samara Sousa Diniz.; STENGEL, Márcia. 2021. Netnografia e a pesquisa científica na internet. **Psicologia USP**, v. 32, p. e200066.

TOMAZ, Kleber; DIAS, Carlos Henrique. 2023. Thiago Schutz se torna réu por ameaça e violência psicológica contra Lívia La Gatto e Bruna Volpi. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/03/22/thiago-schutz-se-torna-reu-por-ameaca-e-violencia-psicologica-contr-livia-la-gatto-e-bruna-volpi.ghtml>. Acesso: 08/07/2024

VALKENBURGH, S. P. V. 2021. Digesting the red pill: Masculinity and neoliberalism in the manosphere. **Men and Masculinities**, 24(1), 84-10.

Vergueiro, V. (2016). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: Uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório Institucional da UFBA.

VIANA, Silvia. 2012. Rituais de sofrimento. São Paulo: Boitempo.

VILAÇA, Gracila; D'ANDRÉA, Carlos. 2021. Da manosphere à machosfera: Práticas (sub) culturais masculinistas em plataformas anonimizadas. **Revista Eco-Pós**, v.24, n.2, p. 410-440. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27703/15230. Acesso em: 26 out. 2023.

WELZER-LANG, Daniel. 2001. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **ESTUDOS FEMINISTAS**, Florianópolis, ano 9, p. 461-482.

ZANELLO, Valeska. 2020. Masculinidades, Cumplicidade e Misoginia na “Casa dos Homens”: um estudo sobre os grupos de *whatsapp* masculinos no Brasil. In: Gênero em perspectiva. Larissa Ferreira (organizadora). Curitiba: **CRV**. 2020.

ZANELLO, Valeska. 2022. **Prateleira do amor**: sobre mulheres, homens e relações Curitiba: Appris.

ZUCKERBERG, Donna. 2018. *Not All Dead White Men: Classics and Misogyny in the Digital Age*. Cambridge: **Harvard University Press**.